

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA DALAGRANA PENTEADO

MÃE E CIDADÃ, REPRESENTAÇÕES DA MULHER IDEAL EM CIRCULAÇÃO NA
REVISTA DO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA NOS ANOS DE
1970

CURITIBA

2025

DANIELA DALAGRANA PENTEADO

MÃE E CIDADÃ, REPRESENTAÇÕES DA MULHER IDEAL EM CIRCULAÇÃO NA
REVISTA DO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA NOS ANOS DE
1970

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha História e Historiografia da Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Liane Maria Bertucci

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Penteado, Daniela Dalagrana.

Mãe e cidadã, representações da mulher ideal em circulação na
Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura nos anos de 1970 /
Daniela Dalagrana Penteado – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Liane Maria Bertucci

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Gênero – Mulheres – Condições
sociais. 3. Ditadura militar – Paraná. 4. Mulheres – Brasil – Periódicos. 5.
Periódicos para mulheres. I. Universidade Federal do Paraná. II.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de DANIELA DALAGRANA PENTEADO, intitulada: *Mãe e cidadã, representações da mulher ideal em circulação na Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura nos anos de 1970*, sob orientação da Profa. Dra. LIANE MARIA BERTUCCI, que após terem Inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica
10/04/2025 08:43:36.0
LIANE MARIA BERTUCCI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
15/04/2025 23:52:42.0
EVELYN DE ALMEIDA ORLANDO
Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
09/04/2025 08:28:35.0
NADIA GAIOFATTO GONÇALVES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
16/04/2025 12:20:22.0
SILVETE APARECIDA CRIPPA DE ARAUJO
Avaliador Externo (PREFEITURA MUNICIPAL CURITIBA)

Dedico o presente estudo aos meus pais,
incentivadores constantes dos meus sonhos,
meu porto seguro em momentos de tormenta,
meu bálsamo nas horas incertas da vida.

AGRADECIMENTOS

A frase de Cora Coralina, presente no livro “Vintém de Cobre” (1983, p. 32), traduz com perfeição o percurso que trilhei ao longo destes dois anos de Mestrado: "o que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada". Faço das palavras da autora as minhas, pois a minha caminhada nesses anos foi marcada por desafios, aprendizados e, acima de tudo, por pessoas especiais que a tornaram mais significativa. Sem essas pessoas na minha caminhada - e também na vida-, o meu percurso seria solitário e vazio, pois faltariam risadas, abraços e conselhos. Essa dissertação só foi possível de ser concluída, pois junto comigo estiveram tais pessoas ao meu lado, me incentivando, amparando e cuidando. Antes de começar a mencionar essas pessoas tão queridas por mim, primeiro quero agradecer a Deus, aos Santos e Anjos que me guiaram nessa caminhada, dando-me perseverança, ânimo e confiança nas questões que regiam meus estudos.

Agradeço aos meus pais, Carlos Penteado e Maria Edilene Dalagrana Penteado, por estarem comigo nessa empreitada e por abraçarem os meus sonhos como se fossem deles. Ao meu pai, agradeço as inúmeras vezes em que foi comigo até o Centro Paranaense Feminino de Cultura e na Biblioteca Pública para tirar fotos das fontes que eu encontrava e de ser o meu revisor particular nas leituras e nas correções, obrigada por ter dedicado seu tempo e sua paciência em me auxiliar em tantos momentos dessa jornada, e por me lembrar de ser uma guerreira nas batalhas mais sombrias. À minha mãe, agradeço por me ouvir incontáveis vezes falando sobre o mesmo assunto, sendo que grande a maioria deles eram sobre as mulheres que havia estudado, por ser meu aconchego incondicional e, com sua sabedoria e força, ser a mulher que me ensinou a acreditar em mim mesma, sempre me lembrando das minhas raízes e me incentivando a ser fiel a quem realmente sou. Obrigada meus amores, esta conquista também é de vocês!

Agradeço à professora Valquíria Elita Renk, que com sua paciência, me ajudou a dar os primeiros passos em relação ao fazer historiográfico, que após a conclusão da Graduação me incentivou a ingressar no Mestrado, e que me apresentou pessoas incríveis ao longo de todo esse percurso.

Agradeço, de maneira especial, à minha professora e orientadora Liane Maria Bertucci, por ter acreditado em mim e por ter me incentivado a ser a minha versão, como pesquisadora, aluna, professora e também mulher. Sempre disposta, paciente

e alegre, a professora que me ensinou quais caminhos eu deveria trilhar, sempre me alertando para aquilo que estava à minha frente e que, muitas vezes, eu não conseguia enxergar. Não tenho como mensurar o quanto aprendi em dois anos com a professora, fosse por meio das orientações, aulas e também pelos áudios enviados. Ter a professora ao meu lado me trouxe segurança e confiança de que eu era capaz de realizar aquilo que me propus a fazer, sem ter medo do amanhã, e digo isso sem titubear. Obrigada pelo companheirismo, pelas risadas, por ser meu farol nesse percurso acadêmico.

Minha profunda gratidão aos professores da Linha de História e Historiografia da Educação, que acompanharam todo o meu percurso e foram essenciais para a minha formação, ao contribuírem com ensinamentos que envolviam não só a minha vida como acadêmica, como também de ser humano. Aos professores: Andréa Cordeiro, Carlos Eduardo Vieira, Dulce Osinski, Leziany Daniel, Roberlayne Borges Roballo, Samara Mendes Silva, Sidmar Meurer e pelo amparo da professora Gizele de Souza em um momento de angústia. Muito obrigada a todos!

Agradeço também aos colegas e amigos (as) do PPGE, tanto da minha turma quanto dos demais, com os quais a vida nos aproximou, obrigada por serem tão gentis e solícitos nessa caminhada.

Às professoras, Evelyn de Almeida Orlando, Nadia Gaiofatto Gonçalves e Silvete Aparecida Crippa de Araujo, que marcaram minha vida em diferentes momentos. Obrigada pela leitura atenta e pelos apontamentos em relação a minha dissertação, fico honrada por saber que três mulheres, que tanto admiro, participaram de momentos significativos da minha vida.

Agradeço aos amigos que cultivo fora do ambiente acadêmico e profissional, minha vida sempre foi mais colorida com vocês ao meu lado.

Agradeço também a oportunidade que tive de realizar minha pesquisa no Centro Paranaense Feminino de Cultura. Meu agradecimento à presidência da instituição (gestão 2019-2025) e à Dona Lia, por abrirem as portas e me permitirem pesquisar à vontade na biblioteca. Ingressar em um espaço privado para realizar uma pesquisa nunca é uma tarefa fácil, mas me senti muito acolhida e só tenho a agradecer por isso!

Agradeço também à CAPES pela concessão da bolsa no último ano, que me permitiu conhecer novos lugares e me dedicar ainda mais à minha pesquisa.

Deus dá a todos uma estrela.
Uns fazem da estrela um sol.
Outros nem conseguem vê-la.

Helena Kolody
(*Poesia mínima*, 1986, p.23)

RESUMO

Esta dissertação investiga, por meio das páginas da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* (publicada em Curitiba), representações femininas que concorreram para o esboço da figura da mulher curitibana ideal – mãe, esposa, profissional, cidadã – que circulou entre as associadas do Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC) nos anos de 1970. A ênfase do periódico em divulgar posturas e ideias relativas à mulher brasileira moderna foi conjugada com valores sobre a pátria e a família que foram muito difundidos nos tempos de ditadura civil-militar. Organizada e dirigida por um grupo de associadas do Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), cujas atividades cotidianas e/ou origem familiar evidenciaram pertencimento à elite sociocultural e política paranaense, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* era distribuída de forma gratuita entre as centristas, além de ser estrategicamente ofertada a autoridades, jornalistas e outras pessoas que, de diferentes maneiras, concorriam para a existência do CPFC (organizado em 1933). Desta forma, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* fez circular entre mulheres de uma mesma associação representações femininas idealizadas, reforçando ou desqualificando comportamentos sociais. As principais referências teóricas do estudo foram Roger Chartier (representação e circulação) e Michel de Certeau (estratégia). Além da *Revista do CPFC* (1970-1976), foram utilizados textos dos jornais *Diário do Paraná*, *Diário da Tarde* e *Gazeta do Povo* e materiais arquivados no Centro Paranaense Feminino de Cultura, tais como estatutos, regulamentos, *Livro de Ouro* e correspondências.

Palavras-chave: revista feminina; educação informal; ditadura civil-militar; Centro Paranaense Feminino de Cultura

ABSTRACT

This dissertation investigates, through the pages of the magazine *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* (published in Curitiba), female representations that contributed to the delineation of the figure of the ideal Curitiba woman—mother, wife, professional, and citizen—that circulated among the members of the Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC) in the 1970s. The periodical's emphasis on disseminating attitudes and ideas about the modern Brazilian woman was combined with values concerning the homeland and the family, which were widely propagated during the civil-military dictatorship. Organized and directed by a group of members of the Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), whose daily activities and/or family backgrounds indicated their belonging to the socio-cultural and political elite of Paraná, the *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* was distributed free of charge among its members, as well as being strategically offered to authorities, journalists, and other individuals who, in various ways, contributed to the existence of the CPFC (established in 1933). In this manner, the *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* circulated idealized female representations among women from the same association, reinforcing or disqualifying social behaviors. The study's main theoretical references are Roger Chartier (representation and circulation) and Michel de Certeau (strategy). In addition to the CPFC Magazine (1970-1976), texts from the newspapers *Diário do Paraná*, *Diário da Tarde*, and *Gazeta do Povo* were utilized, as well as materials archived at the Centro Paranaense Feminino de Cultura, such as statutes, regulations, a newspaper scrapbook (*Livro de Ouro*), a record of distinguished members and events and correspondence.

Keywords: women's magazine; informal education; civil-military dictatorship; Centro Paranaense Feminino de Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Notas de falecimento	36
Figura 2- Trovas à Curitiba	36
Figura 3- Capa- <i>Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura</i> de 1971	44
Figura 4- Capa- <i>Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura</i> de 1972	45
Figura 5- Capa- <i>Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura</i> de 1973	46
Figura 6- O Homem e a Fauna.....	80
Figura 7- Curriculum-Vitae da Sra. Dalila de Castro Lacerda	89
Figura 8- Selene Amaral Di Lenna Sperandio	90
Figura 9- Maria de Lourdes Lamas Pegoraro	94
Figura 10- Obras de Pompília Lopes dos Santos – 1944-1967	97

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1-** Seções e Informes da coleção *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* – publicados nos exemplares 1967, 1968, 196937
- Quadro 2-** Principais seções e/ou temáticas da coleção *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* – publicados nos exemplares 1970 a 197649

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Direção – Centro Paranaense Feminino de Cultura, 1970-1976	48
Tabela 2 - Centristas que publicaram mais de um texto na <i>Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura</i> , 1970-1976	55
Tabela 3 - Distribuição de alimentos, jan.1971- set.1972.....	83
Tabela 4 - Currículos, dados gerais	91
Tabela 5 - Currículos de professoras - informações pessoais, destaque de atividade nos anos de 1960-70	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I- ADENTRANDO NO UNIVERSO DA REVISTA	26
1.1 REMETENTE: CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA	27
1.2 ONDE TUDO COMEÇOU	33
1.2.1 Lendo as entrelinhas	40
1.2.2 Do lar e de outros lugares	55
CAPÍTULO II- DA JOVEM À AVÓ: A CONDUTA FEMININA DESEJÁVEL DE UMA MULHER CENTRISTA	60
2.1 A DEBUTANTE, A NOIVA, A SENHORA: EDUCANDO GERAÇÕES	61
2.1.1 Mãe: o ápice da vida feminina. A velhice: poucas palavras	67
2.2 MARIA SEM GRAÇA: O HUMOR CRÍTICO	76
CAPÍTULO III- A PARTIR DA VIDA ALHEIA: EDUCAÇÃO POR MEIO DA DIVULGAÇÃO DE AÇÕES MODELARES	87
3.1 - O EXEMPLO EDUCA: OS CURRÍCULOS FEMININOS	88
3.1.1 - Professoras exemplares	99
3.1.2 – Pioneiras, filantropas e uma mecenas	107
3.2 – PERCURSOS ALÉM DOS CURRÍCULOS, A SINGULARIDADE DA <i>REVISTA</i> DE 1974	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
FONTES	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
APÊNDICE	140

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a trajetória das mulheres foi quase sempre silenciada e relegada a um esquecimento nada compatível com as significativas ações que realizavam. Mesmo estando em muitos espaços e esferas sociais, a investigação histórica sobre as mulheres e a escrita sobre elas só começou a ter um avanço significativo no século XIX, com as mudanças econômicas e sociais pós Revolução Industrial, com a paulatina inserção delas em campos de atuação e de ofícios que outrora eram exercidos pelos homens (Rago, 1995). Entretanto, foram as novas abordagens metodológicas, desencadeadas a partir da “história dos de baixo” e com a Terceira Geração dos *Annales* (novas abordagens, problemas e objetos) que as investigações históricas sobre as mulheres e suas existências tomaram novos rumos. Nessa mesma perspectiva, Rachel Soihet (1997, p. 400) assinalou que foi a efervescência dos anos de 1960, que fomentou estudiosos e pesquisadores a “assumirem como objeto de estudo os grupos ultrapassados pela história”, legitimando e incentivando um olhar mais aguçado a novos objetos e campos de estudos, incluindo as atuações femininas e os papéis de representação das mulheres na sociedade.

No Brasil da década de 1970, a investigação da história das mulheres, incorporou temáticas que iam desde o “cotidiano das fábricas até a vida no interior da família” permeando assim a vida pública e privada das mulheres (Rago, 1995, p. 84). Atuantes em diferentes campos da esfera pública, muitas das mulheres dos anos 1960 e 1970, inclusive as brasileiras, ampliaram significativamente a inserção no mercado de trabalho, tendo maior acesso à educação formal, além de mais poder de decisão sobre suas próprias vidas (Pinsky, 2012; Scott, 2002). Essa possibilidade de decidir, acentuada com o movimento feminista¹, impactou de maneira gradativa o cotidiano e tradições socioculturais, por exemplo, quanto ao matrimônio e ter ou não filhos.

A partir desta percepção, meu interesse pela temática história das mulheres e ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi ganhando evidência durante a

¹ As chamadas ondas ou momentos-onda do movimento feminista desde o século XIX, foram alvo de estudos da historiografia brasileira sobre a inserção da mulher no espaço público, sobre o voto feminino, a luta pela igualdade de direitos das mulheres em comparação com os homens, seja no trabalho, no acesso à educação, nas relações familiares ou em espaços sociais (Bueno, 2018; Duarte, 2003, entre outras). O movimento feminista da metade do século XX – considerado como segunda onda-, idealizado por mulheres e apoiado por simpatizantes da causa, foi um movimento social, político e cultural que tinha como indagações: o determinismo biológico da mulher, a moralidade e o patriarcado.

graduação de Licenciatura em História, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), e se traduziu no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual abordei a forma como, em 1974, o escritor, memorialista e professor Osvaldo Pilotto escreveu um texto sobre Julia Wanderley, naquele que foi o ano de centenário de nascimento da professora, destacando-a como um ícone da educação paranaense.

Esse foi o primeiro passo para que eu começasse a pesquisar mais sobre a História da Educação e a História das Mulheres em Curitiba. Em uma das minhas pesquisas para o TCC, encontrei algumas fontes no Centro Paranaense Feminino de Cultura – daqui para frente referenciado também como CPFC – com indícios sobre a realização de ações de suas associadas desde 1933, ano de sua organização. A instituição funciona ininterruptamente desde os anos de 1930 e há algumas décadas sua sede está instalada na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1717, área central de Curitiba. As reuniões de associadas, cursos e eventos artísticos (em um teatro, inclusive alugado para terceiros), continuam acontecendo nas primeiras décadas do século XXI.

Depois de concluída a graduação, e do fim da pandemia de COVID-19, retomei as idas ao CPFC, na tentativa de encontrar mais fontes e perceber quais eram as possibilidades de pesquisa que poderiam surgir dali. Dentre as fontes encontradas estavam: atas manuscritas das reuniões feitas pelas participantes do Centro Paranaense Feminino de Cultura, cadernos de anotações de livro-caixa, de contribuições e até mesmo um *Livro de Ouro* (no qual estão alguns recortes de jornais e periódicos curitibanos que contêm informações sobre o CPFC e sobre as atividades feitas pelas associadas) e uma revista publicada pelo próprio CPFC. O periódico, editado entre 1967 e 1976 chamou particularmente minha atenção, pelos relatos, por vezes com descrição detalhada, de ações, atividades e produções das mulheres que compunham o CPFC, e eram denominadas também como centristas. Uma singularidade desse material: os exemplares *da Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* têm duas numerações, na capa um número (romano) “volume editado”, que pode indicar a ordem geral de edições de matérias pelo CPFC, a outra, na primeira página da revista grafada com número arábico e sequencial, a partir do 1 de 1967 (cf. Apêndice)².

² Nesta dissertação, quando referencio a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, além dos dados que são exclusivos do periódico, indico a numeração “volume editado”, na tentativa de facilitar a

O Centro Paranaense Feminino de Cultura, criado em 1933 com o nome de Centro Paranaense de Cultura Feminina, vislumbrava como proposta estruturar uma associação de mulheres que tinha por finalidade a promoção da educação integral da mulher (Souza, 2013). Uma proposta que tinha como intuito viabilizar uma “cultura feminina” às associadas, como expresso durante alguns anos (1933-1937) no nome da instituição³.

Conforme Regina Schimmelpfeng de Souza (2013) a fundação do CPFC contou com a presença de numerosas senhoras e foi idealizada por Rosy de Macedo Pinheiro Lima, Ilnah Secundino e Delohé Scalco⁴. Com a proposta de direcionar as mulheres modernas que vivessem por si próprias, pelo seu esforço e trabalho (A Creação, 1933, p. 3), o CPFC foi criado para instruir as mulheres curitibanas para que fossem a melhor versão da mulher moderna.

Naqueles primeiros anos do período Vargas, que evidenciaram ideais nacionalistas de reformulação do país com base na reestruturação educacional e em ações para a boa constituição do homem brasileiro (Gomes, 2000; Levine, 2001), nada mais atual e patriótico do que a fundação do Centro Paranaense Feminino de Cultura nas bases anunciadas.

Sendo assim, atuantes em prol do desenvolvimento nacional, foi organizado, em pleno Estado Novo, o Posto de Puericultura “Darcy Vargas” (1940) administrado pelo CPFC, que tinha como objetivo instruir e auxiliar mães no cuidado com seus filhos, disponibilizando atendimento médico, ofertando ensinamentos sobre higiene, maternidade e cuidados na infância, em prol do desenvolvimento da criança (Seixas, 2011).

localização do material pelas pessoas interessadas, pois tais exemplares podem ou não estar com a capa.

³ A mudança do nome em 1937 coincidiu com a instalação de uma nova diretoria na associação (Souza, 2013). Conforme Larissa Seixas (2011, p. 85), o nome da instituição foi mudado pela centrista e professora de português Lygia Carneiro, que ao assumir a presidência alegou que o “primeiro nome estaria sintaticamente incorreto”. Nesta dissertação, mesmo em eventual referência à instituição entre 1933 e 1937 utilizo o segundo nome, por ser o consagrado socialmente e pela bibliografia.

⁴ Segundo dados apresentados por Regina Schimmelpfeng de Souza (2013), Rosy de Macedo Pinheiro Lima, formada em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná, complementou sua formação na Inglaterra em 1943 e foi deputada suplente na Assembleia Legislativa do Paraná; Ilnah Oliveira foi professora de Economia Doméstica, delegada e promotora da Vara Criminal no Paraná e uma defensora do sufrágio feminino; Delohé Scalco formou-se no Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, parte da Universidade Federal do Paraná, casou-se e teve 3 filhos. Essas três mulheres, com “nível significativo de conhecimentos, participavam ativamente de programas sociais, culturais e políticos” (Souza, 2013, p. 16).

As associadas da época, motivadas por palestras, eventos beneficentes, reuniões e cursos, além do próprio aprimoramento, tinham como objetivo ajudar outras mulheres (Souza, 2013). A instrução de outras mulheres de Curitiba, aconteceria a partir do apoio às mães, tanto no enfrentamento de seu cotidiano que, muitas vezes, incluía o trabalho fora de casa, quanto a partir da divulgação de formas médicas, apresentadas como imprescindíveis, para o bom exercício das funções maternas e de esposa. O Posto de Puericultura “Darcy Vargas” pode ser considerado o espaço ideal para tais ações.

Conforme Larissa Seixas (2011, p. 51), foi sob o impacto da política estado-novista (1937-1945), que o CPFC, além de preparar a mulher para a vida do lar, por meio de palestras, recitais e aulas, também buscou instruí-las para o mercado de trabalho que estava em expansão, com a multiplicação dos chamados “cursos de capacitação” como: corte e costura, datilografia, inglês e noções de Economia Doméstica.

Estes cursos, que inicialmente eram ministrados por centristas⁵ apenas para outras centristas (a partir da virada para os anos de 1940 começaram a ser abertos para não associadas), sinalizavam, de maneira preponderante, para a manutenção do trabalho feminino em parâmetros aceitos há tempos como de mulher; da administradora do lar à eficiente secretária ou auxiliar de um escritório (Cintra, 2005; Araujo; Bertucci, 2019). Segundo Seixas (2011), o CPFC foi um importante espaço de instrução para as mulheres nas décadas de 1930 e 1940, no qual elas podiam aprender funções e colocar em prática isso no dia a dia.

Contudo, mesmo que muitas mulheres centristas atuassem em trabalhos fora do espaço doméstico e incentivassem outras mulheres a terem uma ocupação profissional, o CPFC não defendia “em seu discurso [oficial] direitos políticos das mulheres ou igualdade entre os gêneros” (Seixas, 2011, p. 16). Como escreveu, no final dos anos 1930, a centrista Juril de Plácido e Silva (depois Carnasciali), as atividades femininas eram desempenhadas para “servirem como de força estimulante para os próprios homens” (Silva, 1937, p. 2) sem enaltecer nas mulheres sentimentos vaidosos e o egoísmo, sentimentos que poderiam desestruturá-las.

⁵ Não foram encontradas nas fontes pesquisadas e nas bibliografias consultadas indicação que, durante as décadas 1930 e 1940, essas aulas fossem ministradas por pessoas que não fossem associadas do CPFC.

Entretanto, como destacou Carla Bassanezi Pinsky (2014), a inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho nos chamados “anos dourados”, acabou ocasionando uma mudança de perspectiva da mulher na sociedade. O período pós-guerra, com a crescente abertura da economia no Brasil e diversificação de possibilidades de ocupações e de escolha para as mulheres em campos antes negados, fomentou a atuação feminina em funções e setores diferentes daqueles dos anos 1930-40. Mas esse também foi o período da Guerra Fria que, entre outros desdobramentos, concorreu para que vários países da América Latina fossem governados por regimes ditatoriais, como foi o caso do Brasil (1964-1985) (Fico, 2008; Ridenti, 1993). Ditaduras essas fomentadas a partir de tensões internas e da política internacional, que dividiu grande parte dos países em dois blocos, os liderados pelos Estados Unidos da América e os sob a órbita da União Soviética.

Segundo Marcos Napolitano (2014, p. 19), a ditadura civil-militar brasileira foi um período “conservador e excludente” no campo político e democrático, enquanto no que dizia respeito aos direitos civis e de princípios nacionais foi alimentado com ideários moralistas de construir uma Nação de cidadãos-trabalhadores defensores da Pátria, conscientes de sua atuação a favor do coletivo.

Foi nessa época que, em 1967, o CPFC começou a publicar a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* (que também será nomeada como *Revista*). O periódico foi uma publicação anual que teve seu último exemplar regular editado em 1976⁶. Mesmo sendo anunciado como uma revista destinada “ao público em geral e as suas associadas em particular” (Apresentando, 1967, p.1), a publicação, diferente de outras revistas femininas que circulavam na época, não era vendida ou largamente distribuída, mas enviada para as centristas e, de forma eventual, doada a outras pessoas ou entidades. Nesse sentido a *Revista* teve como objetivo primaz a circulação de informações e ideias entre as próprias associadas.

Em seus primeiros números, entre 1967 e 1969, a *Revista* foi uma publicação que enfatizou a divulgação de informações sobre as atividades que ocorriam no CPFC e aquelas das quais a instituição participava. Entretanto, percebeu-se que a diretriz seguida pela *Revista* mudou a partir do falecimento da presidente do CPFC, Leonor

⁶ Em 1981 foi editado um exemplar especial da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, elaborado para comemorar o Ano Internacional da Pessoa Deficiente; o volume reuniu poemas e dados de prestações de contas do Posto de Puericultura “Darcy Vargas”. Considerando a natureza excepcional, a edição de 1981 não foi incluída entre os números utilizados nesta dissertação.

Castellano, em 1969. A morte de Castellano coincidiu com alterações na disposição de textos e nos temas publicados. A partir da edição de 1970, tanto questões burocráticas e financeiras, relacionadas à manutenção e ações do CPFC, quanto temáticas que descreviam participações em eventos sociais (algo que ocupava várias seções), desapareceram, ganhando ênfase temas sociais, culturais e comportamentais.

Essas mudanças possibilitaram a percepção de um difuso, mas constante, empenho em fazer circular traços femininos que deveriam ser de uma mulher ideal. Essa mudança, em relação às temáticas abordadas, chama a atenção inclusive porque coincidiu com o período de maior fechamento do regime ditatorial do período, durante o qual foi acirrada a divulgação de teses de uma cidadania participante, balizada por valores patrióticos; foi o tempo em que vigorava no país o slogan “ame-o ou deixe-o” (Reis, 2004). Mesmo a *Revista* sendo publicada neste contexto, nenhuma mudança que ocorreu após 1970 esteve atrelada a política partidária da época vigente.

Considerando meu interesse na conjugação História da Educação e História das Mulheres, voltei minhas atenções para as edições da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* que compreenderam o ano de 1970 até o ano de 1976, estipulando meu recorte temporal para a pesquisa, a partir de uma indagação: como as centristas autoras-redatoras da *Revista* fizeram circular representações de um perfil ideal de mulher para as associadas do CPFC durante a década de 1970?

Tendo em conta que o público alvo desta *Revista* eram as próprias centristas, buscamos investigar como a circulação dessas noções e representações, a partir de diferentes conteúdos – seções, poemas, artigos, textos, notas e outros – do periódico reforçavam ou desqualificavam ideias e práticas relacionadas às mulheres. Com essa perspectiva também foram consultadas outras fontes, como artigos de jornais que circulavam na época e documentos expedidos pelo CPFC (estatutos, atas, etc) que concorreram para ampliar as observações editadas no periódico do Centro Paranaense Feminino de Cultura. Nesse sentido, considerando que algumas das centristas autoras-redatoras também publicavam artigos em jornais diários de Curitiba, a leitura dos textos jornalísticos possibilitou considerações mais abrangentes sobre as publicações na *Revista*.

Se, nos anos de 1970, movimentos de feministas universitárias brasileiras legitimaram a discussão de temas “relevantes às mulheres” (contracepção, família e

atuação profissional, entre outros) (Duarte, 2003, p. 167)⁷, a instrução de grande parte das mulheres do país sobre tais temas e outros mais, era efetivada de maneira difusa, mas constante, pela imprensa, notadamente pelas revistas femininas. Uma educação não escolar (Albuquerque; Buecke, 2019) que há décadas era pautada por demandas sociais, norteadas por questões políticas e econômicas, que tanto difundia novas ideias, quanto reafirmava valores.

Considerando a virada para o século XX e primeiras décadas dos novecentos, Tania de Luca e Ana Luiza Martins (2021, p. 7) afirmam que, no Brasil, as matérias de jornais e depois as revistas tinham “nichos específicos”: para os homens, as matérias eram sobre política, economia, finanças, enquanto para as mulheres, tais notícias abordavam maternidade, cuidados com a saúde, e focas sobre a atualidade.

Presentes no país desde o século XIX (Buitoni, 1986), as revistas femininas foram espaços nos quais mulheres expressaram sentimentos, angústias e realidades que muitas vezes não podiam ser tornados públicos de outras formas, entretanto não foram poucas que, editadas ou com participações significativas de homens, procuravam estabelecer um diálogo com as mulheres que, em geral, reafirmavam valores relacionados ao espaço doméstico (Almeida, 2020). Mas, de uma forma ou outra, as revistas que eram enquadradas ou se auto intitulavam como femininas compartilhavam experiências relacionadas ao cotidiano e costumes, e apontavam possibilidades para as atividades das mulheres na sociedade. Marcadas por intencionalidades, tais produções exerciam uma ação educativa com seus textos, imagens e propagandas (Luca; Martins, 2021).

Algumas dessas intenções visavam o mercado lucrativo, outras visavam o entretenimento, e outras instruir e formar. No caso da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* que tinha como alvo as próprias centristas leitoras, uma hipótese que foi elencada é de que a redação de cada texto, a escolha de cada poema ou homenagem eram ações educativas que, de maneira estratégica (Certeau, 2013), reafirmavam o próprio grupo dirigente do Centro Paranaense Feminino de Cultura no início da década de 1970. Nesse processo a *Revista* também editou artigos e poemas escritos por homens, repetindo uma situação que não era rara na imprensa feminina nacional desde o século XIX (Luca, 2012).

⁷ Destaque para a criação de núcleos de pesquisas sobre estudos de mulheres em instituições como a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Duarte, 2003).

A *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* trazia textos escritos por homens que por vezes se identificavam como marido, pai ou avô de uma mulher, centrista ou não⁸, e também de personagens conhecidos entre os curitibanos e muitos paranaenses, como Emiliano Pernetta e Dario Vellozo. Além desses, devidamente mencionados, e dos textos e poesias de autoria masculina, eram várias as transcrições de excertos de jornais, material cuja procedência era referenciada e no qual também constava o nome da centrista que tinha realizado a transcrição. Essa estratégia de incluir na *Revista* publicações de matérias de autoria masculina (mesmo as transcritas) era um modo de legitimar a própria *Revista* para a sociedade, inclusive para maridos, pais ou filhos das centristas; além de demonstrar, com argumentos externos apresentados por homens, que os assuntos e pontos de vista expressos no periódico poderiam ser válidos e reforçados inclusive por textos masculinos.

Como afirmou Roger Chartier (1990, p. 134), ao se reconhecer as “circulações fluídas” de textos, códigos e signos, podemos adentrar em uma esfera na qual identificaremos práticas e representações de um grupo social e como ele opera na sociedade, articulando escrita e leitura, autor e leitor, molde e modelo. Essas representações, elaboradas socialmente, projetam para a sociedade imagens idealizadas, mas que não são representadas como tal; nesse sentido as representações mascaram ao invés de pintar, ou traduzir, de maneira efetiva seus referentes (Chartier, 1991, p. 185).

Nesse sentido, parafraseando Michelle Perrot (1995), perguntamos qual seria o lugar reservado às mulheres autoras-redatoras da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*? Mulheres que buscaram mostrar às demais centristas formas de ser e viver, delineando um modelo de mulher, mãe, cidadã que também era difundido nos jornais já nas primeiras décadas do século XX (Almeida, 1998). Para que conseguíssemos identificar a circulação de tais representações entre o jornal diário e a *Revista*, foram analisados nesta dissertação artigos dos jornais *Diário do Paraná*, *Diário da Tarde* e *Gazeta do Povo*, publicados entre os anos de 1970 a 1976. A escolha desses jornais para compor a dissertação foi definida porque foram os periódicos com maior número de publicações de notícias relativas ao CPFC⁹. Os

⁸ As tentativas realizadas para identificar atividade, posição sociopolítica, etc. de muitos autores homens que, entre 1970 e 1976, escreveram esse tipo de texto na *Revista* foram, em geral, infrutíferas.

⁹ Vários poemas e artigos publicados na *Revista* foram transcritos de outros lugares. Isso também ocorria com artigos feitos por homens.

números dos jornais foram localizados na plataforma digital da Biblioteca Nacional e na Biblioteca Pública do Paraná, no setor de documentos paranaenses.

Entre os jornais, o *Gazeta do Povo* mereceu redobrada atenção, pois publicou vários textos de associadas do CPFC, em especial de Juril Carnasciali (filha de Oscar Plácido e Silva, cofundador do jornal com Benjamin Lins), que manteve sua coluna semanal mesmo depois que o periódico foi vendido no início dos anos 1960¹⁰.

Desta forma, investigamos a figura da mulher urbana esboçada e difundida na *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* de Curitiba na primeira metade dos anos 1970, um período que a cidade contava com aproximadamente 610.000 moradores, sendo que cerca de 315.000 eram mulheres (IPARDES, 1970)¹¹. Nesse período as centristas autoras-redatoras tinham entre 45 e 60 anos de idade (Livro... 1968), portanto eram esposas, mães e filhas, que tinham acompanhado as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, passando por reviravoltas socioeconômicas, até a chegada do homem à Lua, ato humano extraordinário e emblemático da chamada corrida espacial entre as superpotências. Mulheres que de maneira diversa de suas mães tinham uma inserção social cada vez mais evidente.

Na realização desta dissertação foram utilizadas bibliografias sobre o Centro Paranaense Feminino de Cultura e das centristas, além de outras bibliografias de associações e uniões de mulheres existentes na década de 1970. Além disso, subsidiaram a realização deste trabalho autores que investigaram como ocorreram os tensionamentos e movimentos da ditadura civil-militar no Paraná e no Brasil em geral, e estudos sobre as mulheres na sociedade do século XX.

Em relação aos autores que já escreveram sobre o CPFC e sobre as centristas, foram consultados para esta dissertação: o texto “Centro Paranaense Feminino de Cultura”, de Regina Maria Schimmelpfeng de Souza, editado no *Boletim Informativo da Casa Romário Martins* (2013), no qual ela apresenta de maneira cronológica,

¹⁰ Em 1962, o *Diário da Tarde* e a *Gazeta do Povo* foram vendidos para Francisco da Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski. Segundo Melissa Colbert Bello (2013), esses jornais eram gerenciados pela elite comercial de Curitiba que influenciava a linha editorial dos periódicos.

¹¹ Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no ano de 1970, a população de Curitiba era de 609.026 habitantes. Em relação a população do sexo feminino, que compreendia a faixa etária de 0 anos a 80 anos ou mais, somava 314.740 mulheres, ultrapassando a população masculina, que era de 294.286 homens (IPARDES, 1970). O índice de nascimentos de meninas em 1970 foi maior do que o índice de meninos, contudo ao analisar as idades e quantas pessoas estavam vivas em Curitiba, a faixa etária dos 10 aos 29 anos, compreendeu uma diminuição de homens vivos.

dados pesquisados sobre a organização e ações do CPFC no espaço público curitibano, de 1933 até 2013, e como as atividades feitas pelas centristas impactaram a sociedade curitibana em diferentes aspectos. Já a autora Larissa Selhorst Seixas (2011), em sua dissertação *O feminismo no bom sentido: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958)*, analisou como as centristas e o CPFC como instituição, foram marcados por influências das chamadas primeira e segunda ondas feministas no Brasil e como, por meio de atividades associativas, as centristas conseguiram adentrar e se firmar no espaço público curitibano.

Também em 2011, Lorena Zomer defendeu sua dissertação intitulada *História de uma boa feminista: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967* na qual a autora analisou a atuação intelectual, social e cultural de Leonor Castellano em Curitiba e como ela foi o elo condutor entre muitas intelectuais da época, já que Castellano foi presidente do CPFC de 1967 a 1969 e foi uma das idealizadoras da *Revista*. Outro estudo feito sobre o CPFC foi o de Wilma Lara Bueno (2020), denominado como *O Centro Paranaense Feminino de Cultura e o trabalho social das mulheres na cidade de Curitiba (1933-1940)* na qual ela constrói a ideia do cuidar atrelado à natureza feminina e como isso interferiu diretamente na inserção das mulheres do CPFC no espaço público.

Além destas autoras, foi utilizada nesta dissertação a tese de Reginaldo Cerqueira Sousa intitulada *República das mulheres de virtude: um estudo sobre as bases sociais de apoio ao Governo dos Militares (1964-1985)*, que foi defendida em 2016 e teve como objetivo analisar como as associações femininas em Curitiba foram importantes para a consolidação e manutenção do regime militar no Brasil, enfatizando como a filantropia abriu espaços para a mulher ser protagonista em campos de ação na política.

No que se refere às questões envolvendo o contexto da ditadura civil-militar e a década de 1970, além da obra *1964: história do regime militar brasileiro*, de Marcos Napolitano (2014), que percorreu o período dos governos militares no Brasil, de 1964 a 1985, mapeando as principais questões acerca da implementação e da manutenção do regime ditatorial; também foi utilizado o livro de Carlos Fico (1997), *Reinventando o otimismo*, no qual o historiador opera com conceitos de imaginário social e suas implicações para propaganda durante a ditadura no Brasil, além do texto “Ensino e

aprendizagem de representações nacionalistas do tempo: o caso da ditadura militar brasileira”, de Luís Fernando Cerri (2012).

No que diz respeito às mulheres e o feminino, foram consultadas autoras como: Françoise Thébaud (1991) que, na “Introdução” do volume 5 da coleção *História das mulheres no Ocidente*, descreve como no século XX, as mudanças mundiais interferiram na atuação da mulher no espaço público e como isso reverberou no Ocidente, e o texto “A era dos modelos flexíveis” de Carla Pinsky (2012) que, privilegiando os anos 1960-70 apresentou considerações sobre um tempo de mudanças, da mulher “liberada”, mas sob um olhar desconfiado.

Quanto às referências teóricas utilizadas para o questionamento das fontes e a construção da argumentação, foram utilizados principalmente o conceito de circulação de Roger Chartier (1990), que definiu a circulação como o ato de divulgar informações, seja através da escrita, ou de forma oral, a um determinado público (no estudo que realizou evidenciou essa prática em camadas populares), e de representação de Chartier (1991) que considera signos visíveis como um fragmento real do mundo, sendo que na realidade aquilo, muitas vezes, não é verdadeiro, e é construído pela imaginação coletiva. Além disso, utilizamos o conceito de estratégia de Michel de Certeau (2013) definido como sendo uma artimanha de manipulação das relações de força, realizada a partir de um lugar próprio de poder ocupado por um indivíduo ou grupo, uma situação dinâmica que se altera conforme a situação vivida.

Os questionamentos das fontes, embasados por estes estudos e leituras das demais obras bibliográficas resultaram na elaboração da dissertação que está dividida em três capítulos.

O Capítulo I, intitulado “Adentrando no universo da *Revista*”, evidencia como o Centro Paranaense Feminino de Cultura mantinha suas atividades durante a ditadura civil-militar e como a instituição foi se adaptando às mudanças mundiais em relação à mulher e de que forma isso ecoou em questões internas do CPFC. Para além, foi imprescindível entender como a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* foi criada em 1967, a partir de diretrizes do próprio estatuto do CPFC, e como esta revista, de circulação interna, diferia de outras publicações femininas produzidas na época. Foram analisadas também as mudanças na configuração da revista a partir de 1970, em um contexto de difusão da televisão e crescente uso do rádio como meios de comunicação de massa, percebendo como nesse sentido o perfil educativo do periódico, alinhado com os ditames governamentais, pode ter concorrido para a

manutenção da publicação. Foi também investigado quem foram as principais centristas autoras-redatoras da *Revista* na década de 1970, o que possibilitou uma percepção social e familiar mais ampliada dessas mulheres que, de maneira implícita, devido aos cargos e textos que assinavam, deveriam ser exemplos para as mulheres que liam a publicação oficial do CPFC.

O Capítulo II, denominado como “Da jovem à avó: a conduta feminina desejável de uma mulher centrista”, aborda como a *Revista* fez circular o modelo de cidadã por meio de poemas, seções, artigos de membros do CPFC ou textos, de convidados esporádicos ou da reprodução de trechos de escritos já publicados, além de alguns artigos dos jornais da época que evidenciavam a circulação dessas ideias e vinham como reforçadores de um posicionamento. Esse material, que ocupou várias páginas da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, apresenta considerações relacionadas à religião e a moral, difundindo noções sobre as condutas que deveriam ser seguidas pelas mulheres, desde a debutante até a avó de família. Paralelamente, a *Revista* evidencia, com poemas de humor ou sátiras o perfil de mulher que não deveria ser seguido pelas centristas-leitoras.

Por fim, no Capítulo III, “A partir da vida alheia: educação por meio da divulgação de ações modelares”, foi enfatizada a análise dos chamados currículos, editados na década de 1970. Esses relatos, editados na *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, apresentavam um enredo com noções modelares, educativas, que ao circularem entre as centristas reforçaram representações femininas por meio dos exemplos de vida. Profissionais que atuavam na área da educação, da saúde, da filantropia tiveram seus currículos postos para as leitoras como exemplos de pioneirismo e condutas exemplares em prol da sociedade. Nesse contexto, também foram publicados textos sobre mulheres do século XIX que, editados no ano do centenário de Julia Wanderley e começando com o escrito sobre esta professora, evidenciavam e valorizavam a ousadia feminina que tinha sido efetivada a partir da observação de possibilidades e limites sociais.

CAPÍTULO I
ADENTRANDO NO UNIVERSO DA REVISTA

1.1 REMETENTE: CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA

Vossa Revista entregamos.
Sede indulgente ao lê-la.
Pelo valor não contamos.
Mas pelo Amor em fazê-la.

(A.M.S. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, 1971, p.1)

Qualquer historiador ao ser indagado a respeito das características próprias do século XX ficaria, mesmo que por um breve tempo, em um impasse. O próprio Eric Hobsbawm (1995) no prefácio de sua obra *A era dos extremos: o breve século XX*, descreveu a dificuldade que enfrentou para evidenciar tais acontecimentos, já que muitos foram os aspectos que teriam marcado o século vigente. Dentre esses aspectos estariam: a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, as questões políticas que envolveram o capitalismo e o comunismo, a Guerra Fria, as revoluções sociais e culturais que emergiam em prol dos direitos dos grupos marginalizados, além das rebeliões em países considerados de Terceiro Mundo.

Foi nesse início do século XX, em meio a esse turbilhão de mudanças, que as mulheres começaram a ser reconhecidas como protagonistas de suas próprias histórias (Thébaud, 1991b) e, puderam, cada vez mais e com mais regularidade, contribuir com modificações sociais em diferentes áreas, da educação à política, expressando-se em diferentes ramos da cultura, atuando em diversos setores sociais e econômicos. As conquistas de direitos civis, como ao voto, foi uma dentre tantas lutas das mulheres no Ocidente que, desde o século anterior acirraram seus embates em prol de seu reconhecimento como sujeitos de direitos.

Conforme Françoise Thébaud (1991a) a Grande Guerra foi o divisor de águas em relação à mulher e sua atuação na sociedade. Foi a partir da segunda metade dos anos de 1910 que as mulheres foram “entregues a novas responsabilidades e a novas profissões” (Thébaud, 1991a, p. 32) e que várias delas começaram a ter um protagonismo maior frente às demandas da sociedade na qual estavam inseridas. Esse movimento, que foi ocasionando a saída da mulher do espaço privado, fomentou, com suas idas e vindas, o que Rose-Marie Lagrave (1991, p. 505) nomeou de uma “emancipação sob tutela”; entretanto, mesmo sendo em grande parte regulada

pelas ações dos homens, esse movimento de mulheres ocidentais concorreria, paulatinamente, para que estas assumissem novas funções sociais. Esse movimento impactaria na construção da identidade feminina, marcada por nuances próprias dos locais onde viviam e de suas condições socioculturais e econômicas¹².

Na Europa, nas primeiras décadas do século XX, atividades envolvendo a caridade e o associativismo foram formas que várias dessas mulheres tiveram de participar e ser valorizadas por sua atuação no pós-Primeira Guerra Mundial. A visão da mulher como cuidadora, um ser benevolente, que tinha por natureza a função materna, ganhou legitimidade ampliada através do exercício de profissões envolvendo o cuidar e o ensinar (Thébaud, 1991a).

Nesse período, com o desenvolvimento econômico industrial nos Estados Unidos e a difusão de um modelo de vida ancorado em novidades tecnológicas, do automóvel ao cinema falado, que se espalhava por diversos países, a propaganda de um novo modelo de vida feminino também se difundia. Mesmo considerando o impacto da crise desencadeada em 1929, esse novo modo de vida não retrocederia. Um modo de viver que estaria ligado à maior autonomia da mulher de classe média¹³ em relação às atividades domésticas e ao aumento de atividades assalariadas que poderiam ser exercidas por mulheres com a aprovação social (em especial as ligadas ao ensino, ao secretariado, à enfermagem)¹⁴.

No Brasil, essas influências impactaram o cotidiano de donas de casa e de mulheres solteiras, de maneira especial as que moravam nas cidades (entre elas Curitiba), por terem mais fácil acesso às informações e novidades que circulavam em outras metrópoles, nacionais ou internacionais. Das facilidades que poderiam ser proporcionadas pelo uso do fogão a gás à valorização da atividade docente (Maluf; Mott, 1999), foram crescentes os estímulos para que as mulheres debatessem sobre seus espaços de atuação e sobre temas como o direito ao voto.

¹² A autora Thébaud (1991a, p. 53), frisa o cuidado que devemos ter ao referenciar a mulher do século XX, pois elas estavam inseridas em contextos econômicos, sociais e culturais e dependiam de “seu grupo social, a idade, a situação familiar, a nacionalidade e, é claro, a história de cada uma”. Generalizar a atuação de mulheres, tendo como referência as mulheres da França ou da Inglaterra, por exemplo, deslegitimaria as lutas de outras mulheres, como as da América Latina e do Continente Africano. Sobre o trabalho de mulheres fora do espaço doméstico no Brasil no século XIX e primeiras décadas do século XX, veja: Trindade (1996); Bertucci (2016).

¹³ Grupo em geral identificado como aquele dos trabalhadores de “colarinho branco”, ou seja, médicos, advogados, bancários, professores, etc e seus familiares (Urry, 1996).

¹⁴ Sobre diferentes propostas de educação feminina emancipadora, formuladas e discutidas por feministas no Brasil, veja Bueno (2020).

Foi nesse contexto que, em 1933, foi criado em Curitiba o Centro Paranaense Feminino de Cultura, uma associação composta pela “mulher urbana de Curitiba” (Trindade, 1996), que tinha como objetivo, segundo notícia publicada na *Gazeta do Povo*, enfatizar a “mais perfeita educação da mulher” com destaque para a “formação intelectual, artística e esportiva” (A Creação, 1933, p. 3). Essa afirmação, feita por Delohé Scalco, uma das fundadoras do Centro, ao jornal na semana da inauguração da instituição, ecoou pelas décadas seguintes nas ações do Centro Paranaense Feminino de Cultura.

Conforme Seixas (2011, p. 103), o CPFC abraçou a causa maternalista e usou dessa questão para ser reconhecido pela sociedade curitibana. A ênfase na mulher-mãe concorreu para o destaque do binômio mãe-filho nos anos de 1950 (Souza, 2013). Durante os primeiros decênios do CPFC, além dos eventos beneficentes, a instrução das próprias centristas foi um dos objetivos da instituição, com a oferta de cursos de idiomas, português e taquigrafia, ensinamentos que poderiam formar uma secretária especializada ou uma dona de casa mais refinada e melhor preparada para cuidar e educar filhos.

Entretanto, foi a criação do Posto de Puericultura “Darcy Vargas”, em 1940, com o objetivo de dar suporte as mães, gestantes e crianças de famílias pobres, que proporcionou ao CPFC um destaque social na capital curitibana na década vigente, em tempos de Segunda Guerra Mundial e de ditadura no país. No Posto do CPFC, donativos e atendimentos médicos eram ofertados às mulheres que procuravam a instituição em busca de ajuda e de instrução, tanto em questões relativas à saúde da criança, quanto a da própria mulher (Seixas, 2011), sendo que as ações feitas no Posto de Puericultura “Darcy Vargas”, em grande maioria, eram “demandas geralmente associadas à nação ou à pátria” (Seixas, 2011, p. 103).

Nesse sentido, realizando atividades que valorizavam a formação intelectual (instrução em idiomas; debates sobre teatro, pintura) e social da mulher (dos saraus a angariação de donativos para necessitados), o CPFC conquistou apoio da imprensa e de pessoas atuantes no mundo público desde sua fundação. Oriundas das classes média e alta curitibana, as centristas desse período, com boa condição financeira familiar, podiam pagar, de maneira regular, as mensalidades e assim manter o funcionamento básico da instituição. Além disso, tais mulheres, utilizavam suas relações pessoais para angariar apoio monetário, de divulgação e de logística (por exemplo o empréstimo de locais para eventos) em prol dos projetos que elaboravam,

tais como a criação do Posto de Puericultura, que atendia crianças e mães carentes (Souza, 2013; Seixas, 2011)¹⁵.

Esse reconhecimento fez com que o CPFC, ao longo das três primeiras décadas de funcionamento, conseguisse aprovação de diferentes grupos da sociedade curitibana. Nesse sentido algumas centristas, mulheres de seu próprio tempo, conquistaram pouco a pouco um lugar no mundo público, e conseguiram fazer com que o CPFC mantivesse suas atividades por muitos anos, inclusive porque foram reconfigurando as atividades que promoviam e os cursos que ministravam, procurando assim responder às demandas sociais e culturais (como as que envolviam a formação profissional da mulher e a liberdade de expressão) que o mundo perpassava com as diretrizes da instituição expressas nos estatutos do CPFC que balizavam as ações de sua diretoria.

No Brasil, os anos de 1960, impactados pelo progressivo aumento do número de mulheres de classe média exercendo atividades fora do espaço doméstico¹⁶, foram marcados pelo golpe de estado em 1964, que instituiu um governo autoritário durante o qual atos institucionais foram implementados e direitos civis foram retirados, ao mesmo tempo que reformas do ensino e mudanças de diretrizes econômicas foram efetuadas com o alardeado objetivo do desenvolvimento nacional (Freitas; Biccas, 2009; Motta, 2014; Sola, 2023).

Uma conjugação entre educação e crescimento econômico, que no Paraná impactou as ações de empresários e governantes (Leão, 1989) e nacionalmente teve a mais evidente expressão na Lei nº 5692/71, que determinou a reforma do ensino, do primário ao médio, com destaque para a formação em habilidades profissionais (Gonçalves; Gonçalves, 2017).

Foi neste período, com o novo Estatuto de 1964, que o Centro Paranaense Feminino de Cultura começou a ofertar cursos para o público externo. Esses cursos

¹⁵ Durante quase todo o período de circulação da *Revista*, exceto os exemplares de 1973, 1974, 1975 e 1976, a direção do CPFC mencionou e agradeceu os auxílios recebidos, muitos deles de homens, começando com a apresentação de um balanço geral publicado no primeiro número do periódico, em 1967 (Apresentando, 1967, p. 1).

¹⁶ As mudanças que impulsionaram maior atuação da mulher socialmente a partir dos anos 1960, podem ser creditadas tanto às transformações desencadeadas pelas duas guerras mundiais, quanto a difusão da pílula anticoncepcional, ampliação e efetiva facilidade de maior acesso à educação superior, aumento do número de separações de casais (mesmo no Brasil onde o divórcio só foi instituído em 1977 e o desquite, que existia desde 1916, inviabilizasse novo matrimônio civil) e assim a formação de famílias monoparentais. Veja, entre outros, Pinsky (2012); Scott (2002).

já começaram a ser divulgados no final do ano de 1963 e as divulgações ocorriam em jornais da época, como na *Gazeta do Povo* ou no *Diário do Paraná*, e tinham o objetivo de concorrer para a formação geral ou o desenvolvimento de uma nova habilidade profissional (Centro Feminino, 1963, p. 5; Centro Paranaense, 1964, p. 6).

Dentre tais cursos, ainda permaneceram sendo ofertados os cursos de datilografia, corte e costura, idiomas (que eram cursos já ofertados na década de 50), mas novos cursos também foram criados e começaram a ser ofertados, como o curso de dicção, oratória, violão (Centro Feminino, 1963, p.5). Alguns cursos, como o caso do curso de ginástica, ofertado na década de 1950 (Seixas, 2011) foi um curso que não foi mais divulgado no ano de 1964, sinalizando que houve uma reorganização de tais cursos e suas ofertas.

Em 1964, a instituição foi além, e sediou um curso de extensão de História do Paraná, organizado pela Universidade Federal do Paraná e ministrado por professores da UFPR¹⁷. A ampliação das pretensões de efetiva colaboração do CPFC, a partir da valorização e enaltecimento local para traçar novos rumos nacionais, se evidenciava conforme os anos iam avançando. Importante salientar que essa empreitada do curso de extensão foi aberta à participação da sociedade curitibana, e tinha como foco os docentes, os formadores da nova Nação.

Como afirmou Carlos Fico (1997) a noção de crise moral durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi persistente; ideias de certo ou errado, bom e mal instigaram uma crise moral – que levou ao golpe de 1964 e permeou o regime instalado – tendo como justificativa de que só comportamentos vistos como adequados tornariam o Brasil uma grande Nação e para isso dependeria de profissionais qualificados para tal missão, como professores e membros da sociedade que atuassem com o público.

Em 1965, alguns meses depois da realização do curso sobre o Paraná, a Assembleia Legislativa Estadual aprovou a concessão de um imóvel para ser a sede

¹⁷ O curso teve como coordenador David Carneiro (engenheiro, economista, historiador) (Machado, 2012) e contou entre seus professores com: Erasmo Pilotto (professor, um dos expoentes da Escola Nova), Eny Caldeira (professora do curso de Pedagogia da UFPR), José Loureiro Fernandes (médico e antropólogo da UFPR) e o desembargador José Munhoz de Melo. O curso foi oferecido prioritariamente para professores de História e estudantes do Curso Normal (estes não pagavam inscrições para fazer o curso). Entre as aulas ministradas estavam aquelas sobre criação da província do Paraná, ciclos econômicos e mudanças políticas (Curso sobre..., 1964, p. 10). Nesse curso a exaltação local, com destaque para elementos que remetiam ao movimento paranista em combinação a reverência à pátria, foram ministrados a classe docente já formada ou em formação.

própria do Centro Paranaense Feminino de Cultura e o CPFC, que tinha ocupado vários imóveis na localidade desde sua fundação, foi instalado na rua Visconde do Rio Branco, nº 1717, no centro da Curitiba (Souza, 2013).

Nos anos seguintes o CPFC continuou a ofertar seus já tradicionais cursos de formação para a mulher. Entretanto, na década de 1970, traduzindo o impacto das mudanças sociocomportamentais que se processavam, alguns cursos foram apresentados de maneira renovada, como o de culinária, e outros eram novidades, como os cursos de dicção e de psicologia, este último discutindo assuntos como emoções, conflitos, relacionamento e personalidade. Os cursos aceitavam matrículas de centristas e de mulheres interessadas, mesmo essas não sendo associadas (Centro de Cultura, 1971, p. 5).

Conforme Napolitano (2014) existia uma preocupação do governo federal brasileiro em assegurar direitos básicos de saúde e educação no país durante a década de 1970, sendo que programas, fossem eles públicos ou privados, que ofertassem esses serviços seriam dignos de felicitações, pois fariam tais medidas pelo bem da Nação e de certa forma estariam alinhados com os pressupostos vigentes do período. As iniciativas do CPFC, mesmo com suas limitações, se enquadravam como uma resposta a essa demanda estatal com seus cursos, que abarcavam desde a iniciação da formação profissional (datilografia, culinária) perpassando pela inserção social e/ou profissional feminina (curso de dicção) até a atenção com aspectos da saúde física, mental e social, de mulheres (curso de psicologia). Além dos atendimentos no Posto de Puericultura “Darcy Vargas” às crianças mais pobres e distribuição de mantimentos às famílias cadastradas.

Retomando as ponderações de Carlos Fico (1997, p. 43) sobre os comportamentos considerados adequados no período ditatorial, existiria, segundo o historiador, a expectativa que “(...) valoriza especialmente a noção de solidariedade, isto é, todos devem orientar suas ações visando ao bem comum” sendo que esse esforço coletivo de todos os cidadãos, sem distinção, construiria um futuro melhor para a nação.

Essa percepção, que ecoava teses sociológicas funcionalistas (Talcott Parsons e outros), entendia que todos os indivíduos deveriam estar integrados à sociedade e que essa integração se daria “através do processo educativo” (Petitat, 1994, p. 13). Essa ideia de funcionalismo, atrelada a noção de solidariedade, citada por Fico (1997),

foram atividades educativas que impactaram e se desdobraram em outras atividades sociais do meio.

Foi nesse contexto que, em 1967, o CPFC começou a divulgar as atividades realizadas pela instituição e prestar contas de seus empreendimentos educativos e filantrópicos através da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, editada e remetida anualmente para as centristas e também para colaboradores e algumas outras pessoas selecionadas.

1.2 ONDE TUDO COMEÇOU

Idealizada em 1966 pela então presidente do CPFC, Leonor Castellano, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* foi publicada pela primeira vez em 1967, pela editora curitibana Lítero-Técnica, inaugurando um tipo de atividade até então inédito na instituição.

Conforme Carla Pinsky (2014), em geral as revistas femininas dos anos 1950-1960 apresentavam um modelo ideal de mulher: branca, de classe média, parte da família conjugal hierárquica, na qual a mulher e o homem tinham papéis diferentes e definidos; os valores que transmitiam eram, em grande maioria, os cristãos de amor ao próximo e de benevolência. Tais revistas eram escritas de forma a “mostrar-se amigas das leitoras, proporcionando-lhes uma sensação de bem-estar, correspondendo de alguma forma aos seus interesses e inquietações” (Pinsky, 2014, p.46). Nesse sentido, prevaleciam os temas relativos a dicas de moda e de decoração, culinária e informações referentes à saúde, além de questões culturais e sociais conforme o contexto.

A *Revista* não se enquadrava nesse modelo de maneira exata, e não apenas por serem poucos os textos publicados sobre a maioria dos itens listados acima, mas porque não era comercializada e sim distribuída às centristas e, eventualmente, doada a outras pessoas.

A criação da *Revista* pode ter sido facilitada por uma das determinações do novo *Estatutos do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, de 1964, que em seu Capítulo VI, afirmava que existiriam no CPFC cinco comissões, cada uma responsável por “desenvolver o seu programa de ação e submetê-lo a apreciação da Diretoria”,

entre estas a Comissão Cultural (Estatutos, 1964, p. 9)¹⁸. Conforme o Artigo 21 desse Capítulo, a Comissão Cultural era encarregada de realizar reuniões a fim de discutir “assuntos da atualidade”; organizar os cursos ofertados pelo CPFC; promover palestras e concursos, ofertar bolsas de estudo (não sócias) para os cursos promovidos pela associação, além de auxiliar as sócias em questão de editorial de suas obras literárias (Estatutos, 1964, p.10). Esta alínea inexistia nos Estatutos anteriores, de 1959 (Estatutos, 1959).

A publicação da *Revista*, a partir de 1967, coincidiu com o início de mudanças do governo federal em algumas diretrizes da política cultural. A partir desse ano, áreas do Ministério da Educação e Cultura foram reestruturadas, sendo organizados o Conselho Federal de Cultura (1967) e o Departamento de Assuntos Culturais (1970). De acordo com Tatyana de Amaral Maia (2010), o Conselho Federal de Cultura tinha como objetivo promover uma consciência nacional e cívica nos cidadãos, e a cultura era um dos caminhos pelo qual essa comunicação entre governo e população poderia ocorrer. Através de financiamentos a instituições nacionais existia um fomento à criação de centros culturais e da publicação de obras literárias de escritores brasileiros. Aspectos ligados a ações de enaltecimento de símbolos nacionais, de tradições e da percepção de unidade da nação, foram incentivados no Paraná e reverberavam em produções feitas na época.

No primeiro número da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, cujo público alvo eram as próprias centristas¹⁹, o periódico foi apresentado da seguinte maneira:

O CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA, cujas atividades se vêm multiplicando constantemente, resolveu por sua Diretoria elaborar e publicar uma REVISTA que servisse a suas finalidades:

¹⁸ As outras comissões eram: Comissão de Relações Sociais que tinha a incumbência de verificar quais sócias participavam assiduamente do CPFC; Comissão Esportiva, encarregada de organizar e incentivar esportes para que as sócias melhorassem as suas vidas físicas; Comissão de Assistência Social, responsável pelo Posto de Puericultura “Darcy Vagas”, encarregada de catalogar os inscritos e anotar os donativos; Comissão de Propaganda, que tinha como propósito divulgar o CPFC no rádio, na televisão e na imprensa em geral (Estatutos, 1964).

¹⁹ Não foram encontradas em Atas do CPFC discussões prévias sobre a criação da *Revista* ou sobre a publicação ser destinada às associadas (com eventual doação ampliada). Não foi possível identificar o mês exato no qual os números da *Revista* eram publicados, mas, uma hipótese plausível é de que, como o periódico apresentava um apanhado de um ano inteiro, cada número fosse editado e distribuído em janeiro ou fevereiro do ano seguinte.

A primeira seria a de dar conhecimento ao público em geral e as suas associadas em particular, de suas realizações no campo cultural-reuniões festivas, lançamento de suas obras literárias, homenagens a quem de direito, palestras, cursos especiais, divulgação de trabalhos realizados em colaboração com o magistério da Capital e outros.

A segunda, a dar contas às suas afiliadas, bem como, às autoridades e entidades que o tem patrocinado, de suas realizações no terreno assistencial, especialmente, no atendimento ao POSTO DE PUERICULTURA “DARCY VARGAS”.

Lançamos hoje o primeiro número da revista que servirá como documentário das atividades deste Centro e igualmente veículo de divulgação dessas atividades, nem sempre conhecidas mesmo das associadas. O aparecimento dos demais números será feito sempre que for oportuno para divulgar novos fatos e feitos realizados pelo CENTRO.

Aí está, pois, a REVISTA DO CENTRO PARANAENSE DE CULTURA (Apresentando, 1967, p. 1, destaques no original).

A *Revista* número 2, editada em 1968, começava apresentando ao público leitor o “movimento cultural bastante intenso nesse período [1967], com o lançamento de novas obras elaboradas por centristas, palestras, recepções e homenagens” (O Centro Paranaense... 1968, p.1).

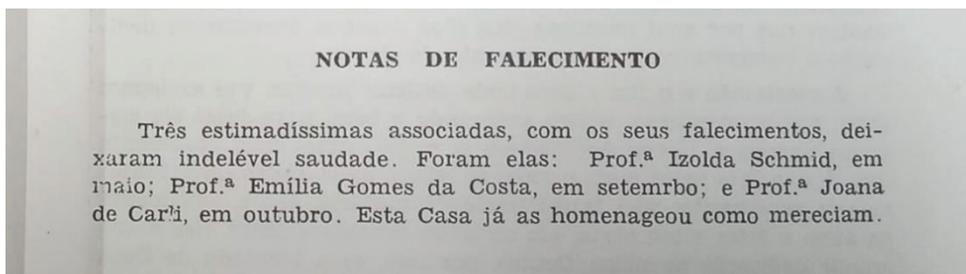
Assim, apesar da previsão da possibilidade de mais de uma edição da *Revista* por ano, isso aconteceu apenas uma vez entre período de 1967 a 1976, pois foi um número monotemático. No ano de 1969, além do número 3, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* editou o exemplar de número 4 para homenagear Leonor Castellano, a presidente do CPFC e idealizadora da *Revista*, que faleceu depois do lançamento do número 3 da *Revista* (Apresentação, 1969, p.1).

Os três primeiros números regulares da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* traziam informações sobre as atividades anuais do CPFC. Menções de palestras, cursos, ações filantrópicas e reuniões do Centro Paranaense Feminino de Cultura, eventos sociais (por vezes beneficentes) feitos ao longo do ano anterior ao da edição, eram expostos às leitoras como um meio de informar o que havia acontecido.

Também compunham a *Revista* até o ano de 1969, agradecimentos às pessoas que prestaram auxílio financeiro para o CPFC e para o Posto de Puericultura “Darcy Vargas”, comentário de cartas recebidas, descrições de livros e de lançamentos de obras literárias que foram produzidas pelas centristas, notas de falecimento de personalidades curitibanas e de centristas, que mereciam homenagem (Figura 1, destaque para informação “prof.^{as}”), além de poesias, textos e trovas sobre o Paraná

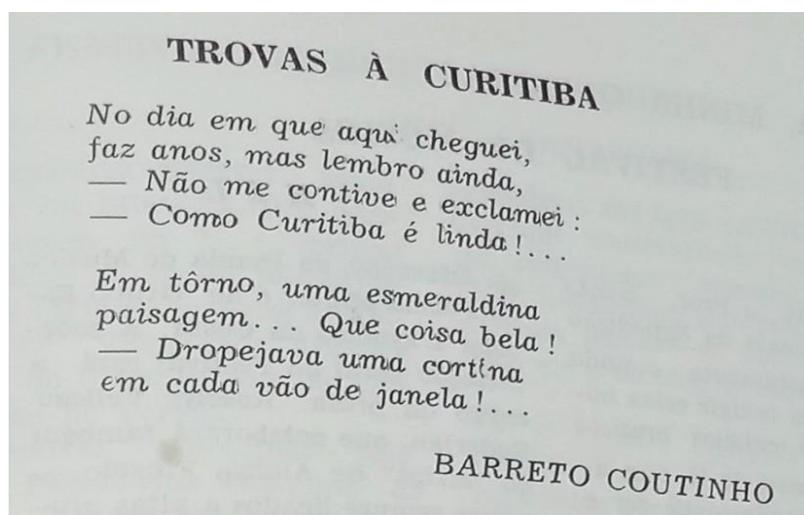
e a vida em Curitiba no início do século (Figura 2) e, também, temáticas diversas, como as cristãs (por exemplo o Natal, Dia da Padroeira de Curitiba, versículos bíblicos).

Figura 1- Notas de falecimento



Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, n.1, 1967, p. 17

Figura 2- Trovas à Curitiba



Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, n.2, 1968, p. 29

Os exemplares de 1967, 1968 e 1969, têm como característica primordial a explicitação para as próprias integrantes do CPFC e também colaboradores sobre as realizações da instituição, por exemplo: resumos das principais decisões sobre o Posto de Puericultura “Darcy Vargas”, reprodução dos balanços financeiros, lançamentos de obras literárias, tarde de autógrafos, encontro de trovadores. Ao cotejar as Atas do CPFC de 1966 a 1968 com os textos publicadas na *Revista* fica

evidente que os dados e informes editados eram balizados pelas decisões e ideias aprovadas em Atas (Ata [1966, 1967, 1968],1968).

Considerando que o CPFC era alicerçado na premissa de divulgar e incentivar a cultura, os textos da *Revista* pareciam uma tentativa de formalizar, culturalmente, a inserção do periódico na sociedade reforçando valores (inclusive religiosos), enaltecendo a cidade de Curitiba de maneira ufanista, aclamando personalidades da política local (como o caso do prefeito Ivo Arzua que fez uma visita ao CPFC em 1967), mas sem deixar de lado âmbitos regionais e de exaltação do país (Quadro 1).

Quadro 1- Seções e Informes da coleção *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* – publicados nos exemplares 1967, 1968, 1969

Seções/ Informes	1967	1968	1969 n.3	1969 n.4 (extra)
Informes sobre datas de reuniões do CPFC	X	X	X	
Divulgação de livros	X	X		
Síntese de livros publicados pelas centristas	X	X	X	
Prestação de contas	X	X		
Homenagens ou Saudações	X	X	X	X
Informes de agradecimentos/ notas de falecimento	X	X		X
Resumos de palestras proferidas no CPFC	X	X	X	
Encontro de trovadores no Paraná	X	X	X	
Trovas	X	X	X	
Aniversários do CPFC	X	X	X	
Informes sobre a cidade de Curitiba	X	X	X	
Poemas sobre a cidade de Curitiba	X	X	X	

Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, 1967-1969.
Quadro organizado pela autora da dissertação.

Mesmo que alguns exemplares fossem dados a indivíduos (mulher ou homem) que não faziam parte do CPFC, a grande maioria das revistas era distribuída entre as centristas, denominadas também como sócias em documentações oficiais da instituição. Em 1974, por exemplo, a tiragem da *Revista*, realizada pela Editora Lítero-Técnica, foi de 400 exemplares e custou Cr\$1.800 (um mil e oitocentos cruzeiros) (Livro Caixa,1974-1976, p. 25).

Entre as pessoas, centristas ou não, que no primeiro ano da publicação enviaram cartas de agradecimento pelo recebimento de exemplar estavam, a poetisa e professora Helena Kolody, “sócia remida” do CPFC (Kolody, 1967), e o escritor Herbert Munhoz van Erven (Van Erven, 1967). O jornalista Eddy Antônio Franciosi agradeceu também o envio da recém-lançada *Revista do Centro Paranaense*

Feminino de Cultura pela coluna Sociedade do *Diário do Paraná* (Franciosi, 1967). Pelos nomes masculinos citados é possível pensar em uma ação estratégica da direção da *Revista* para divulgar para a sociedade o periódico e, também, às mulheres do CPFC.

A referência ao tipo de sócia que foi Helena Kolody é elucidada nos *Estatutos do Centro Paranaense Feminino de Cultura* de 1964 que, no seu Capítulo X, determinavam que o CPFC tinha títulos sociais para as centristas, ou seja, dentro da Instituição as centristas tinham uma hierarquia entre:

- “sócias fundadoras” que entraram até dezembro de 1933;
- “sócias contribuintes” que eram aquelas que pagavam mensalidade regularmente;
- “sócias honorárias” que eram mulheres que recebiam esse título por conta do seu notável saber e merecimento;
- “sócias ou sócios beneméritos”, que eram pessoas que prestavam serviços ao CPFC;
- “sócias remidas”, que eram aquelas que em 25 anos nunca deixaram de contribuir financeiramente com o Centro, sempre pagando as mensalidades;
- “sócias ou sócios correspondentes”, que eram aquela(e)s que residiam fora de Curitiba, do estado do Paraná ou do país (Estatutos, 1964).

Mesmo a centrista que tivesse o título de “sócia remida” ou “sócia honorária” pagava mensalidade; contudo aquelas que quitavam a mensalidade entravam para o *Livro das Associadas Remidas*, cujos exemplares de 1969 a 1978 contavam com mais de 150 nomes, o primeiro nome deles é o da cofundadora do CPFC, Rosy de Macedo Pinheiro Lima, que ainda atuava de maneira esporádica na instituição em 1970 (*Livro ...1978*).

Conforme Larissa Seixas (2011, p. 81), ao longo das décadas, apesar dos discursos e enunciados proferidos pelas centristas convidando as mulheres curitibanas a participarem do CPFC, a instituição “era um ambiente por onde circulavam principalmente mulheres advindas das classes média e alta”, sinalizando que os convites feitos pessoalmente, no próprio meio social, deveriam ser os mais eficazes.

De acordo com o *Livro das associadas e das mensalistas de 1965 a 1968*, no ano de 1968 foram registradas 363 mulheres como sócias do CPFC, sendo que 30

dos nomes listados foram riscados no livro, indicando desistência da centrista em continuar como sócia ou exclusão devido a inadimplência (Livro...1968). Em 1970, quando o salário mínimo no Paraná era de NCr\$ 174,00 (cento e setenta e quatro cruzeiros novos) (Mínimo, 1970), a assembleia do CPFC “começou por dobrar a anuidade do Centro, de cinco cruzeiros (sic) para dez.” (Ata [1970],1981, p.16).

Apesar do CPFC ter um número significativo de mulheres associadas, em geral a participação delas nas reuniões da entidade não chegava à metade do total de mulheres cadastradas. Conforme registrado no *Livro de presença de 1969 a 1976*, durante os meses de julho a novembro de 1969, em três reuniões feitas pela diretoria do CPFC a presença das associadas não excedia 100 mulheres por encontro (Livro..., 1976), sendo que nos outros anos essa média também permaneceu. Dentre as reuniões feitas, algumas eram para alinhar medidas internas do Centro Paranaense Feminino de Cultura, outras eram chás beneficentes, tardes de autógrafos ou de homenagens. Essa informação sinaliza quanto a *Revista* deve ter sido importante para informar as centristas sobre as atividades e rumos da instituição (com mais detalhes nos seus primeiros números) e, principalmente, para difundir o que era ser uma centrista, ao fazer circular noções sobre literatura, artes, religião e valores familiares e morais apropriados para a mulher cidadã dos anos 1970.

A *Revista* foi lançada no “primeiro momento repressivo” (Napolitano, 2014, p. 92) da ditadura civil-militar brasileira. Conforme Marcos Napolitano (2014), esse foi um momento no qual houve uma perseguição contra atividades vistas como intelectuais, que englobavam o teatro, a imprensa e a educação, nas quais atuavam pessoas que se posicionavam contra o governo e eram taxadas como indivíduos que contrariavam os interesses da pátria. Até meados de 1968, a repressão teve como foco mais evidente os movimentos e instituições, como: União Nacional dos Estudantes e o Centro Popular de Cultura da UNE, as universidades federais, emissoras de rádio e o Movimento de Alfabetização.

Uma situação que, apesar das peculiaridades nacionais, reverberava o que acontecia no mundo. O ano de 1968 ficou marcado por protestos e mobilizações políticas pelo mundo todo. Na América, conforme Marcelo Ridenti (1999) foi exemplar o caso do México, onde centenas de estudantes foram mortos enquanto faziam mobilizações por mudanças estruturais, e nos Estados Unidos onde ocorreram manifestações contra a Guerra do Vietnã (que já durava quase uma década). Além

disso foi o período da grande difusão dos movimentos intitulados como contracultura também pelo continente americano, inclusive no Brasil²⁰.

Em 1968, enquanto ocorriam tais mobilizações no mundo e no Brasil, o CPFC continuava realizando suas atividades culturais e sociais. Conforme *Relatório de Atividades* do 1º semestre daquele ano, o Posto de Puericultura “Darcy Vargas” tinha 2.330 crianças inscritas e atendia pessoas que precisavam de seus serviços. Além do Posto de Puericultura, o CPFC contava também com 163 alunas frequentando os cursos de: arte, culinária, acordeão, corte e costura, datilografia, decapê, inglês, francês, varicor e violão (Relatório, 1968).

Até o exemplar número 4, editado em 1969, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* primou por publicar descrições de atividades das centristas e sobre efemérides locais – regionais e nacionais-, além de elencar uma detalhada prestação de contas do Posto de Puericultura “Darcy Vargas”. Contudo, após a morte de Leonor Castellano e a mudança de diretoria do periódico, nos exemplares elaborados a partir do exemplar de 1970 as informações referentes à prestação de contas foram deixadas em segundo plano e os conteúdos das seções, artigos e poesias sofreram alterações. Os textos sugeriam uma maior empatia das leituras deixando de ser apenas informativos ou descritivos.

1.2.1 Lendo as entrelinhas

Em 1970, além do conteúdo da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* sofrer alterações, o CPFC também ganhou novos estatutos. Esse novo documento extinguiu duas comissões, a Esportiva e a de Propaganda, e criou a Comissão Recreativa que “organiza piqueniques e excursões, dos quais as sócias e os familiares, poderão participar” e a Comissão de Divulgação, com a

²⁰ De acordo com Vanessa Pironato Milani (2023, p. 63), a contracultura foi um movimento internacional de “descontentamento, especialmente por parte dos jovens, com a sociedade que se formava no pós-Guerra”. Rock, música underground, movimentos hippies e filosofias orientais, como o hinduísmo e o budismo, além do uso de novas drogas, como o LSD, ganharam difusão. Questões envolvendo a liberdade e a igualdade de relações humanas, principalmente entre os sexos femininos e masculinos, foram o estandarte da contracultura, reverberando no Brasil em movimentos como a tropicália e “jovem guarda” os quais, em diferentes medidas, também contestavam a ditadura civil-militar brasileira e as relações do governo com o exterior.

responsabilidade de realizar de todas as formas “eficientes” a divulgação do CPFC (Estatutos, 1970, p.10)²¹.

Dentre as mudanças feitas pelo *Estatutos* de 1970, chama a atenção a forma como as regras da Comissão de Divulgação não davam atenção ao rádio e à televisão, algo que acontecia quando existia a Comissão de Propaganda. Conforme Esther Hamburger (2002, p. 442), na década de 1970 a televisão era um dos meios de “difusão de informações acessíveis a todos sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica”. Atingindo um público diversificado, a transmissão de novelas, pela Rede Globo atingia de 40% a 60% dos domicílios com televisores. Estando em um espaço privado, a televisão foi, durante a ditadura civil-militar, um dos meios políticos de popularização e integração do regime, o que significou o crescimento exponencial de algumas emissoras durante a ditadura, pois eram beneficiadas pelo regime, enquanto outras tinham maiores problemas com a censura.

Ao mesmo tempo, novelas dessas mesmas emissoras, com destaque para a Rede Globo, como: *Irmãos Coragem* (1970), *O Bem Amado* (1973), *Gabriela* (1975) entre outras, tangenciavam questões sociais como injustiça, confronto entre irmãos, adultério, sexualidade feminina, que deveriam ecoar como subversivas para os apoiadores mais tradicionais do regime político vigente. Nesse sentido, conforme Hamburger (2002) a televisão demonstrava, muitas vezes, os dramas vividos pelas mulheres da década de 1970 no Brasil, entre os discursos em defesa da família convencional e a ideia de liberdade e independência da mulher em relação às suas próprias escolhas de vida.

Entre as questões levantadas pela mídia televisiva brasileira em relação aos dilemas das mulheres da época estavam: ser dependente ou independente social e financeiramente do marido, a favor ou contra o aborto, usar ou não pílula anticoncepcional; temas que refletiam as angústias que cada vez mais permeavam o cotidiano das brasileiras, assim como de mulheres de outros países (Sineau, 1991).

²¹ Os *Estatutos* do *Centro Paranaense Feminino de Cultura* de 1970 acrescentaram ao texto do CPFC uma determinação relativa a proventos. Conforme as disposições gerais do documento em seu Artigo 36, nenhuma dirigente, mantenedora ou associada tinha uma remuneração de lucros, isto é, nenhuma das mulheres da direção ou que ajudavam no CPFC ganhavam um tipo de remuneração, sendo que todos os lucros obtidos pelo CPFC eram para obras sociais e melhorias da instituição (Estatutos, 1970).

Mas, em meio a crescente adesão à televisão pela população brasileira, o rádio²² ainda era usado pelas centristas como o principal veículo de comunicação de massas para circulação de suas ideias para a população (a revista era uma publicação interna)²³. No ano de 1970, nas últimas páginas da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* há a transcrição de uma palestra apresentada por Nair Cravo Westphalen na Rádio Cultura, em março daquele mesmo ano, por ocasião do aniversário de 277 anos de Curitiba. Durante essa palestra, Nair Cravo Westphalen (1970, p.38-39), em nome do CPFC, prestou homenagem a um dos "vultos inesquecíveis" que deixaram sua marca na capital curitibana por meio de suas notáveis ações. O homenageado em questão foi o Monsenhor Celso, que no início do século XX, atuou como vigário geral na capital por mais de 30 anos.

Interessante perceber como as centristas autoras-redatoras transcreveram essa palestra do rádio para a revista, potencializando a circulação de ideias patrióticas que valorizavam a terra natal; um esforço extra para difundir, em um meio menos fugaz que o das ondas do rádio, as palavras de uma mulher membro do CPFC.

A *Revista* se evidenciava como meio para fazer circular pensamentos e valores que tinham como principal meta a formação do próprio grupo das associadas do CPFC. De 1970 até 1976, foram lançados 6 números da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*; em média, as revistas feitas de 1970 até 1974 tinham 50 páginas, sendo significativa a queda do número de páginas em 1975 e 1976, que contaram com cerca de 25 páginas cada uma ²⁴.

Durante a produção da *Revista* nos anos 1970, quatro foram as presidentes do CPFC, sendo elas: Marita França (1969-1971) ²⁵, Glaura Azevedo Vilanova (1972-

²² O rádio em 1940 e 1950 no Brasil envolvia muitas pessoas e os programas eram compostos pela narração de radionovelas, as músicas eram tocadas ao vivo, existiam até programas com plateia, no qual algum convidado vinha cantar ou narrar alguma história e as pessoas ficavam escutando. Já em 1970, com a demanda da televisão, muitos locutores de rádio e apresentadores migraram para a TV, enquanto o rádio teve que se adaptar adotando "o modelo de música, esporte e notícia, com a apresentação de músicas gravadas em disco, e com equipes de repórteres e locutores para a produção dos noticiários" (Calabre, 2003, p. 5).

²³ Conforme Regina Schimmelpfeng de Souza (2013), o CPFC realizava algumas aparições na televisão, em flagrantes sobre festividades ou informes sobre o êxito de programações da instituição. Contudo nos materiais pesquisados não foram encontradas participações televisivas na primeira metade da década de 1970.

²⁴ Veja o total de páginas de cada número da *Revista* no Apêndice.

²⁵ A curitibana Marita Tabora Ribas de França nasceu em 1915. Filha de Heitor Stockler de França (presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)) e de Brasília Tabora França, Marita era uma advogada militante (Buck, 2008) e atuava na Assistência Judiciária do Sesi-PR. Foi a primeira presidente do Diretório Central de Estudantes das Faculdades do Paraná. Faleceu no ano de 2009. Integrava também a Academia Feminina de Letras do Paraná, e o Clube Soroptimist.

1973)²⁶, Selene Amaral Di Lenna Sperandio (1973-1975)²⁷ e Galdívia Vidigal Darcanchy (1975-1977)²⁸. Além das presidentes, as mudanças também ocorriam em outros cargos da diretoria: vice-presidentes, secretárias, tesoureiras e bibliotecárias.

Em comparação com as revistas lançadas na década de 1970 no Brasil, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* tinha particularidades distintas das demais revistas. De acordo com Tania de Luca (2012), as revistas feitas a partir daqueles anos, como *Claudia* e *Capricho*, foram revistas divulgadas para atender um público específico. Enquanto a revista *Claudia* era uma revista que tinha como público a mulher casada, aquela que cuidava dos afazeres domésticos, a revista *Capricho* era para as moças adolescentes, que ainda não tinham casado e estavam se conhecendo como mulher. Assuntos que envolviam beleza, moda, contos românticos faziam com que a revista *Capricho* tivesse, em geral, leitoras entre 13-25 anos, enquanto no caso da revista *Claudia* questões de culinária, decoração, bons modos à mesa, etiqueta eram matérias que compunham as páginas das revistas. Ao folhear tais exemplares, era nítido que existia um atrativo visual por meio das imagens que eram coloridas, da diagramação que imitava um caderno de receitas ou um diário de segredos, além de que existiam as propagandas que ofertavam produtos para que essas leitoras comprassem (Luca, 2012).

Outra parte que compunha essas revistas era a seção para a qual a leitora enviava uma carta, pedindo conselhos. Entre várias missivas para o redator ou o responsável pela seção, algumas eram escolhidas e respondidas. Uma forma de comunicação e manutenção de leitoras que acabava por manter ou alavancar a venda dos periódicos. Outra forma de incentivar as leitoras a comprarem essas revistas era o entretenimento, que em meio a belas ilustrações, muitas vezes apresentavam fofocas sobre famosos e especulações sobre atores da mídia televisiva e do cinema.

²⁶ Conforme textos dos jornais *Diário do Paraná* (1970) e *Diário da Tarde* (1977), em 1970 Glaura de Azevedo Azambuja Vilanova era diretora da Escola Normal Experimental Lysimaco Ferreira da Costa e estava se preparando para participar de uma Conferência Internacional de Professores na Austrália (Mestres, 1970); mantinha frequente contato com secretários da Educação e Cultura paranaenses e participava de comissões culturais organizadas pelo governo do Paraná (por exemplo: Comemoração, 1977).

²⁷ Sobre Selene Amaral Di Lena Sperandio, outras informações estão nas páginas seguintes, quando foram realizadas considerações sobre a centrista que mais publicou na *Revista* e no jornal da *Gazeta do Povo*.

²⁸ Não foram encontradas mais informações sobre Galdívia Vidigal Darcanchy nas fontes pesquisadas.

De uma maneira ou de outra, eram difundidas de forma subliminar noções sobre beleza, comportamento, felicidade.

Em contraponto, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* na década de 1970 não tinha páginas coloridas, as capas eram brancas e as impressões em azul (emblema do CPFC e as palavras), informações concisas sobre o periódico e número de classificação entre os materiais editados pela instituição (Figura 3).

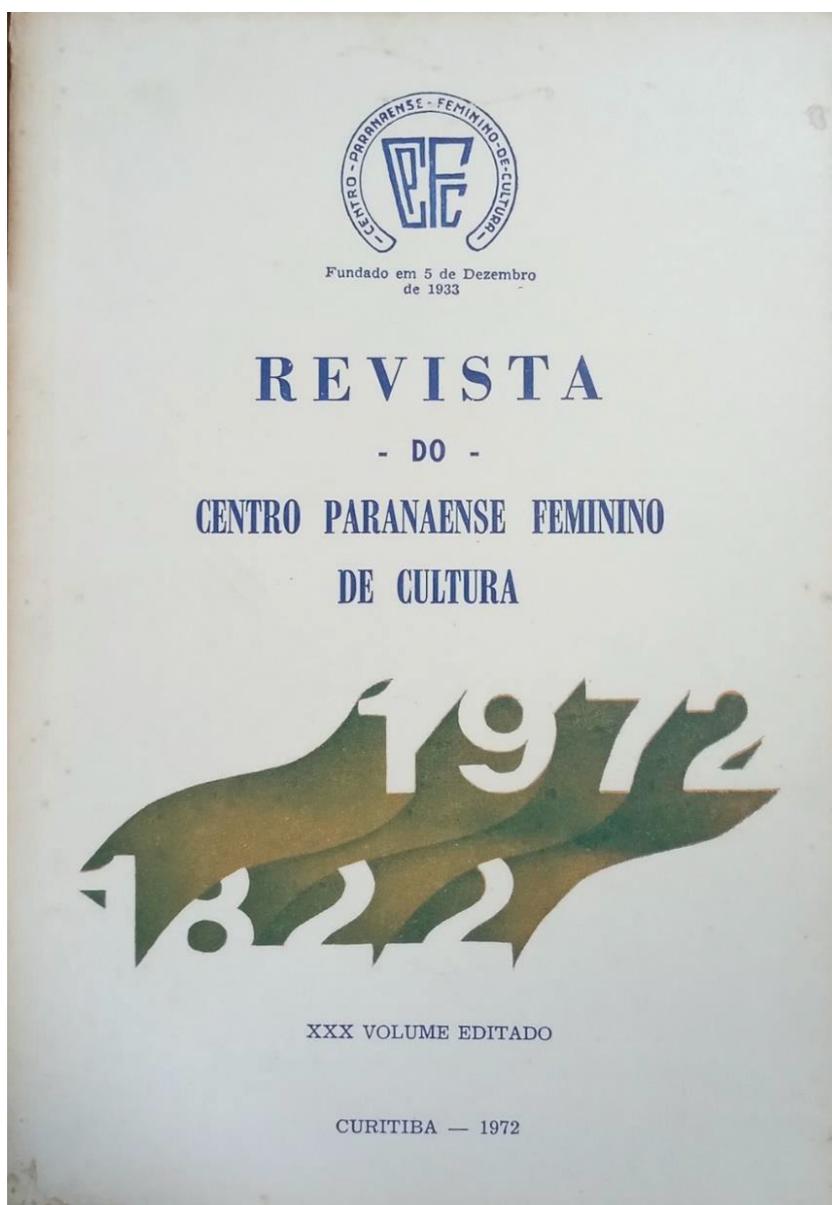
Figura 3- Capa- *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* de 1971



Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, n.6, 1971

Apenas duas capas apresentaram aspecto diferente, as dos exemplares de 1972 e de 1973. Na edição de 1972 existe uma alusão ao ano de 1822, com reprodução, em tons de marrom, do logotipo difundido à época pelo governo federal para comemoração do sesquicentenário da independência do Brasil (Figura 4). Nada mais significativo, considerando a exaltação da pátria realizada no período ditatorial; como uma forma de insuflar os valores nacionais sem dizer uma palavra, o desenho remetia para um Brasil que se projetava para o futuro.

Figura 4- Capa- *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* de 1972



Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, n.7, 1972

Quanto à capa da edição de 1973 (Figura 5), feita na cor azul, destoava da grande maioria das outras, porque apresentou em destaque o emblema criado naquele ano para compor a bandeira do CPFC, em comemoração aos 40 anos da instituição.

Figura 5- Capa- Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura de 1973



Fonte: Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura, Curitiba, n.8, 1973

O logotipo de 1973 foi idealizado pela centrista Jacira G. Pereira conforme instruções da presidente do CPFC à época, Glaura Vilanova. Não foram localizadas informações detalhadas sobre o emblema (Ata [1973;1974], 1981). Entretanto, Regina Schimmelpfeng de Souza (2013) reproduziu considerações sobre o emblema apresentadas em 2007 por Chloris Casagrande Justen, no seu discurso de posse da nova diretoria do CPFC:

Uma lâmpada sobre livros supõe bases sólidas e de equilíbrio para a busca de patamares mais proeminentes em todas as ações. Os livros asseguram que somente o conhecimento é capaz de manter acesa a chama dos ideais e a superação dos desafios. A chama acesa é a perenidade da arte, do conhecimento e da beleza, dando vida à centelha divina que dá ao homem a sua humanidade. Um pinheiro iluminado pela luz da chama é o Paraná, nutrindo e protegendo a cultura sempre crescente, onde os saberes e os valores se condensam em sabedorias. O ambiente iluminado pela chama da lâmpada e por um sol nascente indica a permanência e possibilidade constante de um recomeço (Justen, 2007 *apud* Souza, 2013, p. 142)

Além das capas que pouco variaram²⁹ e nas quais constavam o ano de publicação, as contracapas ora apresentavam informações sobre a composição da diretoria do CPFC, ora reproduziam imagens da sede da instituição ou do Posto de Puericultura “Darcy Vargas”. Na primeira página da *Revista* constavam informações do expediente (que desapareceu nos exemplares de 1975 e 1976): nome do periódico, ano de publicação (não o ano civil) e número do exemplar, diretoria da *Revista*, endereço do CPFC (o da redação e administração)³⁰. As mulheres que compunham a diretoria do periódico em geral ocupavam outros cargos na instituição (Tabela 1).

²⁹ Instrumento de propaganda de periódicos, no caso da *Revista* a capa poderia causar um certo estranhamento, já que não chamava a atenção, pois era monocromática e padronizada (com as raras exceções indicadas), e não sinalizava o conteúdo interno. Contudo, temos como hipótese que esse tipo de apelo para a leitura da *Revista* não era necessário, pois o periódico era direcionado para um público certo, para o qual o importante estava nas páginas da *Revista*. Nesse sentido e, talvez também por uma questão econômica, a capa poucas vezes foi alterada.

³⁰ Como a diagramação modificada dos exemplares de 1975 e 1976 excluiu o expediente, a localização das associadas membros da diretoria da *Revista* teve que ser realizada em outras partes do periódico, mas podem ser deduzidos considerando a sequência anterior e o ano (civil) da publicação que está nas capas dos exemplares de 1975 e 1976.

Tabela 1 - Direção – Centro Paranaense Feminino de Cultura, 1970-1976

Ano Publicação	Direção da Revista	Outra função no CPFC durante o período
1970	Diretora: Marita França	Presidente
	Diva Ferreira Gomes	Secretária
	Argentina de Mello e Silva	Bibliotecária
1971	Diretora: Marita França	Presidente
	Diva Ferreira Gomes	Secretária
	Argentina de Mello e Silva	Bibliotecária
1972	Diretora: Glaura de A. Azambuja Vilanova	Presidente
	Diva Ferreira Gomes	Secretária
	Argentina de Mello e Silva	Não localizada
1973	Diretora: Glaura de A. Azambuja Vilanova	Presidente
	Diva Ferreira Gomes	Secretária
	Argentina de Mello e Silva	Não localizada
1974	Diretora: Selene A. Di Lenna Sperandio	Presidente
	Diva Ferreira Gomes	Secretária
	Argentina de Mello e Silva	Não localizada
1975	Diretora: Selene A. Di Lenna Sperandio	Presidente
	Diva Ferreira Gomes	Secretária/ Vice-presidente
	Argentina de Mello e Silva	Não localizada
1976	Diretora: não consta	--
	Diagramadora: Diva Ferreira Gomes	Vice-Presidente
	Revisora: Argentina de Mello e Silva e Diva Ferreira Gomes	Não localizada / Vice-Presidente

Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, 1970-1976

Analisando as edições de 1970 a 1976, não foi possível delimitar quais critérios foram usados na distribuição e posição das matérias na *Revista*, pois algumas começavam com poemas, outros com currículos (a grande maioria) e até algumas com imagens das chamadas personalidades de Curitiba. Excetuando as fotos pontuais (formato 3X4) o periódico era formado por poemas, artigos e seções (Quadro 2).

Quadro 2- Principais seções e/ou temáticas da coleção *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* – publicados nos exemplares 1970 a 1976

Principais Seções/Temáticas	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Currículo vitae ou Biografia - mulher	X	X	X	X	X	X	X
Biografia - homem		X	X				
Atualidades do mundo	X		X	X	X	X	X
Dicção/ maneiras de conversar	X		X	X	X		X
Palestras proferidas no CPFC		X	X	X	X		
Datas de reuniões do CPFC			X	X			
Prestação de contas		X	X			X	
Religiosidade		X	X	X	X	X	X
Saúde/ Bem-estar		X		X	X	X	
Humor- Maria Sem Graça		X		X			
Lendas folclóricas brasileiras		X	X	X			
Festividades nacionais	X			X	X	X	
Personalidades estrangeiras		X		X	X		
Novas tecnologias				X	X		
Poemas/Músicas de autores nacionais			X	X	X		
Caridade	X	X	X	X	X	X	
Saudade		X		X		X	
Casamento	X		X	X	X		
Amizade	X			X	X		
Debutante, noiva	X		X	X	X	X	
Mãe/pai, avó(ô), filha(o), esposa e marido		X	X	X	X	X	X

Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, 1970-1976
Quadro organizado pela autora da dissertação.

Considerando os textos e poemas publicados entre 1970 e 1976, alguns salientavam questões religiosas cristãs, como a importância da Virgem Maria como mãe de Jesus, como padroeira do Brasil e o ideário cristão às mulheres, além de trechos bíblicos e poemas relacionados a fé. Outras publicações ressaltavam como a dicção era importante para mulher, como ela deveria se portar em uma conversa e poderia ser elegante ao falar corretamente as palavras e frases. Já as seções, transcrições e artigos abordavam temáticas como: saudade, amizade, companheirismo, família, casamento, debutante e outros, tiveram mais enfoque nas páginas da *Revista*.

Questões culturais também estiveram mais presentes, como: músicas ouvidas pela população, trechos de obras literárias (de Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, entre outros) e também notas e artigos sobre as novas tecnologias que eram lançadas (por exemplo o uso do cartão magnético nos caixas eletrônicos). Sobre

a cultura brasileira, foram escritos, por exemplo, comentários sobre personagens lendários amazônicos e relato sobre a origem da capoeira.

Um diferencial nas edições de 1970 e 1971 foram as piadas de humor duvidoso, assinadas por Maria sem Graça. As piadas envolviam temas sobre as funções do homem e da mulher na sociedade, racismo e percepções de conduta feminina.

Quanto à autoria dos textos em geral e dos poemas da *Revista*, eles foram assinados tanto por mulheres (a maior parte) quanto por homens. Nos números da *Revista* de 1970 até 1976 foram encontrados textos nos quais o autor especificava que aquele escrito foi produzido para o periódico do CPFC, entretanto, diversos textos assinados por mulheres e por alguns homens foram transcritos de jornais, livros e de outros documentos, e nesses casos, na grande maioria das vezes, era indicada a reedição e a referência da publicação original, assim como a autoria tanto do autor quanto de quem realizou a transcrição do texto.

Muitos desses textos, poemas e transcrições traziam ao final o nome do(a) autor(a) e, em alguns casos, o nome de quem transcreveu o material editado. Escolhidos pelas centristas autoras-redatoras da *Revista*, podemos perceber que essas publicações compõem, com diferentes nuances, o perfil do periódico do CPFC. Como escreveu Chartier (2012, p.27), a função-autor, aqui entendida tanto como aquela de quem escreve o texto, como a de quem determina sua publicação é a “circulação [e] funcionamento de certos discursos na sociedade”.

No caso da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* a função-autor foi de um mesmo núcleo de mulheres por quase seis anos. Nesse sentido, as autoras-redatoras fizeram circular escritos, em grande medida produzido ou transcritos por um pequeno número de membros do CPFC, que validavam aspectos de um perfil feminino ideal, que conjugava o moderno e valores cívico-morais difundidos pelo regime político civil-militar vigente.

Um exemplo da reprodução de textos na *Revista*, foi o trecho da obra “As creadas”, de Lucio Pereira, parte de livro *Contos Paranaenses*, editado em 1896 (devidamente mencionados), que deveria ser conhecido de várias centristas, já que era pai da associada Lucia Pereira. As palavras de Lucio Pereira, sobre a inversão dos papéis empregada-patrão, evidenciando as dificuldades e exigências da doméstica, foram transcritas em um artigo de 1970, assinado pela direção da *Revista*, e o texto foi alvo do seguinte comentário: “uma delícia de conto, pela verve do autor e pela atualidade do tema” (A Direção, 1970, p. 7).

Essa prática de transcrição e inserção de comentário, era uma estratégia da direção do periódico para captar a atenção das mulheres do CPFC que recebiam a *Revista*, e assim difundir, a partir de trechos redigidos por autores consagrados, considerações exemplares.

Outro movimento feito pela direção da *Revista* e que esteve presente em muitos números do periódico, foram os textos que evidenciavam exemplos de vida para as centristas. Nomeada entre 1967 e 1969 como Homenagem e, em alguns casos, Saudação, a partir de 1970 a seção passou a ser Currículo Vitae (também escrito como Curriculum Vitae) ou, eventualmente, Biografia, uma mudança que não foi apenas de nome³¹, pois a estrutura da seção foi modificada, indicando de forma exemplar a transformação que se operou no conteúdo dos textos da *Revista*.

Até 1970 eram comuns os escritos que remetiam às narrativas romantizadas, nas quais eram salientados atos e virtudes das pessoas homenageadas. O foco eram as benfeitorias feitas pelos indivíduos e particularidades pessoais enquanto seres humanos. Nesse sentido, na *Revista* de 1967, a pianista Inêz Colle Munhoz foi saudada e identificada como aquela que por suas mãos “tocaria a alma” dos que a ouvissem, sensibilizando gerações “com sua ternura” (Homenageando..., 1967, p. 6-7). Já em 1968, duas páginas foram reservadas para saudar Rosellys Vellozo Roderjan, descrita como uma pesquisadora da música paranaense; conforme o texto, Roderjan “usa a timidez própria como defesa, ciosa, porém de qualidades naturais, ela como pessoa tímida, esconde em seu âmago do coração um tesouro de ternura e abnegação” (Cravo, 1968, p. 38-39).

Esses exemplos da seção Homenagem ou Saudação até 1969, evidenciavam aspectos da vida pessoal da(o) personagem em foco, deixando em segundo plano âmbitos profissionais e acadêmicos da pessoa (como por exemplo: escolaridade, locais de atuação profissional). Eram enaltecidas virtudes e formas de condutas identificadas há décadas como femininas (Farias, 2024), tais como a caridade, a sensibilidade, a leveza que, para muitos, ainda eram atreladas a características morais e cívicas.

³¹ Em alguns casos, a partir de 1970, o título da seção sobre a vida de pessoas ainda levava o nome de Homenagem, mas a estrutura textual e o conteúdo eram diferentes das homenagens feitas de 1967 a 1969.

A decisão de mudanças na seção, que a partir de 1970 passou a apresentar texto em formato conciso, curricular (com fotografia), organizado a partir de dados da vida e das atividades das pessoas, pode ter sido resultado da necessidade de tornar aquele espaço da *Revista* mais identificado com o cotidiano de várias centristas, muitas das quais também atuavam fora do espaço doméstico e, cada vez mais, tinham acesso a meios de comunicação inovadores, como a televisão. É possível que as responsáveis pela publicação tenham percebido que as associadas não se sentissem mais muito atraídas por leituras longas e rebuscadas sobre uma pessoa.

Na rebatizada seção Currículo Vitae ou Biografia eram apresentados indivíduos, mulheres e alguns homens (em geral destacados a partir de suas ligações com o universo feminino), que possuíam relevância na vida pública por suas ações profissionais e feitos exemplares que mereceriam, conforme a *Revista*, reconhecimento e serviriam de exemplo. Dentre tais personagens femininas estavam professoras, servidoras públicas, advogadas, escritoras, médicas e filantropas e no caso dos homens, escritores, professores e advogados. Desta forma, com a apresentação de um nova maneira de evidenciar uma conduta ideal, a própria *Revista* se atualizava e reafirmava sua pertinência na nova década³².

Designado como o “segundo momento repressivo” (Napolitano, 2014, p. 92), os anos de 1969 a 1978 foram tempos marcados pela censura e tortura, mas também por movimentos culturais. A década de 1970 foi um período no qual o setor econômico brasileiro mostrou um crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), mas a inflação aumentou muito (chegou a aumentar até 94% durante a década), gerando descontentamento em grupos da classe média enquanto os reajustes salariais não acompanhavam esse alto índice inflacionário.

Enquanto isso, no setor educacional, reformas e leis foram sendo criadas, ano após ano, modificando grades horárias do ensino médio, instaurando medidas de erradicação do analfabetismo, dando ênfase ao ensino tecnicista e à educação profissional, além de que a educação também era anunciada como relevante para o projeto de desenvolvimento (Gonçalves, Gonçalves, 2017).

Aliadas a essas questões econômicas e educacionais, os quesitos sociais e culturais também estavam sofrendo modificações. O movimento feminista de

³² O Capítulo III dessa dissertação discute o material editado nos textos intitulados como Currículo Vitae ou Biografia.

militância, lutando em prol dos direitos da mulher para uma redemocratização, sofreu intensas represálias no período tanto por parte do governo, como da ala conservadora da sociedade (Costa, 2010).

Contudo essa censura não era para todos ou todas. Segundo Marcos Napolitano (2014), não foi incomum instituições e empresas favoráveis ao regime receberem verbas do governo. Essa verba era destinada à produção de jornais, revistas, projetos que poderiam alavancar a circulação de ideias consideradas ideais pelo regime ditatorial vigente. Nesse período, produções que concorressem para a unificação do povo por meio de símbolos nacionais (bandeira, hino), da literatura, do folclore (exaltação de personagens nacionais), de personagens considerados heróis nacionais (como por exemplo Duque de Caxias) e, também, para a definição do papel feminino e do papel masculino em relação ao cuidado com a família, com a segurança do lar e da estrutura familiar, foram incentivadas e subsidiadas pelo governo nacional.

Esse incentivo era distribuído pelo Conselho Federal de Cultura, parte do Ministério da Educação e Cultura, que nos anos de 1960-1970 privilegiava para tais ações três setores: patrimônio, difusão da cultura e criatividade (Maia, 2010). Entre os agraciados no período esteve o Centro Paranaense Feminino de Cultura; conforme o Balanço Geral do CPFC do ano de 1970, a instituição recebeu do Conselho Federal de Cultura um montante de NCr\$ 6.840,00 (seis mil e oitocentos e quarenta cruzeiros novos)³³.

Setores e instituições que recebiam essa contribuição precisariam ter “um projeto educacional eficiente” (Maia, 2010, p.169), que concorreria para propagandear e fazer circular ideários do governo vigente. No CPFC não foram encontrados registros que o recurso recebido do governo federal foi usado na produção da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Contudo, é muito provável que pelo menos uma parcela tenha ajudado a pagar os custos da edição do periódico. É preciso considerar que a *Revista* circulava entre um número expressivo de mulheres (em 1968 eram mais de 300 centristas (Livro...1968)) e que essas associadas mantinham contato e realizavam atividades também em outras instituições, como a Liga das

³³ Entre 1967 e 1970, como parte da tentativa de controlar a inflação circulou no Brasil o Cruzeiro Novo. O resultado infrutífero da ação resultou também na volta do Cruzeiro. Em um período de crescente inflação, em 1973 um fogão Brastemp era anunciado por Cr\$ 1.490,00 à vista (Oferta..., 1973. p. 1), sendo que o salário mínimo para a época em vigor no país era de Cr\$ 177, 60 (Proibida ... 1971, p. 7).

Senhoras Católicas e União Cívica Feminina, entre outras (Tortelli, 2022; Sousa, 2016). Nesse sentido, a *Revista* era um meio educativo muito significativo, com grande potencial para fazer circular ideias, o que concorre para a hipótese da publicação do CPFC ter sido beneficiada por uma parte do montante recebido pela instituição.

Conforme Reginaldo Cerqueira Sousa (2018), a conexão entre as mulheres do Centro Paranaense Feminino de Cultura e aquelas de outras instituições curitibanas acontecia através da sintonia em relação a temas religiosos, cívicos e morais. Entretanto, inseridas no espaço público, as centristas, como outras mulheres brasileiras da década de 1970, estavam vivenciando o que Carla Pinsky (2012, p. 515) nomeou de “a era dos modelos flexíveis”.

Para Pinsky (2012), ao romper com os preceitos tradicionais que definiam a mulher como boa esposa e mãe, uma parcela das brasileiras nos anos 1970 passou a ter maior autonomia para tomar decisões sobre sua própria vida. Ela poderia escolher entre tomar pílula anticoncepcional ou não; ela poderia defender a ideia de que mulher tinha a capacidade de ser gerente de uma empresa, mas optava por ser uma funcionária para que ela priorizasse sua família; ela poderia ser uma mulher que consumisse novelas com cenas de erotismo, mas que fosse casada e respeitasse o seu matrimônio acima de qualquer desejo. A mulher da década de 1970 tinha um leque de escolhas, contudo ela precisava de um equilíbrio em meio a tudo isso, pois nem tudo era aconselhável para a mulher que estivesse preocupada com a sua reputação.

Importante destacar que, no caso das mulheres do CPFC, elas eram pessoas de classe média e alta que moravam em regiões urbanas. A grande maioria vivia em Curitiba (Livro...1968), espaço de elevado crescimento demográfico, em grande medida impulsionado pela política de atração fabril para a localidade (exemplo desse movimento foi a criação do bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em 1973); um estudo de remodelação urbanística da capital paranaense resultou em um novo Plano Diretor de Curitiba (1966), elaborado por equipe liderada por Jaime Lerner (Oliveira, 2000).

Nos anos 1970, a implementação desse Plano concorreu para a reordenação do centro da cidade, com a criação do calçadão da Rua XV facilitando a circulação de pedestres também por espaços adjacentes; a área deveria ser de “encontro de pessoas e não de automóveis” (Oliveira, 2000, p.52). Era nesta região central que ficava a sede do CPFC, instalada na rua Visconde do Rio Branco, paralela à praça

Rui Barbosa, local para onde confluíam passeatas e ocorriam outras mobilizações nos anos 1970-80 (Sousa, 2016). Algumas centristas, entre as que frequentavam a sede da instituição, podem ter assistido tais manifestações.

Foi neste contexto que as centristas autoras-redatoras da *Revista do Centro Paranaense de Feminino de Cultura* reafirmaram características femininas às demais associadas do CPFC na década de 1970.

1.2.2 Do lar e de outros lugares

Entre 1970 e 1976, quatro associadas destacaram-se por publicar dois ou mais textos, autorais ou transcrições, na *Revista do Centro Paranaense de Feminino de Cultura*, foram elas: Diva Ferreira Gomes, Argentina de Mello e Silva, Selene Amaral Di Lenna Sperandio e Céres de Ferrante (Tabela 2). Mulheres que eram também parte do pequeno grupo que, além de dirigir o periódico, esteve na direção do CPFC³⁴, situação que indica quanto a *Revista* foi um espaço estratégico para disseminar teses do CPFC para todas as centristas, instigando-as a divulgar a instituição e a angariar novas sócias.

Entre as centristas mencionadas, Diva Ferreira Gomes e Argentina de Mello e Silva foram as duas cujos nomes, como autoras, estão em todos os exemplares da *Revista* de 1970 a 1976.

Tabela 2- Centristas que publicaram mais de um texto na *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, 1970-1976

Nome	Temas de seus textos	Posição social identificada
Diva Ferreira Gomes	▪Poemas – transcrição e autoral.	Professora – “do lar”
Argentina de Mello e Silva	▪Atualidades do mundo ▪Boas condutas	Aposentada do Ministério da Fazenda
Selene Amaral Di Lenna Sperandio	▪Casamentos ▪Relações familiares	Professora Escritora

³⁴ Veja a Tabela 1 desta dissertação.

Céres de Ferrante	<ul style="list-style-type: none"> ▪Religiosidade ▪Família ▪Fases da vida de uma mulher 	Professora
-------------------	--	------------

Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, 1970-1976.
Organizada pela autora da dissertação.

A mineira Diva Ferreira Gomes, casada com Omar Gomes, foi uma sócia remida que ocupou diferentes cargos no CPFC, foi membro de outras associações femininas curitibanas e da Academia Paranaense de Letras, a partir de 1975 (Livro...1978; Em poucas..., 1975; Cedoc-Lafep, [s.d.]). Diva foi a responsável pela maioria dos poemas transcritos de jornais e livros (todos devidamente referenciados) editados na *Revista*. Essas transcrições, tanto de obras de mulheres quanto de homens, tinham temáticas relacionadas à mulher como mãe, esposa, filha, temas sobre o quais Diva também escreveu, e sobre a vida humana, as virtudes necessárias para a existência de uma boa mulher e de um bom homem, além de transições de obras e trechos literários. Na *Revista*, a autora de poemas e transcrições quase não aparece com seu nome por extenso, mas são muitos os textos assinados com a abreviatura D.F.G. que, é plausível considerar, era a do nome de Diva Ferreira Gomes.

Poucos são os exemplares de jornais curitibanos que se referem à centrista autora-redatora, contudo o jornal *Diário da Tarde* de 1976 ressaltou que Diva Ferreira Gomes, membro da Academia Paranaense de Letras, tinha sido convidada para fazer parte do comitê julgador da Exposição Concurso Centenário do Instituto de Educação do Paraná (IEP) que avaliou desenhos, pinturas e poema referentes a data comemorativa da instituição, um evento promovido pelo Ministério da Educação e Cultura (Termina exposição, 1976). Quando faleceu em 2007, aos 92 anos, o jornal *Gazeta do Povo* informou sobre ela: “do lar” (Lista De... 2007). Depois de participar de tantas atividades, é provável que a centrista, escritora e professora normalista egressa do IEP (Cedoc-Lafep, [s.d.]), discordasse dessa denominação.

Além de Diva Ferreira Gomes, a sócia remida Argentina de Mello e Silva também esteve na direção da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* de 1970 a 1976. De 1969 a 1971, atuou no CPFC como bibliotecária, (Livro...1978). De acordo com o jornal *Diário do Paraná* de 1971, Argentina de Mello e Silva, que já era

aposentada do Ministério da Fazenda, iria prestar concurso para a Receita Federal³⁵ (Aposentadas..., 1971, p. 1). Além disso, em 1974 lançou o livro *Trovas Dispersas*, sendo aclamada na coluna Em Destaque do colunista Miecislau Surek, do jornal *Diário do Paraná* como uma trovadora de destaque nacional (Surek, 1974). Faleceu em 1992, com 92 anos de idade.

Outra centrista autora-redatora foi Selene Amaral Di Lenna Sperandio, vice-presidente nos anos de 1969-1972, e depois presidente do CPFC de 1974 a 1975. Selene era sócia remida do CPFC, e na edição de 1976 da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* seu nome não aparece mais na comissão de diretoria eleita do CPFC. Conforme o jornal *Diário do Paraná*, em 1977 Selene Sperandio lançou um livro intitulado *Genealogia da família Ferreira do Amaral, quem somos*. De família tradicional paranaense, membro de associações e academias culturais curitibanas, aposentada na década de 1970, Selene Sperandio foi colaboradora regular do jornal *Gazeta do Povo*, assinando por vezes como Selene Amaral Di Lenna Sperandio; e na maioria das vezes por Mme. Felicidade, ou apresentando as duas identificações³⁶. Até 1971, Sperandio publicava artigos ou poesias no espaço da coluna de Juril Carnasciali, que tinha o título "O que se passa na sociedade", e era editada aos domingos e, a partir deste ano, começou a publicar em uma seção própria denominada "Noticiário Cultural" que também era publicada aos domingos.

Quanto à colaboradora da *Revista*, sócia remida do CPFC, Céres de Ferrante, foi vice-presidente da instituição entre 1973 a 1975. Filha de Salvador Ferrante, um dos fundadores do teatro amador em Curitiba, Céres nasceu em Curitiba em 1928, foi poetisa e professora; morreu em 2016 na capital paranaense (Livro...1978; Pilato, 2017).

Em relação à trajetória de Céres de Ferrante no exercício do magistério, em 1970 ela tornou-se membro integrante do Conselho Superior do Magistério do Paraná.

³⁵ Conforme o jornal *Diário do Paraná*, Argentina de Mello e Silva e mais três mulheres prestaram o concurso da Receita Federal, em busca de melhores cargos, no ano de 1971. Aposentadas como funcionárias do Ministério da Fazenda, Argentina de Mello e Silva e as demais mulheres "tinham direito adquirido" de realizar a prova, já que na época em que ingressaram como funcionárias públicas não existiam processos seletivos para o cargo que exerciam. Caso fossem aprovadas, elas passariam a receber como "técnicas de mecanização" (Aposentadas fazem, 1971, p. 1). Em relação a aprovação na prova, não foram encontradas informações a respeito.

³⁶ Em 1971 Selene Amaral Di Lenna Sperandio lançou o livro *Um feixe de emoções* e nele, já na capa, ela escreve seu nome e em seguida "Mme. Felicidade".

Conforme noticiou o jornal *Diário do Paraná*, os membros integrantes desse órgão estadual tinham a responsabilidade de admitir e organizar concursos para a contratação de novos professores para o Paraná. Além disso, os integrantes do Conselho deveriam fiscalizar e registrar advertências de possíveis infrações de docentes que não estivessem atuando de forma profissional em sala de aula. O artigo também informou que a escolha dos integrantes para compor o quadro fixo do Conselho Superior do Magistério era pautada pela contribuição desses profissionais para a educação estadual (Empossados, 1970, p. 4). Considerações que podiam ser verdadeiras, mas que apenas habilitariam uma pessoa ao cargo caso estivesse alinhada com os ditames daquele momento.

Outra atividade de destaque de Cérés de Ferrante, na área educacional, foi a participação na Campanha Nacional de Alimentação Escolar em 1975, realizando palestras às mães, educadoras e alunos sobre a importância da alimentação adequada (Campanha Nacional, 1975, p. 1).

A partir dos casos das quatro centristas citadas, foi possível perceber que, durante o período ditatorial, os perfis mais proeminentes no CPFC, tanto na *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* quanto na imprensa curitibana, estavam ligados a sua atuação na sociedade de Curitiba em geral e aos cargos administrativos que ocupavam no CPFC em específico. Alguns nomes (com sobrenomes conhecidos) eram regularmente mencionados nos jornais e na *Revista* naquele período e, além de ascendência e poder econômico, o alinhamento político foi crucial. Nos jornais, não eram raros os nomes de centristas em colunas sobre a sociedade, que referenciavam as suas ações ou participação em evento social ou artístico para angariar fundos para o CPFC (destaque para o Posto de Puericultura “Darcy Vargas”) ou outra instituição benemérita, indicando a circulação dessas mulheres, e de troca de ideias, de centristas com outras mulheres, inclusive aquelas que eram alvos de algumas das atividades beneficentes.

Conforme Certeau (2013), aquilo que é ofertado para o consumo, passa por um esquema operacional, ou seja, existem formas e maneiras de fazer algo (seja um poema, uma notícia) e como o que está sendo apresentado irá repercutir. As centristas autoras-redatoras que escreviam publicações, poemas, notas e outras matérias para a *Revista*, e que também eram citadas em colunas de jornais curitibanos, que exaltavam seus feitos e comportamentos, tinham estratégias próprias para reafirmar um lugar próprio de fala e de reconhecimento perante a sociedade.

As centristas autoras-redatoras que mais publicaram na *Revista* eram, em grande maioria, sócias remidas do CPFC e atuaram na diretoria da instituição. Em 1970, essas mulheres contavam entre 45 e 60 anos de idade e nas páginas da *Revista* cada uma teve sua maneira própria de escrever. Essas mulheres, algumas solteiras, outras casadas e também já avós, produziram a *Revista* dos anos de 1970, em uma época em que imagem da mulher tradicional (dona-de-casa e mãe, dependente do homem) era deixada de lado e o “desabrochar do feminismo” (Pinsky, 2012, p. 515) traçava outros contornos nessa imagem de mulher, mesmo que continuasse a ser dona-de-casa e mãe.

Deixando de lado estereótipos de “senhora do lar”, a mulher de classe média da segunda metade do século XX, como a grande maioria das centristas dos anos 1970, vivenciavam um período de complexas mudanças em relação ao gênero feminino. Para Pinsky (2012) foi nesse período que um quadro de influências advindas notadamente da década anterior fez com que as mulheres, em geral das classes mais abastadas, ampliassem suas perspectivas de atuação, multiplicando suas vias de escolha (inclusive acadêmicas e profissionais) e tomando para si o rumo de suas vidas.

No caso das centristas autoras-redatoras, elas podem ser consideradas como um significativo exemplo de mulher e de uma determinada classe social curitibana da década de 1970. Mulheres que, em alguma medida, foram espelho para as demais centristas, pois faziam circular traços de um perfil ideal de mulher que, em vários aspectos, elas próprias exibiam no comportamento que apresentavam na sociedade.

Polivalentes, como diversas outras curitibanas, essas mulheres de classe média ou alta, na grande maioria eram casadas e tinham filhos, mas trabalhavam fora de casa, não apenas pela necessidade financeira, mas porque eram estudadas, fizeram faculdade, e estavam preparadas para dialogar e argumentar social e politicamente. Um modo de vida e de entendimento da sociedade que se traduziu na *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* pelo empenho com que autoras-redatoras fizeram circular representações femininas que poderiam concorrer para forjar a cidadã brasileira ideal: ciente de suas potencialidades e atenta às suas responsabilidades, sociais e familiares.

CAPÍTULO II
DA JOVEM À AVÓ:
A CONDUTA FEMININA DESEJÁVEL DE UMA MULHER CENTRISTA

2.1 A DEBUTANTE, A NOIVA, A SENHORA: EDUCANDO GERAÇÕES

Na mulher se consolida
do mundo supremo anseio.
Todo mistério do mundo
se perpetua em seu seio.

Amada! Incompreendida!
mas a ninguém nega sequer
Que o carrossel desta vida
gira em torno da mulher!

(Silva, *Revista do Centro Paranaense Feminina de Cultura*, 1975, p. 1)

Ser mulher e cidadã na década de 1970 no Brasil demandou de muitas mulheres, como sujeitos atuantes, um posicionamento sobre questões que permeavam o dia a dia na sociedade. Questões sobre a liberdade sexual, a vida conjugal e a escolha sobre a maternidade coexistiam com preceitos tradicionais em relação a como deveria ser a estrutura familiar de um lar cristão (destaque para influência da igreja católica), pontuando quais as funções teriam que ser desempenhadas pela mulher, pelo homem e pelos filhos. Tais preceitos, em determinados momentos, eram alinhados com a ideia de Pátria e formação cívica, sendo propagados pelo regime vigente. Nesse contexto multifacetado, a mulher urbana inserida em diferentes espaços sociais foi instada a defender o que era condizente com seus princípios morais, eles próprios engendrados e refeitos socialmente³⁷.

A *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, em meio a essas mudanças, esboçou através de suas publicações um perfil ideal de mulher em meio à ditadura civil-militar e de renovações culturais e comportamentais que surgiam na época. Como a *Revista* abrangia um público de quase 400 mulheres membros do CPFC, e poderia ser lida também por parentes (irmãs, filhas(os), esposos, etc.) das

³⁷ Em um momento de repressão, como no caso brasileiro da primeira metade dos anos 1970, existiram complexas relações entre o Estado e os atores sociais (tais como, ocupantes de cargos de liderança, acadêmicos e intelectuais). Como escreveu Rodrigo Motta (2014, p.316) “o comportamento dos [diferentes] atores diante do regime militar foi complexo e nada linear”, sendo que alguns eram da resistência, outros aderiram ao regime e alguns acomodaram-se, pois existiam jogos de interesse entre eles e o Estado.

associadas, as seções do periódico eram direcionadas à mulher a partir dos seus 14 ou 15 anos de idade. Os textos publicados na *Revista* enfocavam as festas de debutante, o tempo do noivado, o casamento (em geral era quando a mulher começava a ser tratada de senhora), a maternidade e, depois, a questão da senhora - avó ou a tia-avó. Em alguns casos, quando a mulher era solteira, e continuava neste estado civil por muitos anos de sua vida, ela era escolhida para ser madrinha de filhos dos seus familiares, com o compromisso de zelar e de ensinar seu afilhado (a). Algumas dessas mulheres eram chamadas popularmente de “solteironas”, pois eram identificadas como mulheres frustradas, mal humoradas e intrometidas (Ferrante, 1974, p. 38). No caso das senhoras que já eram avós, os netos pareciam prelúdios da velhice.

Assim, de maneira informal, a *Revista* reeditava as “idades da vida”, que desde a Idade Média eram elaboradas no Ocidente (Ariès, 1981), inclusive com reformulações efetuadas por médicos nos séculos XVIII e XIX que, em linhas gerais, determinavam quatro etapas: infância, adolescência, idade adulta e velhice; a juventude aparecia por vezes como uma subdivisão (Ferreira; Gondra, 2007). E, se a velhice começa aos 60 anos, quando mencionada, a expectativa da “virilidade” feminina acabaria aos 50 anos (Ferreira; Gondra, 2007, p. 133).

A maioria das associadas do CPFC contava entre 45 e 60 anos³⁸, ou seja, não tinham ultrapassado a barreira que, devido à combinação entre contexto social e determinante biológico (menopausa) separava, ainda nos anos 1970, a vida adulta da velhice³⁹.

A atenção com o seu público leitor cativo, ou seja, as associadas, determinou que a diretoria da *Revista* moldasse grande parte das seções do periódico para mobilizar a atenção dessas leitoras. E, entre poemas, dedicatórias e artigos, foi possível perceber como o periódico foi um instrumento de educação informal, que por meio da escrita reforçou padrões de conduta, salientou comportamentos e incentivou a atuação feminina em diversos espaços.

³⁸ Não foi possível delimitar quantos anos tinham todas as associadas do CPFC, contudo muitas sócias estavam participando da instituição desde 1933, como o caso da fundadora Rosy de Macedo Pinheiro Lima e outras associadas estavam ingressando na instituição na década de 1970 (Livro...1968).

³⁹ Sobre as etapas a vida da mulher, ver Perrot (2007). Confira Berquó (2002) sobre a formação familiar no Brasil da segunda metade do século XX.

Considerando as leitoras-associadas do CPFC, os textos dirigidos a adolescentes eram minoria, afinal deveria ser mais eficiente fazer considerações para quem tinha filhas adolescentes do que publicar artigos direcionados diretamente para este grupo. Nesse contexto, os artigos sobre baile ou festa de debutantes eram peculiares, pois apresentavam abordagens ora mais direcionada para leitoras de 15 anos, ora direcionados para as mães das jovens⁴⁰.

O baile de debutantes, o mais evidente rito de passagem da menina a jovem mulher das classes mais abastadas, aconteceu no Brasil desde o início do século XX (Arend, 2012), e foi uma das “convenções sociais” que continuou acontecendo com grande adesão da juventude nos anos de 1970 (Pinsky, 2012, p. 515).

“Carta a uma debutante” foi o título do artigo de Cerés de Ferrante, publicado em 1971 tanto na *Revista* como no jornal da *Gazeta do Povo*. No texto, dirigida a uma jovem (hipotética ou não), Ferrante alerta que esse momento de apresentação à sociedade seria um “turbilhão de ternura e alegria”, afirmando que em meio a festa, música e aplausos, a menina agora seria uma “menina-mulher” (Ferrante, 1971, p. 66). Para Céres de Ferrante, o baile de debutante era uma descoberta, um acontecimento que daria sentido a “ânsia de viver, a inquietude do presente, essa vontade de ir, o amuo do “ninguém me entende””, algo que era vivenciado pelas mulheres nessa fase da vida; a festa seria um emaranhado de sentimentos e isso fazia parte do ritual, pois “hoje você é a dona do mundo!” (Ferrante, 1971, p. 66).

Palavras que indicavam como, na festa, a debutante tornava-se a dona de sua própria vida. Entretanto isso implicaria em responsabilidades, algo que a jovem mulher perceberia com rapidez. Entre a continuidade ou não dos estudos e a vontade ou necessidade de trabalhar fora de casa, o casamento passava a ser uma expectativa familiar, algo perseguido pela grande maioria das jovens.

O texto “Mensagem de mãe”, da associada Juril Carnasciali publicado na *Revista* de 1976 (anunciado como transcrito da *Gazeta do Povo* do dia 14 de novembro), pode exemplificar essa expectativa. Escrito para sua filha, que estava prestes a casar, o artigo começava lembrando o “escrito que te dediquei quando fez seu “debut” na sociedade (...), o início de uma nova fase de sua vida”, e continuava

⁴⁰ O período da vida considerado juventude é de definição bastante variável, como indicam Levi e Schmitt (1996). Em geral, para a mulher de meados do século XX o início da juventude coincide com a menarca.

recordando o noivado, “dia em que sacramentou a escolha daquele que iria ser seu companheiro”, chegando com poucas frases ao ápice do percurso da vida de qualquer jovem: o casamento, que a transformaria em uma senhora e futura mãe (Carnasciali, 1976, p. 12).

Evidenciando a responsabilidade materna no bom caminho trilhado por uma adolescente, o artigo “Adolescência” de Mme. Felicidade cerca de seis anos antes no jornal *Gazeta do Povo*, mesmo utilizando de exemplo familiar, o que facilitaria a empatia com outras mulheres, era menos intimista que o de Carnasciali, e tinha evidente intenção educativa:

Adolescência é o período de vida de maior expansão da personalidade. São constantes os sonhos, as esperanças, os anseios e as utopias. É a fase dos entusiasmos contagiantes das emoções diferentes e inéditas, e por isso, os jovens sentem grande atração pelo desconhecido. Tenho visto mães que se apavoram quando suas filhas chegam à adolescência.

Mas a missão deixa de ser um drama, quando a jovem é educada para a vida, desde o seu nascimento.

Sente-se claramente que se a mocidade é rebelde, triste, negativista e destrutiva, é porque não recebeu dos pais o preciso cuidado.

Para moldar a personalidade a missão torna-se menos difícil quando auscultamos a jovem com amor, paciência e discricção.

Não podemos pretender que nossas filhas sejam iguais a nós, como nós não fomos idênticas as nossas mães. Cada época com seus costumes. Hoje estes são por demais avançados. E a pressa, às vezes pode estragar tudo.

Minha filha completará agora 14 anos. Desde o seu nascimento fui uma vigilante ativa, acompanhando, moldando suas atitudes, ensinando, corrigindo. Não é agora, que me descuidarei. As avezinhas implumes e submissas de "ontem" almejam liberdade sem limites, querendo às vezes ensaiar voos muito altos.

A vida é boa e linda, mas o mundo é cheio de misérias e tentações. Posso dizer sem vaidade, que dedico à minha filha grande atenção principalmente ao que concerne a sua formação espiritual e afetiva.

Mantenho com ela conversas intensas, amigáveis e instrutivas. Dou-lhe conselhos de pessoa mais vivida, não de mais sabida. Por ora, minha orientação tem sido positiva. Sempre estou a alertá-la que duas coisas corroem a alma: os maus exemplos e a má leitura. Partilho das suas alegrias. Ouço -lhe as queixas, sou depositária dos seus aborrecimentos e das suas preocupações. É um companheirismo afetuoso que lhe ofereço e com o qual procuro compreendê-lo [...] (Mme. Felicidade, 1970, p. 47).

As palavras de Selene Sperandio, a Mme. Felicidade, são enfáticas sobre a responsabilidade materna desde o nascimento até o período de “expansão da personalidade” das filhas, ou seja, a adolescência. Período que só seria temido pelas

mães que tivessem se descuidado de suas filhas e que nesse período crucial insistissem em ignorar os costumes da época pois, mesmo que fossem “por demais avançados” em vários sentidos, era preciso avaliar e ponderar, conversar e aconselhar, se necessário corrigir e assim criar empatia com a filha.

Na *Revista* ou nos jornais curitibanos as centristas concorriam para a circulação de um ideal feminino que, para sua existência deveria ser traduzido em ações educacionais não formais que, em sua grande maioria seriam efetivadas no ambiente doméstico.

Mesmo considerando que, como escreveu Carla Pinsky (2012, p. 522) nos anos de 1970 as “igrejas não eram mais tão poderosas reguladoras de conduta”, a perspectiva de uma união cristã persistia em grande parcela da sociedade e o tema circulava entre associadas do CPFC. No texto “Mensagem de mãe” (1976) Juril Carnasciali, escrevendo sobre a felicidade de um casamento, afirmou: “É dedicar-se com carinho na formação de um lar, que siga as tradições de um lar cristão” (Carnasciali, 1976, p. 12). Em um contexto de ditadura civil-militar, o casamento religioso era percebido como um reforço para a manutenção da família brasileira, para a formação moral e cívica da Nação (Sousa, 2016).

Uma importância que, no caso das associadas do CPFC, se traduzia até no espaço que a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* dedicou à temática casamento, com destaque para as noivas, sempre enfatizando o matrimônio com um acontecimento de singular felicidade na vida da mulher.

Como descrito em um poema de Heitor Stockler na *Revista* (1972, p. 26), dedicado à neta:

Vânia Maria, é noiva

A noiva é como o pássaro ensaiando
O seu primeiro voo,
De uma moita a outra moita,
Mas, que jamais se afoita,
Pois apenas ensaia.

É a faustosa, a idílica alvorada,
A irradiação do dia,
Vestida de arrebol
Pintada pelo sol
Que aquarela o horizonte.

E a roseira sentindo-se gloriosa
Quando um botão se apresta

Para se abrir em flor
E bem como o amor
Para a jovem que ama

É a orquestração de clássica harmonia,
Um passo de ballet,
Num rodopio de pé
Que eleva a bailarina
Ao supremo do ideal.

A noiva, comparada de forma metafórica aos pássaros, flores e elementos da natureza, é apresentada como uma moça que só descobriria efetivamente o amor ao concretizar o casamento. Assim como uma bailarina se prepara para o grande espetáculo, a noiva também estaria se preparando para a sua apresentação, o ápice de sua vida.

A publicação do poema de Stockler - empresário, pai da centrista Marita França- (Dicionário... 1991, p.11 e 163), reforçava, com fala masculina, um ideal de vida privada feminina que a *Revista* defendia e difundia em um período impactado por reordenações de costumes, os quais, como alertou Mme. Felicidade, poderiam ser “por demais avançados” (Mme. Felicidade, 1970, p. 47).

Em um artigo na *Revista* de 1974, denominado “Casar ... Reviver” a poetisa Lucy Requião de Mello e Silva, em tom de confiança, relatou que até os vinte e cinco anos sua vida tinha um tom melancólico, de inércia, o máximo que ela fazia eram algumas aulas de inglês, português, culinária, mas nada que lhe agradasse. Isso mudaria, quando “alguma força em potencial me obrigou a sair daquele marasmo” e ela então casou e encontrou a beleza da vida (Silva, 1974, p.38-39).

Em 1970, Mme. Felicidade publicou o artigo “Vestidos Brancos” na *Gazeta do Povo*, no dia 23 de agosto, que foi reeditado na *Revista* do mesmo ano. O artigo começava relatando a chegada de três moças à sede do CPFC em busca de um vestido branco para se casar. A partir desse acontecimento, o texto informava que a instituição sempre recebia “doações de vestidos brancos de casas comerciais ou boutiques, e os empresta através de pedidos” e não apenas o traje, mas também complementos para indumentária da noiva: véu, grinalda, anágua e sapatos. Assim, jovens sem recursos para confeccionar ou alugar um vestido poderiam realizar o sonho de estarem belas em “seu dia mais feliz” (Mme. Felicidade, 1970, p. 25). Escrevendo sobre uma ação caritativa, o texto colaborava para a manutenção de uma tradição em uma escala mais ampliada e direcionada, pois foi editado primeiro em um

jornal diário e remetia a um público alvo prioritário, as moças pobres que desejavam casar.

De acordo com Chartier (1990, p. 67), símbolos (palavras, costumes, tradições) são um conjunto de “concepções herdadas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida”. A simbologia do vestido branco no século XX, além de parte de um ato religioso, transmitia a pureza, a inocência, a obediência da moça ao rito de passagem que é o casamento e também ao seu futuro marido.

Nesse sentido, nos anos de 1970, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* fez circular entre as associadas um modelo de felicidade feminina que, a partir da adolescência e, com a atuação consciente das mães, culminaria no casamento e também estaria ancorado em princípios cristãos. Chama atenção a quase ausência de menção ao amor entre homem e mulher nesses textos. Uma das únicas alusões ao amor, foi feita por um homem, o avô de Vânia Maria, que de maneira pontual, lembrou “a jovem que ama” (Stockler, 1972, p. 26). Em tempos de pílula anticoncepcional e do movimento hippie e efervescência cultural, nacional e internacional, divulgando a liberdade de amar (Milani, 2023), talvez fosse mais prudente apenas tangenciar esse tema e enfatizar o casamento e, mais que esse ato, a maternidade.

2.1.1 Mãe: o ápice da vida feminina. A velhice: poucas palavras

Grande decisão da vida de uma mulher, o casamento era o passo definitivo para a maternidade familiar, sendo moral e socialmente valorizado. Sacramentado pela igreja católica, e incentivado por protestantes, o casamento cristão foi percebido no regime civil-militar como um dos alicerces para uma boa formação familiar, que corroborava para uma educação cívica nacional (Sousa, 2016). Nos primeiros anos da década de 1970, a família e o papel da mulher como mãe são exaltados em vários textos do periódico do CPFC.

Em alguns números da *Revista* foram publicados poemas para as mães e sobre as mães. Começando com “Mãe” de Diva Ferreira Gomes, editado em 1970, logo nas primeiras páginas do periódico, a leitora se deparava com o seguinte poema:

MÃE

Você é
 Depois da caminhada...
 A sombra refrescante.
 A brisa perfumada.
 A água confortante!
 A trilha tapizada,
 O pipilo cantante...
 A paz ambicionada
 Na tarde agonizante.

Você é
 Minha querida!
 No dilúvio da vida...
 ... A “Arca de Noé”!
 (Gomes, 1970, p. 10).

A autora, depois de descrever o que é ser mãe, comparando-a com benesses da natureza, finalizou seu poema citando um referencial bíblico, a Arca de Noé. Tal como na conhecida história, segundo a qual o fiel discípulo da vontade de Deus acolheu casais de animais em sua arca, a mãe amorosa sempre teria os braços abertos para seus filhos. E, assim como a Arca de Noé salvou uma família e também os animais da Terra, a mãe em meio às tribulações da vida, seria o amparo, a segurança e a calma para seu filho, concorrendo desta forma para a salvação da família.

Os poemas na *Revista* que trazem a temática da mãe, em sua grande maioria, descreviam sua atuação como algo grandioso, pois mesmo com toda dificuldade a mulher evidenciava os melhores sentimentos – ternura, compaixão, perdão—mesmo em meio às atribuições da maternidade. Argentina de Mello e Silva, Juril Carnasciali e também Ceres de Ferrante escreveram poemas para as mães e como a função de ser mãe pode ser vista como uma obra de doação ao próximo, especialmente no que diz respeito ao ato de se entregar pelos filhos.

Além disso, a *Revista* não era constituída somente de textos e poemas feitos por mulheres que escreviam para as mães nas páginas da *Revista*, homens também descreviam e homenageavam essas mulheres por meio de poemas e artigos. Em 1971, Lucio Neto teve um poema, denominado “Mamãe”, publicado:

Por tantas tristes noites indormidas,
 ao pé do leito em que eu de febre ardia;
 por quantas lágrimas por mim vertidas;
 por minha incompreensão e rebeldia;

por todo o amor com que eram, dia a dia,
 por ti, minhas vontades atendidas;
 por tudo, enfim, que deste com alegria
 por me tornar as horas mais queridas;

minha alma ante a tua alma se coloca
 e prosta-se de joelhos, reverente,
 agradecida a ti, sentidamente ...

E se eu não posso dar-te nada em troca,
 te dou, mãe, meu carinho aberto em flor
 que ponho em tuas mãos feitas de amor.
 (Neto, 1971, p. 44).

A mãe, no poema de Lucio Neto (1971), sempre almeja o melhor ao se filho, mesmo em momentos de rebeldia, e o ampara, porque sua alma é benevolente e amorosa. A autoria masculina dos versos, escritos em tom de confissão, concorreria para reforçar a ideia da gratificação que a mulher receberia por exercer tal papel, por mais penosa que fosse a jornada materna.

Mas as centristas iam além e ainda em 1971, foi publicado na *Gazeta do Povo* o texto “Não conheceu renúncias e nem alegrias”, de Mme. Felicidade. Nele a autora discorreu sobre uma conversa que teve com uma mulher, nomeada de senhora X, que teria afirmado ser necessário “acabar com essa imagem de divinização da mulher-mãe” (Mme. Felicidade, 1971, p. 76). A autora, mesmo dizendo não conhecer essa senhora X “profundamente”, considerava que tal ideia deveria ter sido causada por “frustrações na vivência do lar paterno” e que essa senhora X nunca teria tido a oportunidade de amar um ser que pegou no colo, e nem a vivência de cuidar de um filho, terminando com a afirmação: “A senhora X não se realizou. Frustrada na maternidade não sofreu e não gozou. Eu lamento”. (Mme. Felicidade, 1971, p. 76).

Publicado em jornal diário, o texto de Mme. Felicidade, utilizando um encontro (real ou não) abusava das acusações para, na contramão valorizar a comemoração do Dia das Mães e o amor ímpar proporcionado pela maternidade, o que só uma pessoa com “frustrações” poderia não valorizar. O tema central é o mesmo apresentado por Lucio Neto, inclusive quando, no final, Mme. Felicidade lembra que ser mãe também é sofrer. Mas, de maneira diversa do poema editado na *Revista*, esse texto era incisivo e talvez não fosse dos mais adequados para as associadas leitoras da *Revista*. O artigo não foi reeditado na publicação do CPFC.

Nos textos que foram publicados na *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, o modelo ideal de mulher-mãe ecoava uma tradição que delegava à esposa os cuidados com a prole (alimentação, saúde, educação), com o bem-estar do marido, com o espaço da casa e, fundamental, o gerenciamento dos gastos da família (Pinsky, 2012). Assim caberia a ela proporcionar um ambiente familiar saudável e agradável. Mas, nos anos 1970, esse modelo estava passando por repetidos questionamentos e remodelações, começando pelo crescente número de mulheres com carreiras profissionais em áreas como direito, medicina e magistério superior (Sousa, 2018).

As associadas do CPFC não estavam alheias a tais transformações, muito pelo contrário⁴¹. Apenas entre as mulheres ligadas à produção da *Revista*, estavam: Marita França, que atuava como assistente do judiciário no SESI-PR (Buck, 2018); Argentina de Mello e Silva, aposentada do Ministério da Fazenda (Aposentadas..., 1971, p. 1) e Céres de Ferrante, que na década de 1970 era membro do Conselho Superior do Magistério do Paraná (Empossados, 1970, p. 4).

O modelo de mulher que a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* fazia circular procurava, antes de tudo, a manutenção da família, alicerçada em princípios cristãos, católicos por excelência⁴², uma responsabilidade primordial da mulher-mãe. Nesse contexto, a exaltação da Virgem Maria, modelo imbatível de mulher e mãe, foi amplamente utilizada na *Revista*.

Manipulada de forma recorrente durante os primeiros anos da ditadura civil-militar, a imagem da Virgem Maria foi um elemento significativo para a difusão e manutenção do regime ditatorial no Brasil, para o qual as mulheres poderiam contribuir

⁴¹ Em 1964, Rosy de Macedo Pinheiro, fundadora do CPFC, juntou-se a uma multidão de pessoas no centro de Curitiba para protestar contra o livro único nas escolas (Sousa, 2018). Essa Marcha pelo Ensino Livre, como foi designada, teria sido uma versão curitibana da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, pois tinha como ponto central a não aceitação de um livro que “recontava o processo de organização da sociedade brasileira contrariando os principais mitos da História tradicional” (Codato; Oliveira, 2004, p. 287). Expedido pelo Ministério da Educação e Cultura para as escolas de Curitiba e região, o volume seria, segundo os manifestantes, baseado em ideias marxistas, e o comunismo era uma ameaça à população brasileira e seus valores – denunciavam inclusive a suposta ameaça do governo encampar escolas particulares, notadamente as confessionais, uma discussão que, em outros termos, tinha acontecido no Brasil dos anos de 1930 (Codato; Oliveira, 2004; Xavier (2002).

⁴² O periódico também trouxe alguns textos de outras religiões e doutrinas. Exemplar é a informação divulgada na *Revista* em 1971, sobre uma palestra de aniversário do CPFC durante a qual muitos trechos da obra “Emissários da Luz e da Verdade”, psicografada por Izaltino Barbosa, foram utilizados (Tacla, 1971, p. 25). É provável que várias centristas não fossem católicas ou cristãs, entretanto, não foi realizada nenhuma pesquisa que pudesse fornecer pistas sobre esse tipo de informação.

rezando, praticando ações virtuosas e, sua mais importante missão, sendo mães zelosas da moral e bons costumes (Simões, 1985).

Na *Revista* do CPFC, o artigo de duas páginas “O olhar da Virgem”, de 1971, e o texto “Abençoada...”, com exaltações em pequenos parágrafos, de 1972, são exemplos da circulação do modelo da Virgem Maria entre as centristas.

O artigo de 1971, assinado pela associada Suzette Dubard⁴³, começava enfatizando a(o)s leitores que maio era tradicionalmente um mês dedicado à Maria e, como no Brasil era comemorado o Dia da Mães, a Virgem Maria, exemplo de maternidade, deveria ser a figura louvada nesta data. Mãe celeste, Maria protegeria seus devotos filhos da aflição, as imagens de olhar piedoso seriam um consolo para os devotos.

O artigo prossegue lembrando a condição humana de Maria e, exaltando suas virtudes (caridosa, benevolente, paciente, mansa, amável), no qual apresenta considerações sobre a maternidade santificada e suas atitudes guiando o filho durante seu crescimento, sempre ao lado de José. Conforme Dubard (1971, p.13) da mesma forma que Maria santificou sua casa, o lar da mulher que se espelhasse na mãe de Jesus deveria ser uma “imitação da casa de Nazaré”, isso apesar da “fraca natureza humana” e dos inevitáveis reveses da vida. A mulher ao dar à luz seria “revestida da sublime auréola de mãe” (Dubard, 1971, p.13).

Em 1972, um texto, de “autor desconhecido” foi publicado na *Revista*, dirigido às mães, mesmo não mencionado o nome da Virgem Maria, o perfil construído da mãe de Jesus, de serviço, abnegação, amor e, sobretudo, fé estava presente.

ABENÇOADA é aquela cujas tarefas diárias são um trabalho de amor; pois suas mãos bondosas e coração aberto transformam o dever em serviço prazeroso para Deus e toda sua família.

Abençoada é aquela que abre as portas e dá boas vindas tanto ao estranho como ao amigo de todas as horas pois a hospitalidade é um teste de amor fraternal.

Abençoada é a que remenda meias, brinquedos e corações partidos; pois sua compreensão é um bálsamo para seu marido e filhos.

Abençoada é aquela que varre e esfrega; pois bem sabe que a limpeza é uma expressão de santidade.

Abençoada é aquela que canta ao trabalhar; pois a música torna leve a carga mais pesada e ilumina os mais tediosos labores.

⁴³ Foi professora, musicista e cronista. Além de ser sócia do CPFC, foi membro da Academia Feminina de Letras do Paraná e da Associação de Jornalistas e Escritores do Brasil (Karam, 2024).

Abençoada é a que varre dúvidas e temores, limpando as teias da confusão, pois sua fé triunfará sobre a adversidade.

Abençoada é a que serve alegria e sorrisos em cada refeição, pois sua atitude ajuda a digestão física e mental.

Abençoada é a que faz seus filhos conhecerem a Jesus, pois filhos e filhas santificados serão sua recompensa.

Abençoada é a que mantém sagrado o lar cristão; pois o seu é um mister divino que lhe empresta a coroa da dignidade (Abençoada é..., 1972, p.15)

Louvando as ações da mulher, realizadas com alegria, no espaço doméstico, o seu cuidado e compreensão com marido e filho, sua atenção fraterna até com estranhos, o texto remete ao papel crucial dessa mulher-mãe que, com sua fé “faz seus filhos conhecerem Jesus (...), mantém sagrado o lar cristão”, realizando assim um trabalho divino, digno (Abençoada é..., 1972, p. 15).

Mas, a mulher-mãe curitibana de meados de 1970, como outras brasileiras, vivia em uma sociedade na qual eram cada vez mais evidentes as mudanças em relação à mulher (Moraes, 2008). Não por acaso, em 1975, declarado Ano Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU), artigo de Clotilde Quadro Cravo, publicado na *Revista* com o título “A mulher e a profissão liberal” apresentou considerações sobre a “valorização da mulher em todos os setores da vida moderna” (Cravo, 1975, p. 4).

Cravo, “pintora, autora de crônica e contos” (Inquérito, 1976, p. 6), teceu comentários sobre o relatório sobre a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, promovida pela ONU na Cidade do México, no qual constava que todas as mulheres e homens deveriam gozar dos mesmos direitos dentro de uma relação familiar moderna. As responsabilidades deveriam ser mútuas quando o assunto era a criação dos filhos, gerenciamento da casa e que a sociedade de forma geral deveria valorizar essas atividades se desejassem que o grupo familiar fosse mantido (United Nations, 1976).

Louvando a determinação da ONU por salientar que a mulher poderia exercer qualquer função e nos mais variados campos de atividade, Clotilde Cravo (1975), afirmou que, se antes a mulher era submissa ao seu pai, e depois ao esposo, cada vez mais ela deveria ter o direito e reconhecimento social como o homem. Mas, advertia que essa igualdade social não significava “competir ou igualar-se ao homem e, muito menos, absorvê-lo. Reivindicamos igualdade social, não biológica” (Cravo, 1975, p. 4).

Para a autora, a mulher que acompanha a civilização, pode sim trabalhar fora do espaço doméstico e ter cargos de prestígio (uma carreira), mas isso não significaria tornar-se masculina. A atuação profissional feminina deveria ir ao encontro das necessidades familiares, de ter uma colaboração mútua entre ela e o esposo, e que, como tinham percebido muitas de suas contemporâneas, as mulheres tinham “muitos deveres, a cumprir perante a humanidade, o progresso, além dos que já lhe haviam sido conferidos por Deus e a própria natureza, como a santa missão de ser mãe (...)” (Cravo, 1975, p. 4).

No mesmo ano, os temas de educação familiar e Ano Internacional da Mulher foram temas de artigos escritos por membros do CPFC publicados apenas na *Gazeta do Povo*, nesses textos ficava evidente a maneira mais contundente da abordagem das questões, evidenciando críticas explícitas, relativas a suposta atitude de membro de um colégio confessional católico e educação sexual, quanto a comemoração, quase sagrada, do Dia das Mães.

Em 9 de março, foi apresentado em outros termos a questão da educação dos filhos, em que Selene Sperandio (que não assinou como Mme. Felicidade) afirmou que, em tempos nos quais “existe uma liberdade anunciada” em escolas, clubes, e em outros espaços, era necessária muita atenção da família com a formação das crianças. Sperandio comentava então sobre uma excursão, realizada por um colégio confessional católico, durante a qual as alunas teriam sido obrigadas a presenciar um parto (certamente de um animal) e uma delas teria ficado traumatizada, dizendo não desejar mais ser mãe; o que era desastroso. Em seguida, a autora alertava para a “difícil arte de educar” exercida pelas mães, que deveria ser feita com sinceridade e sem causar choques, abordando essa temática, e até outras, com cautela, evitando situações semelhantes a relatada (Sperandio, 1975, p. 30). Na parte final do artigo, de maneira singular quando o tema era educar a prole, Selene Sperandio mencionou também o pai: “Deve-se explicar tudo a uma criancinha? Tudo? Depende do pai ou da mãe transformar em beleza o *fato* contado, mas jamais *mostrado*” (Sperandio, 1975, p. 30. Grifo no original). Frase que, além de ser mais uma crítica ao ocorrido, dividia a responsabilidade educativa sobre o tema, muito provavelmente a partir do gênero da criança⁴⁴.

⁴⁴ Sobre educação de gênero durante a década de 1970, ver Pinsky (2012) e Costa (2010).

Essa tênue indicação de uma pequena divisão de obrigações entre mulher e homem no quesito da educação familiar, ignorou o Ano Internacional da Mulher e a data comemorativa de 8 de março (dia anterior ao da publicação do artigo). Entretanto tal questão foi abordada por Céres de Ferrante, em um artigo do dia 22 de junho no jornal da *Gazeta do Povo*.

A centrista começava o artigo com frase impactante: “Por convicção não sou favorável a datas fixas para exaltação de fatos, que devem pertencer ao cotidiano” (Ferrante, 1975, p. 28). E, na contramão de muitos textos da *Revista*, desqualificava inclusive a comemoração do Dia das Mães⁴⁵, pois, nos outros dias do ano muitas mães apenas receberiam telefonemas esporádicos ou rápidas visitas dos filhos. Lembrando que a intenção inicial ao instituir tais datas era boa, o que se repetia na determinação do Ano Internacional da Mulher, que pretendia conscientizar todos sobre o papel da mulher como ser humano. Nesse sentido Ferrante afirmava ser preciso “caminhar com o mundo” e, defendendo a ideia que a mulher e o homem tinham toda a liberdade para exercer qualquer atividade, bastava que se capacitassem (no quesito biológico eram diferentes apenas no ato de procriar), ao passo que considerava que, se “a literatura poeticamente exaltou a mulher/mãe; hoje a exaltação deve ser Pai e Mãe; exaltados pela sua dignidade, pelo seu exemplo, pelo respeito e responsabilidade em concretizar, manter, unir uma família; ainda a célula primordial da sociedade” (Ferrante, 1975, p.28).

Conforme Maria Lygia Quartim de Moraes (2008, p. 500), a incumbência da mulher em ser boa mãe, esposa, atuar fora de casa -seja trabalhando, dispondo de seu tempo em ajudar os demais - criou uma “idealização da maternidade”, olvidando a quantidade de trabalho que essa mulher precisaria dar conta, ou seja de uma gama alargada de obrigações ao longo do seu dia.

Como escreveu Carla Pinsky (2012), além de trabalhar fora, a mulher da década de 1970 deveria estar instruída para educar seus filhos (fossem eles crianças e/ou adolescentes) para serem independentes (o futuro da nação); ser a base para a sua família, mas sem ocupar o espaço do marido em ser provedor da casa, o cabeça do casal.

⁴⁵ Céres de Ferrante seria (ou teria inspirado) a senhora X, alvo das críticas de Mme. Felicidade no artigo “Não conheceu renúncias e nem alegrias” de 1971?

Importante salientar, que no caso da mulher, que não tivesse filhos, a sua missão, mesmo que fossem atuantes profissionais, era concorrer para ajudar a quem precisasse, uma maneira de suprir a maternidade e sua carga afetiva permeada por doação e atenção constante. De forma geral, a *Revista* não trouxe artigos e/ou poemas destinados às “solteiras” (mulheres que não haviam se casado até, mais ou menos, trinta anos, que não eram mais “jovens” (Pinsky, 2012)). Céres de Ferrante escreveu o artigo “Tia” sobre essa mulher, o texto foi publicado em 1974 apenas na *Gazeta do Povo* (Ferrante, 1974, p. 38). No texto a tia foi apresentada como uma mulher ativa, sempre atenta aos sobrinhos, mantenedora das tradições de família, que acompanhava as mudanças do mundo, entendendo que a liberdade era algo a ser conquistado, ou seja, uma mulher que “é celibatária, nunca solteirona” (Ferrante, 1974, p. 38). E eram várias as mulheres associadas do CPFC que se encaixariam nesse perfil, começando por Rosy Pinheiro de Macedo Lima, uma das fundadoras da instituição, que não teve filhos.

Mas, divulgando a imagem ideal de mulher que, entre o casamento e os cuidados com os filhos, estaria também atuando profissionalmente na sociedade, a *Revista* quase ignorou em seus artigos a mulher idosa, mesmo que várias das associadas que atuavam no CPFC e no periódico estivessem próximas da velhice.

Dois textos tiveram como tema esse período da vida, ambos escritos por homens. Em 1972, um artigo de Gama Neto⁴⁶ (1972, p. 31), abordou a velhice em geral, lamentando como o mundo moderno, cada vez mais dominado pelo “erotismo, pela incompetência, pela estupidez e vaidades humanas”, estava esquecendo das pessoas velhas, aquelas que personificavam “a sabedoria, a honradez e os tradicionais bons costumes”. Essas pessoas estariam sendo relegadas a um “injusto ostracismo”,

Sem entrar na veracidade ou não de um tempo que os velhos eram super respeitados e ouvidos, o texto parecia fazer uma cisão muito grande entre o antigo e o novo, algo que as senhoras do CPFC procuravam amenizar. Entretanto, a lembrança de manutenção dos “tradicionais bons costumes” deve ter concorrido para a publicação desse texto que valorizava a contribuição dos velhos na sociedade.

⁴⁶ Não foram localizadas informações sobre o autor.

Outra publicação da *Revista*, foi a poesia “Aquela velhinha”, de Oswaldo Portugal Lobato, advogado e desembargador. Editado em 1974, as estrofes sobre uma idosa cuja feição com “o semblante tristonho, o olhar cansado”, que mostravam “o sofrimento que a definha” depois de ter vivido uma juventude na qual foi “rainha”; abandonada na velhice, tinha saudade dos tempos passados quando amou e foi amada (Lobato, 1974, p.32).

Revisitando o tema cristão da fugacidade da vida, o poema pode ter sido publicado no periódico do CPFC com a intenção de alertar leitoras, solteiras e casadas sobre a incerteza da existência humana e a necessidade da atenção para não errar na escolha do marido, no cotidiano familiar e educação dos filhos, pois os resultados poderiam ser desastrosos.

Além desses textos, poemas e artigos que pontuaram as fases da vida da mulher, desde os seus 15 anos de idade, até a questão da velhice, outra produção também teve como característica elencar questões da vida em sociedade. Através de um conjunto de estrofes esparsas, o formato de textos publicados em dois números da *Revista* que, com um humor que não deve ter provado muitas risadas, abordavam a sociedade em transformação durante o período vigente.

2.2 MARIA SEM GRAÇA: O HUMOR CRÍTICO

Entre as páginas da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, dois textos, em específico, chamaram a atenção por conta do seu teor e o formato no qual foram estruturados. Assinado por Maria Sem Graça⁴⁷, as publicações foram designadas pela *Revista* como textos humorísticos e foram publicadas em 1971 e 1973. Compostos por pequenas estrofes e notas de frases curtas, pelo formato e conteúdo crítico, lembravam textos editados em revistas nacionais durante as primeiras décadas do século XX (Farias, 2024; Sússekind, 1986).

O humor, utilizado como um instrumento para “provocar o riso ou um sorriso”, desde a antiguidade teve como intenção o divertimento, se expressando através de

⁴⁷ A *Revista* não apresentou para as leitoras quem seria o(a) autor(a) por detrás do pseudônimo de Maria Sem Graça. Temos como hipótese de que fosse Céres de Ferrante, pois nas publicações feitas por Ferrante no jornal *Gazeta do Povo*, em que ela assinava seus artigos, é possível notar tons irônicos e também críticos sobre a realidade curitibana. Em 1975, por exemplo, quando escreveu sobre no jornal sobre o Ano Internacional da Mulher, a autora expressou sua opinião de forma clara, enfática, usando um jogo de palavras que não era percebido nos textos das demais centristas na época (Ferrante, 1975).

“atos, palavras, escritos, imagens ou músicas” (Bremmer; Roodenburg, 2000, p.8). Designado a um público alvo, o humor durante a história, foi um meio utilizado para alegrar reis e rainhas, denunciar a corrupção e salientar assuntos vistos como tabu perante a sociedade (Bremmer; Roodenburg, 2000)

No caso de Maria Sem Graça, o humor foi uma porta de entrada para denunciar características de uma sociedade que estava mudando. Entre sorrisos amarelos (como eram chamados os sorrisos forçados ou sem graça), Maria Sem Graça deixou evidente em seu humor práticas femininas e masculinas cotidianas durante os anos de 1970.

O primeiro conjunto de estrofes, intitulado Um Pouco de Humor publicado em 1971, ocupou meia página da *Revista* e através de uma escrita mais livre, Maria Sem Graça, com maestria, brincou com elementos da realidade brasileira.

Um Pouco de Humor

Ela de “short” e de bota
para o que der e vier,
mostra ao homem sua derrota
porque “macho” hoje é a mulher.

Ao cair diz a pretinha
que ao ombro levava o andor;
“té você, minha Santinha,
tem preconceito de côr?”

Operou-se a maravilha;
não foi obra do Saci.
Roubou o noivo da filha?
A culpa é do Pitangui.

Muda de amôres se queres
busca novos ideais,
mas não se esqueça: mulheres
lá ou aqui são sempre iguais.
(Maria Sem Graça, 1971, p. 50).

Logo no início de seu texto, Maria Sem Graça, já alertou sua leitora que ali encontraria humor, nada de exagerado, bastava a disposição para compreender as nuances da autora. Em primeiro lugar, Maria Sem Graça já deixou evidente a crítica sobre a moda que estava ganhando as ruas e as mídias naquele momento. “Ela de “short” e de bota” (Maria Sem Graça, 1971, p. 50) trouxe elementos da moda feminina e da masculina, salientando que os papéis também estariam invertidos, já que o tipo

de vestimenta, e as maneiras (“para o que der e vier”) a mulher estaria se portando como um homem, um macho, segundo a autora.

Conforme Carla Pinsky (2012), a vestimenta feminina, entre as décadas de 1960 e 1970 deixou muitas pessoas escandalizadas, já que neste período, o uso de minissaia, de roupas curtas, justas, coloridas e que misturavam peças do guarda roupa feminino com as do guarda roupa masculino, como a calça jeans, eram usadas pelas mulheres nas ruas e também divulgadas nas novelas da época. Para Maria Sem Graça (1971) essa mistura entre peças unissex, no caso o short, era de uso restrito como indumentária feminina, somado a utilização de uma bota, calçado há anos de uso primordialmente masculino, mostrava como, concorrendo para a derrocada do papel do homem e para a vergonha da mulher, ela estaria perdendo o seu espaço social, o que se expressava na forma de vestir.

Alguns artigos da *Revista* apresentavam a ideia que era preciso que a mulher fora de casa “não se masculiniza[sse] por trabalhar” (Cravo, 1975, p. 4). Caberia à mulher levar para outros ambientes nos quais circulava os valores do ser feminino e não apenas se submeter às novas tendências, pois estas poderiam desviar a mulher de suas virtudes enaltecidas no período: ser simples e ordeira, ser obediente, caridosa e solidária (Sousa, 2016).

Isso também foi ressaltado por Maria Sem Graça (1971, p. 50) quando, relatando que uma jovem tinha perdido o noivo para a própria mãe, escreveu: “Operou-se a maravilha..... a culpa é do Pitanguí (sic)⁴⁸”. Em poucas palavras, Maria Sem Graça alertava para duas questões, uma subliminar, sinalizando como ações levianas poderiam acontecer quando uma mulher-mãe não tinha valores morais ou religiosos. E, de forma mais explícita, como a identificação com um padrão jovial de beleza, insuflada inclusive por revistas e outros meios de comunicação, podia concorrer para que uma senhora, seduzida pela ilusão de um suposto rejuvenescer, desconsiderasse sua posição social e se envolvesse em relações condenáveis.

Como um contraponto para as considerações sobre as novidades e tensões sociofamiliares dos anos 1970, Maria Sem Graça abordou uma questão que permeava

⁴⁸ O médico Ivo Pitanguy (1926-2016), membro da Academia Brasileira de Medicina e da Academia Brasileira de Letras, entre outras instituições nacionais e internacionais, foi cirurgião plástico reconhecido mundialmente por sua habilidade e criação de técnicas operatórias estéticas e reparadoras. Criou na Santa Casa da Misericórdia no Rio de Janeiro uma ala de cirurgias plásticas reparadoras para pessoas pobres que haviam sofrido queimaduras (Biografia, 2017).

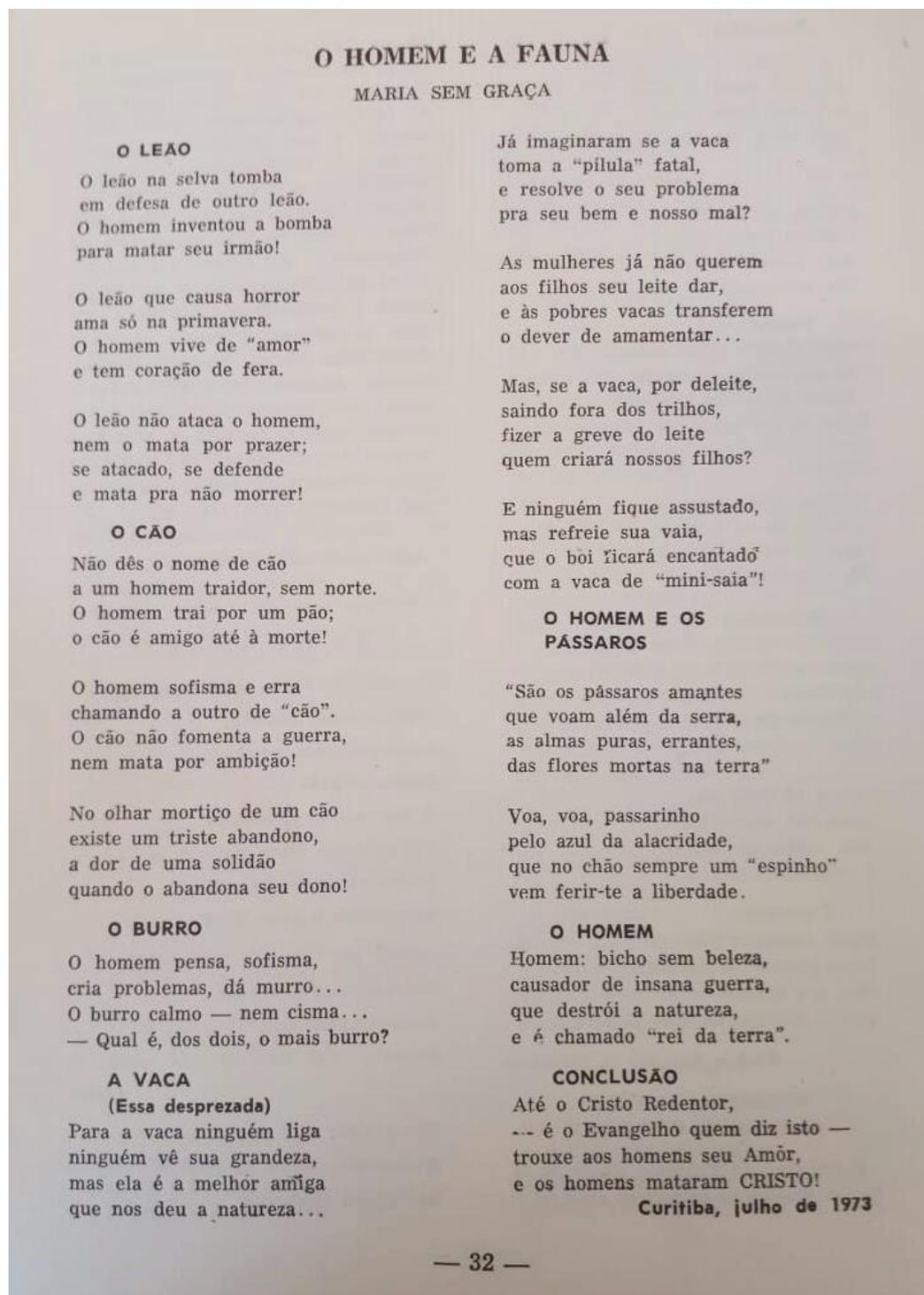
a sociedade brasileira há séculos: o racismo. Mesmo que uma parcela da sociedade afirmasse a inexistência de uma discriminação legal entre brancos e pretos, desde o final da escravidão em 1888, a divulgada “democracia racial brasileira” era um engodo. O preconceito racial, triste realidade nacional, foi traduzido em estrofe por Maria Sem Graça na fala de uma “pretinha”, que ajudava a carregar um andor e ao cair exclamou: “tê você, minha Santinha, tem preconceito de cor?” (Maria Sem Graça, 1971, p. 50). Uma frase curta que expressava a dimensão do racismo, pois apenas a “Santinha” era percebida como sem preconceito, pelo menos até o questionamento final, que deve ter provocado risadas, mas também reflexões.

Se as frases de Maria Sem Graça sintetizavam a amplitude do racismo no Brasil, o próprio ato da denúncia era indicativo da atenção e discussão da temática naquele período. De acordo com Lília Moritz Schwarcz (2002), a década de 1970 trouxe contestações aos valores que vigoravam nacionalmente, o que incluiu a paulatina desconstrução da tese do mito de democracia racial no Brasil.

Ao final do texto de humor, Maria Sem Graça apresentou aquele que, em grande medida, era o perfil feminino que circulava na *Revista*: mudar era preciso e ter como meta na vida, com novos ideais era até louvável contudo, jamais esquecer “mulheres lá ou aqui são sempre iguais”, ou seja, sempre serão filhas, esposas e mães, sem a inversão de papéis entre homens e mulheres (Maria Sem Graça, 1971, p. 50). Senhoras e jovens, realizando modernos e, por vezes, exagerados cuidados com sua aparência, usando roupas mais extravagantes ou apresentado comportamentos antes considerados exclusividades masculinas, não poderiam esquecer o que era ser uma mulher perante a sociedade. Com seu humor crítico e educativo, Maria Sem Graça evidenciava, pela crítica ao exagero e a denúncia do preconceito, as formas de ser e atos próprios de uma mulher mãe-cidadã ideal.

Enquanto as estrofes da página intitulada “Um Pouco de Humor” de 1971 teve um tom de alerta sobre comportamentos da época, os pequenos poemas de “O Homem e a Fauna” (Figura 6), de julho de 1973, utilizam do humor e da comparação para provocar sorrisos em meio a críticas ao ser humano.

Figura 6- O Homem e a Fauna



Maria Sem Graça (1973), ao citar animais selvagens e também domésticos, por meio da literatura⁴⁹, fez observações entre o comportamento de algumas espécies do reino animal e a natureza humana. Realizando a leitura dos subtítulos da página intitulada “O Homem e a Fauna”, entre os animais citados apenas um animal era fêmea: “A vaca” que, também de forma singular, foi apresentada com um breve comentário entre parênteses, “essa desprezada”, pois, segundo a autora, seu valor era subestimado.

A vaca foi apresentada como a “melhor amiga que nos deu a natureza”, por fornecer o leite às crianças pequenas em tempos em que as mulheres não queriam mais cumprir o dever de amamentar os filhos, mas sim pouco parir e muito se exibir e divertir. Maria Sem Graça (1973, p. 32), provocativa perguntou então às leitoras, se a vaca “por deleite” tomasse a “pílula fatal” e, conseqüentemente, fizesse “greve de leite”, quem alimentaria as crianças pequenas?

Com destreza e utilizando o inclusivo “nossos filhos” em seu questionamento, Maria Sem Graça (1973) usou do humor para criticar muitas mulheres que, cada vez mais, atuavam fora de casa e, quando tinham filhos, estavam optando por não amamentar. Tendo que trabalhar quase em tempo integral e com pequenos intervalos entre turnos, os filhos pequenos das jovens senhoras dos anos 1970 estavam ficando cada vez mais em creches (Pinsky, 2012).

Preocupação crescente desde a virada para o século XX, a atenção específica à saúde e o desenvolvimento de crianças pequenas (Freire, 2009)⁵⁰, destacou a alimentação nos primeiros meses de vida como um tema crucial. Exemplo dessa situação, foi apresentado por Liane Maria Bertucci (2016) quando discutiu como essa temática foi abordada em teses da Faculdade de Medicina de São Paulo nos anos 1920, período de crescimento fabril na cidade de São Paulo. Nesses estudos realizados por médicos um dos destaques foi a preocupação com “os riscos do

⁴⁹ Interessante perceber como a literatura foi utilizada durante a ditadura civil-militar para propagar valores morais e cívicos. Conforme Michelle Caroline Bulotas (2017), com a promulgação da Lei 5.692/71, muitos livros de Língua Portuguesa produzidos para serem usados em sala de aula tiveram que ser mudados e adequados às novas exigências e incluir ou ampliar espaços para divulgação de princípios cristãos e valores e símbolos nacionais conforme entendidos pelo governo ditatorial. Segundo a autora, os estudos do português, alinhados com o de outras áreas, concorriam assim para a circulação de tais ideais nacionalistas e comportamentais.

⁵⁰ Existia, ao mesmo tempo, o crescente combate ao “aleitamento mercenário”, ou seja, realizado por mulheres que recebiam para amamentar o filho de outra mulher – o grande problema para os médicos era a possível transmissão de doenças (Freire, 2009).

aleitamento artificial (com leite de vaca) de crianças de 0 até 1 ano” (Bertucci, 2016, p. 36).

Em Curitiba essa preocupação ganhou vários desdobramentos e motivou campanhas educativas nas quais tomaram parte “damas da sociedade”, entidades como a Cruz Vermelha Brasileira- filial Paraná, além de médicos e governantes locais (Meirelles, 2019; Trindade, 1996). Entre os espaços que evidenciavam essa atenção estavam os postos de saúde, entre eles, o Posto de Puericultura “Darcy Vargas” do CPFC que começou a funcionar em 1940 e estendeu seu funcionamento ao longo das décadas.

No livro de Teresa Teixeira de Britto e Beatrice Alves de Castro Souza (2011), as autoras abordam o Posto de Puericultura “Darcy Vargas” do CPFC nos anos de 1970, afirmando que sua finalidade era “dar atendimento às crianças de zero a seis anos, comprovadamente necessitadas e às mães dessas crianças”. Nesse período a instituição disponibilizava às mães passagens de ônibus duas vezes por semana e, no Posto, era ofertado atendimento médico e dentário, “cuidados farmacêuticos e higiênicos” além de distribuição de enxovais de bebê, mantimentos (alimentos para crianças pequenas) e roupas de inverno (Britto; Souza, 2011, p. 133). Nas considerações elaboradas por Britto e Souza (2011) a indicação sobre cuidados higiênicos com as crianças apontou para uma provável ação educativa para as mães, mas a questão do aleitamento materno não foi mencionada.

Importante destacar que, nos anos 1970, como escreve Elisângela Mantagute (2009), o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), criado em 1974, pressionado pela implementação do Plano Diretor da cidade, quanto por reivindicações da população e por discussões nacionais sobre educação infantil (desencadeada no mesmo contexto da reforma do ensino fundamental (lei nº 5692/71)) traçou propostas de atendimento aos grupos de pessoas mais carentes que tinham acorrido à Curitiba em busca de trabalho. Nesse sentido, foram elaboradas propostas para realocação de moradias dessas pessoas, com a disponibilização de creches e espaços para atendimento à saúde infantil, bem como para a escolarização de crianças menores.

Retomando as considerações sobre as ações do Posto de Puericultura do CPFC, consultando o *Livro de Registro de distribuição de alimentos*, de janeiro de 1971 a setembro de 1972, é possível verificar que, entre os mantimentos distribuídos quinzenalmente às mães estava o leite em pó (500g, 1kg ou 2kg, dependendo do

número de filhos). Foram 45 famílias registradas, sendo que em 10 dos registros dessas famílias, só constava o registro do nome da mãe (em um caso foi anotado que o pai faleceu) (Livro de..., 1971-1972).

Nesses registros, os dados de duas famílias não apresentam o número de filhos e existiram famílias que começaram a receber os mantimentos a partir de 1972. Considerando as informações sobre 43 famílias, o número total de filhos informados, de janeiro de 1971 a setembro de 1972, foi de 237 crianças, distribuídas conforme a Tabela 3:

Tabela 3- Distribuição de alimentos, jan.1971- set.1972

Número de filhos	Quantidade de famílias	Totais parciais de crianças
10	01	10
09	03	27
08	07	56
07	05	35
06	05	30
05	03	15
04	11	44
03	05	15
02	02	04
01	01	01
-	Total 43	Total 237

Fonte: Livro de Registro de distribuição de alimentos (1971-1972)

Considerando as palavras escritas em 1973 por Maria Sem Graça, sobre a diminuição do número de filhos por família, a Tabela 3 indica uma realidade um pouco diferente entre as famílias carentes atendidas no CPFC. Eram 24 famílias com 5 filhos ou mais, enquanto 19 com 4 filhos ou menos, mesmo que o recorde de 11 famílias com 4 filhos sinalizasse a tendência de queda de natalidade, o número de famílias com mais filhos é muito significativa⁵¹.

⁵¹ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de fecundidade

É preciso considerar o público alvo da *Revista* e Maria Sem Graça deveria saber muito bem para quem estava escrevendo quando abordou as novas maneiras femininas de ser e o uso cada vez mais generalizado da pílula anticoncepcional. Ela mirava na classe média e alta.

E isso também pode ser pensado em relação à amamentação. Quando a autora da página *O Homem e a Fauna*, clama pelo aleitamento materno, isso é, estava relacionado a percepção da manutenção como um dever feminino, parte do delineamento que existia do lugar da mulher na sociedade, e não porque o leite materno representava um benefício inequívoco para a saúde da criança pequena. Apenas nesse sentido é possível entender porque Maria Sem Graça não mencionou o uso do leite em pó, muito difundido nos anos de 1970⁵², como evidenciou a distribuição do produto pelo Posto de Puericultura “Darcy Vargas”⁵³.

Foi também no sentido de denúncia e crítica social, que Maria Sem Graça, com seu humor ácido, alertou que ninguém deveria ficar assustado se o boi ficasse encantado “com a vaca de minissaia” e que ela estivesse despreocupada sem bezerros para amamentar (Maria Sem Graça, 1973, p.32). Remetendo a temática explorada no artigo da *Revista* de 1971, dois anos depois ganhou ênfase a associação da decadência da responsabilidade materna com mudanças socioprofissionais da mulher.

Mas, se a mulher era o tema central de uma estrofe na página de humor de 1973 e mesmo entendendo que a palavra homem pode ser utilizada como sinônimo de ser humano, as considerações das outras estrofes de *O Homem e a Fauna* se referiam prioritariamente ao gênero masculino.

em 1970 decaiu em comparação a década de 1960 no estado do Paraná (IBGE, 1970), contudo a taxa de mulheres com 5 filhos ou mais em 1970 continuou com um percentual muito parecido com aquele de 1960. Segundo o IBGE, mulheres da zona rural, e aquelas com pouca instrução tinham mais filhos. Contudo, ao compararmos os dados de Curitiba, fornecidos pelo IPARDES (1970), a taxa de crianças de 0-9 anos aumentou de maneira exponencial em Curitiba em 1970, em comparação ao ano de 1960, reafirmando o aumento demográfico na cidade.

⁵² A crescente utilização do uso do leite em pó entre os anos 1930-40 motivou a discussão dos médicos que só o recomendavam em último caso. Veja indícios dessa situação em Rodrigues (2013) e Sigolo (1998). De acordo com Sonia Isoyama Venancio e Carlos Augusto Monteiro (1998, p. 41), “as consequências desastrosas do desmame precoce, especialmente nos países em desenvolvimento, levaram a um movimento mundial de retorno à amamentação, que teve início em meados da década de 70”. No Brasil, em média, durante os anos de 1970 as crianças eram amamentadas até o primeiro mês de vida, sendo que as crianças mais pobres eram amamentadas por mais tempo.

⁵³ No período que o Posto de Puericultura “Darcy Vargas” foi organizado, a discussão sobre a importância do aleitamento materno era crucial entre pessoas ligadas aos postos de puericultura de Curitiba, veja por exemplo o estudo realizado por Rodrigues (2013).

Na estrofe que começa a série de publicações de Maria Sem Graça, o tema é “O leão”, chamado de rei da selva por sua imponência, força e agilidade ao caçar. Mas ao comparar este animal com o homem, a autora enfatizou a tese que, ao contrário do belo animal, as mazelas humanas faziam com que o ser humano lutasse contra seus semelhantes em guerras, e que algumas tinham sido criadas por motivos fúteis, “por prazer”. Nesse sentido, o pequeno texto parecia um protesto pela paz naqueles tempos da Guerra do Vietnã (Milani, 2023) e atrocidades contra a vida humana que aconteciam no mundo.

O aspecto belicoso do homem continuou a ser evidenciado quando Maria Sem Graça (1973, p. 32) escreveu sobre “O cão”, animal doméstico fiel e companheiro, e sentenciou “o homem sofisma e erra chamando a outro de cão”, pois o homem, ao contrário do animal, fazia a guerra e matava por ambição.

“O burro” foi personagem da próxima estrofe e em sua abordagem Maria Sem Graça retomou a questão do sofismar, ou seja, da comparação que oculta algo sob argumentos falsos. A autora perguntou quem seria o menos inteligente ou astuto, o homem que pensava, fazia conjecturas incorretas ou inúteis e que se desesperava, ou o animal que nada refletia. Em tempos de conflitos internacionais (e repressão interna?) e mudanças sociais, o melhor talvez fosse “nem cismar...” e continuar a vida (Maria Sem Graça, 1973, p.32).

Observando os três animais escolhidos por Maria Sem Graça, que juntos apresentavam requisitos de força, lealdade, laboriosidade e resistência, é perceptível um jogo de palavras, entre a questão animal e o gênero masculino, o que resultou na crítica “Ao homem” (tema da penúltima estrofe), que tenderia a se desviar das qualidades mencionadas e fomentar conflitos, a desunião e a traição, com seu orgulho e vaidade. Neste aspecto, o homem “causador de insana guerra” (Maria Sem Graça, 1973, p. 32), foi representado como o causador do colapso da Terra, e a ele caberia assumir as consequências em relação a sua destruição, já que até o Salvador, como afirmou a autora na “Conclusão”, trouxe aos homens o amor e eles o mataram (Maria Sem Graça, 1973).

Textos comparando o ser humano e o animal não eram raros no período. Conforme Mateus Gamba Torres (2010), nos anos 1970 o anticomunismo católico utilizou imagens de alguns animais para evidenciar a repulsa em relação ao comunismo e a militância contra a ditadura civil-militar no Brasil. Abutres, lobos e

serpentes foram alguns animais associados a pessoas que eram contra o regime instaurado e indivíduos chamados de “traidores”.

No caso da página “O Homem e a Fauna” as estrofes evidenciavam a comparação entre animais e seres humanos, com evidente vantagem para os animais, mas não foi realizada a identificação de um ser humano com um animal peçonhento, como uma cobra, ou então com um abutre, que se alimenta de carniça, como foi constatado no estudo de Torres (2010). No caso de Maria Sem Graça chama atenção a conotação de gênero nas críticas realizadas e também a nuance religiosa, que se evidencia na estrofe final, entretanto é o viés pacifista que ganha relevância e a crítica feita pela autora, em alguns momentos parecia também dirigida às ações repressivas que estavam acontecendo no Brasil naquele período.

Essa percepção ganha força na estrofe “O homem e os pássaros”, na qual o homem não é mencionado, pelo menos diretamente. As frases seriam um alerta para o(s) homem(ns) “de alma pura” que talvez precisasse(m) partir para “além da serra”? E Maria Sem Graça completa a estrofe escrevendo, “voa, voa passarinho (...) que no chão sempre um “espinho” vem ferir-te a liberdade” (Maria Sem Graça, 1973, p.32). Seria esse passarinho, o brasileiro, que deveria voar quando se sentia ameaçado pelos “espinhos” da ditadura? Conjecturas.

Mesmo não tendo uma resposta certa para essa e outras considerações sobre as páginas escritas por Maria Sem Graça, uma em 1971 e outra em 1973, as estrofes são exemplos de uma maneira mais criativa e crítica (pacifista e de denúncia) de abordagem da sociedade do período, com destaque para os perigos representados por uma nova e atabalhoada forma de ser mulher no mundo nos anos de 1970. Quanto aos impactos desses escritos entre as leitoras da *Revista* é difícil avaliar, mas, talvez pela crítica contumaz aos homens, por criticar a supervalorização feminina da estética jovial ou até devido à menção a “liberdade” do pássaro, Maria Sem Graça não publicou mais na *Revista*.

CAPÍTULO III
A PARTIR DA VIDA ALHEIA: EDUCAÇÃO POR MEIO DA DIVULGAÇÃO DE
AÇÕES MODELARES

3.1 - O EXEMPLO EDUCA: OS CURRÍCULOS FEMININOS

Poderá ser um lembrete, um convite, uma solicitação e até mesmo um apelo à mulher paranaense de hoje: - procure atualizar-se e queira distribuir com alguém o bem adquirido (Ferreira, 1974, p. 45).

Nos anos de 1970, as mulheres brasileiras, particularmente as urbanas, estavam diante de novas ideias e formas de comportamentos no seu dia a dia. Fosse através da música, do cinema, das novelas, dos movimentos sociais, das atitudes de atrizes, escritoras e outras profissionais, essas mulheres eram influenciadas, de forma direta ou indireta, sobre como ser e agir e isto acontecia em grande parte graças a mídia televisiva. Foi nesse contexto que a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* trouxe um modelo diferente de texto a ser apresentado às leitoras. Intitulado como Curriculum Vitae ou Curriculum, o texto enfatizava o percurso acadêmico e profissional da pessoa em foco.

Com formas e conteúdos diversos dos textos da seção Homenagem ou Saudação, editados entre 1967 e 1969, os Curriculum Vitae não traziam descrições que incluíssem termos como felicidade, saudade, carinho, gratidão, que procuravam expressar as emoções que poderiam ser percebidas pelas leitoras nas pessoas retratadas. A partir de 1970, os textos deixaram de lado a questão sentimental/emocional e tiveram como foco as ações realizadas pela pessoa em sua vida. E geral esses textos tinham o propósito de saudar uma pessoa considerada um exemplo impar para as centristas, um perfil que fosse alinhado aos valores tradicionais com o regime ditatorial vigente, mas sem ressaltar um único perfil, já que em meio a tantas mudanças, as mulheres poderiam se identificar com vários desses perfis.

No total foram 7 textos ao longo da *Revista* que levaram o título de Curriculum Vitae, mais o nome da pessoa saudada, conforme a imagem a seguir (Figura 7).

Figura 7- Curriculum-Vitae da Sra. Dalila de Castro Lacerda

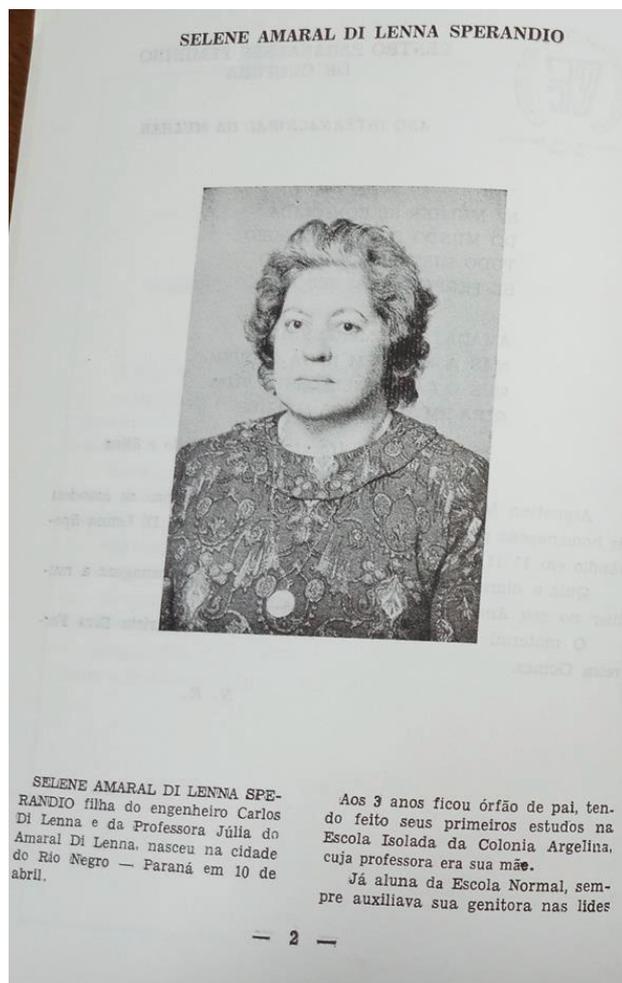


Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, 1970, p. 28.

Esse currículo de Dalila de Castro Lacerda é um exemplo de como os textos traziam o título e a disposição das informações pessoais na página. A imagem não era colorida e estava disposta de forma anexa às informações da pessoa.

Contudo, na *Revista* dos anos de 1970 também foram editados outros 7 textos que, mesmo não apresentando o título Curriculum Vitae, tinham o mesmo formato textual e de conteúdo dos chamados currículos. Esses textos, de forma geral, traziam como título o nome da pessoa abordada, como foi o caso da centrista Selene Amaral Di Lenna Sperandio (Figura 8).

Figura 8- Selene Amaral Di Lenna Sperandio



Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, 1975, p. 2.

Os textos reproduzidos nas Figura 7 e Figura 8, publicados, respectivamente, na *Revista* de 1970 e 1975 são exemplares do formato desses escritos. A grande maioria desses textos apresentava a reprodução de uma fotografia “preto e branco” da pessoa, sendo que algumas eram inseridas ao lado do texto, como foi o caso da imagem de Dalila de Castro Lacerda. A mudança de padrão, como no caso do texto de Selene Amaral Di Lenna Sperandio deveria estar atrelada à disponibilidade de maior espaço no número da *Revista* no qual foi editado.

Contudo, os 14 textos publicados de 1970 a 1976, à exceção dos títulos, tinham as mesmas características em relação ao conteúdo posto às leitoras. Em linhas gerais, esses textos começavam exibindo a foto da pessoa, em formato 3x4 ou 4x5 (evidenciando o rosto) e, logo nas primeiras linhas apresentavam: data de nascimento,

local onde nasceu (naturalidade), nomes dos pais (filiação) e, caso tivesse irmão(s) e/ou irmã(s), a informação também era inserida.

Em seguida eram listadas informações relacionadas à formação escolar (com o nome dos estabelecimentos que frequentou) até o ensino superior ou os cursos de aperfeiçoamento realizados. Em alguns currículos foi informado que a mulher era casada e, poucas vezes, os nomes dos filhos e suas profissões. Além disso, os currículos elencavam os congressos, palestras e eventos similares dos quais a mulher tivesse participado (por vezes não apenas como ouvinte) e, eventualmente, eram informadas as obras publicadas pela pessoa.

Portanto, conforme a estrutura textual e o conteúdo posto, foram localizados 14 currículos⁵⁴. Esses textos selecionados apresentaram percursos de vida de mulheres nascidas em Curitiba ou que, ao longo da vida, fixaram residência na capital paranaense.

Tabela 4- Currículos, dados gerais

Ano Publicação	Título do Texto	Nome	Profissão ou Atuação - destaque no currículo	Localização na Revista ⁵⁵
1970	Curriculum Vitae de Pompília Lopes dos Santos	Pompília Lopes dos Santos	Professora	p. 4-6
	Munira Thomé	Munira Thomé	Professora	p. 12-13
	Curriculum Vitae da Sra. Dalila de Castro Lacerda	Dalila de Castro Lacerda	Presidente da Associação de Assistência ao Psicopata ⁵⁶ do Paraná	p. 28-29
	Curriculum Vitae da centrista	Maria de Lourdes Lamas Pegoraro	Professora	p. 34

⁵⁴Biografias, autobiografias, homenagens e saudações, textos que traziam formatos e informações diferentes dos 14 textos (como, por exemplo, a saudação a Leonor Castellano (Marchesini, 1971)) não foram contabilizados como currículos.

⁵⁵ Veja o total de páginas da *Revista* no Apêndice.

⁵⁶ Na nomenclatura médica e no entendimento social dos anos 1960 e 1970, a denominação “psicopata” era utilizada para designar pessoas que apresentavam algum distúrbio psicológico e também comportamentos antissociais.

1971	Jandyra Sounis de Oliveira	Jandyra Sounis de Oliveira	Musicista e fundadora da Academia Paulista de Música	p. 2-3
	Dra. Carmen Blum	Carmen Blum	Dentista	p. 19-21
	Florentina Vitel	Florentina Vitel	Professora	p. 31
	Curriculum Vitae	Glaura de Azevedo Azambuja Vilanova	Diretora de Escola Normal	p. 51-52
1973	Rosy de Macedo Pinheiro Lima	Rosy de Macedo Pinheiro Lima	Advogada	p. 4-6
	Curriculum Vitae	Lindamir Pereira	Professora	p. 39
1974	Maria Nicolas "Curriculum Vitae"	Maria Nicolas	Professora	p. 2-3
	Doutora Maria Falce	Maria Falce de Macedo (faleceu em 1972)	Médica / Profa. Faculdade de Medicina	p. 33-34
1975	Selene Amaral Di Lenna Sperandio	Selene Amaral Di Lenna Sperandio	Professora	p. 2-3
1976	Curriculum-destaque	Lúcia Pereira	Professora	p. 4-5

Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura, 1970-1976.*
Tabela organizada pela autora da dissertação.

Observando a Tabela 4, é possível perceber que foram publicados mais currículos em 1970 e 1971, no total foram 8 textos, divididos igualmente entre os dois anos. No ano de 1972, não foram encontrados textos com a mesma estrutura dos que foram arrolados sob o nome geral de currículo⁵⁷. Em 1973 e 1974, foram editados 4

⁵⁷ Em 1972 foram editadas biografias e uma autobiografia. Considerando todos os números da *Revista*, foram publicadas 3 biografias, 1 autobiografia e, também, reproduzido 1 depoimento. Em 1970, foi editada a biografia de Irene Weiser Minoli, voluntária em campanhas pró infância no Brasil (Razão, 1970). Em 1972, as biografias de dois homens, Guilherme Wolf Schaia que era maestro, compositor e químico industrial (Biografia, 1972), e Waldemar Curt Freyesleben, artista plástico e um dos fundadores da Escola de Belas Artes do Paraná (Retrospectiva, 1972). Em 1972, também foi editada a autobiografia de Claudemira Marinho, que em meados do século XX assumiu "a presidência de um Diretório Feminino do governo [PSD] (...) fazendo comícios em praças públicas" (Biografia de

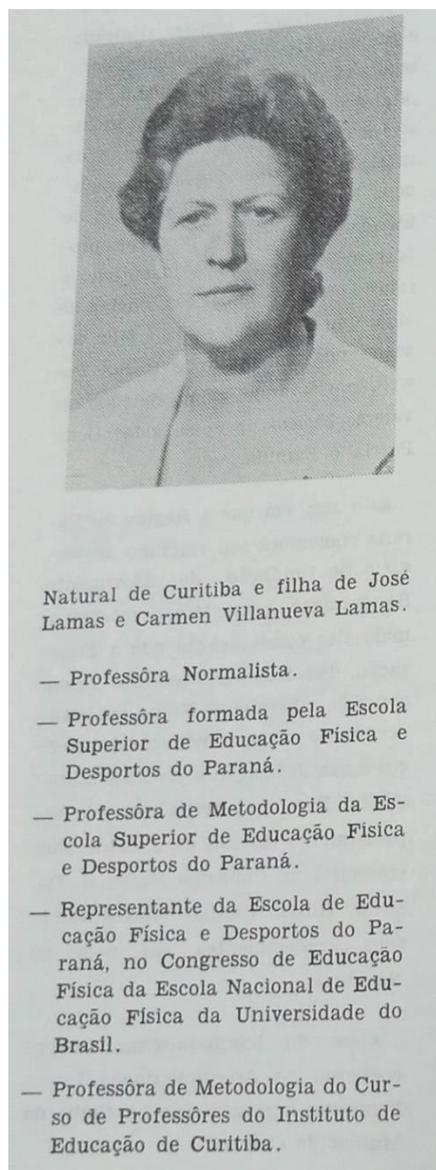
currículos, 2 em cada ano. A redução do número de currículos se acentuou em 1975 e 1976, quando foram publicados 2 currículos, 1 em cada exemplar da *Revista*. Esta progressiva queda coincidiu com a diminuição do número de páginas da *Revista*, cujo último número regular foi o editado em 1976.

Ainda conforme a Tabela 4, ficou evidente a disposição estratégica dos currículos. Em todos os números nos quais foram publicados, a grande maioria dos currículos estavam nas páginas iniciais da *Revista*. A centrista que recebia o periódico em sua casa, e começava a folhear o volume, era induzida a começar sua leitura conhecendo e refletindo sobre a vida de uma de suas conterrâneas (nascida em Curitiba ou que tinha “adotado” a cidade). Distribuídos pelas páginas do periódico, os outros currículos reforçavam comportamentos e valores, educando pelo exemplo.

Ao analisar os currículos foi perceptível também analisar que 3 deles tiveram suas informações separadas por tópicos sendo eles: de Maria de Lourdes Lamas Pegoraro (1970), de Glaura de Azevedo Azambuja Vilanova (1971) e de Jandyra Sounis de Oliveira (1971). Mesmo tendo suas informações dispostas em tópicos, os conteúdos, as informações e as formas de evidenciar a trajetória acadêmica eram iguais aos outros textos (Figura 9).

Claudemira, 1972). Em 1971 foi publicado um depoimento de Guido Viaro, concedido em 1966 para o Departamento de Cultura, no qual ele relatou algumas de suas experiências como artista na Europa e nas grandes metrópoles em que viveu (Viaro, 1971). Interessante perceber como os relatos biográficos masculinos e o depoimento, eram de artistas com relação direta com a cultura do Paraná, que de formas privilegiadas enalteciam a esfera regional, contribuindo para a formação do paranaense – um deles foi, inclusive, cofundador de uma escola de artes.

Figura 9- Maria de Lourdes Lamas Pegoraro



Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, 1970, p. 34.

Como exemplificam as Figuras 7,8 e 9, a grande maioria dos currículos trazia logo nas primeiras frases os nomes dos pais e o local de nascimento da mulher. Os únicos currículos que não trouxeram a cidade natal foram os de Jandyra Sounis de Oliveira (Jandyra, 1971, p. 2) e de Glaura de Azevedo Azambuja Vilanova (Curriculum Vitae de Glaura, 1971, p. 51). Outro ponto a ressaltar, entre os 6 currículos que informaram que a mulher era casada, apenas os de Dalila de Castro Lacerda (1970), Florentina Vitel (1971) e Selene Amaral Di Lenna Sperandio (1975), informaram o número de filho(a)s e alguns dados sobre ele(a)s. Aparentemente não existiu uma

razão para que esse tipo de prática não se repetisse em todos os currículos de mulheres-mães.

No currículo de Dalila, casada com o então reitor da UFPR Flávio Suplicy de Lacerda (ex-ministro da Educação do governo Castelo Branco⁵⁸), o que chama atenção foi a forma como seu filho foi retratado como “cardiologista, solteiro”; quanto a irmã do jovem médico, esta foi apresentada como “casada com (...)” (*Curriculum-Vitae*, 1970, p. 28). Se o matrimônio era importante na vida das pessoas, a forma como o casamento foi considerado no caso da mulher parecia resumir a existência feminina; uma percepção ainda muito corrente nesse período de “modelos flexíveis” (Pinsky, 2012)

Já Florentina Vitel teve um filho, que era médico. Seu nome não foi mencionado no currículo, que é pródigo nos destaques acadêmicos da vida da mãe professora, “livre pensadora”, escritora e ativista feminista (Florentina, 1971, p. 31) Entretanto, o final do currículo indicava a reprodução, logo abaixo, de um poema de Vitel para o filho, apresentado como um texto “para figurar entre as melhores colaborações desta *Revista*”. No poema, escrito em 1945, que ocupa quase três páginas do periódico, o nome de Fulton Vitel Borges de Macedo está escrito em letras maiúsculas, antes do início dos versos. O escrito louva a formatura do filho em Medicina (palavra também grafada em maiúsculas) (Meu Filho, 1971).

Em 1970 e 1971, as palavras sobre os filhos dessas duas mulheres indicavam uma semelhança, os dois eram médicos, mesmo que de diferentes gerações. As informações sobre o filho de Dalila, seu nome, especialidade profissional e situação civil, pareciam bem conjugadas com os dados sobre a vida da mãe, pródiga em atividades assistenciais relacionadas à saúde. Quanto ao único filho de Florentina, a breve menção no texto curricular foi complementada com a poesia “Meu Filho”, que poderia indicar uma conexão intelectual com a mãe.

Fulton Vitel Borges de Macedo, além de médico foi político; membro do Partido Social Democrata (PSD), foi vereador e ocupou o cargo de prefeito de Ponta Grossa em 1963 (Governantes, [s.d.]). Nesse sentido, a reedição, em 1971, de um poema, escrito cerca de trinta anos antes, como o espaço no qual o nome do filho de Florentina foi mencionado, instiga perguntas, que ficaram sem respostas: A omissão do nome no

⁵⁸Sobre a trajetória de Suplicy de Lacerda, ver Campos (2013) Sobre esse período e o imediatamente posterior, veja, Freitas; Biccás (2009); Cunha (2007); Motta (2014).

currículo seria uma estratégia para evidenciar ainda mais a poesia? Ou a publicação da poesia teria sido uma tática para não causar possíveis constrangimentos políticos para a *Revista*?

Quanto ao currículo de Selene Sperandio, editado em 1975, este foi publicado no ano que ela exercia a presidência do CPFC. A informação sobre sua prole parecia uma deferência à ativa da centrista e mãe dedicada. Dos seus 5 filhos, 2 eram advogados e 1 engenheiro, os outros, um moço e uma jovem eram “acadêmicos”, ou sejam estavam realizando curso superior (Selene, 1975, p. 3)

Ainda em relação ao estado civil, os currículos de Pompília Lopes dos Santos, Munira Thomé, Maria Falce de Macedo, além dos de Dalila de Castro Lacerda, Florentina Vitel e Selene Amaral Di Lenna Sperandio informaram que eram casadas e apenas no de Vitel não consta o nome do marido (falecido? Talvez). O currículo de Maria Nicolas destacou seu estado civil: “viúva” (Maria Nicolas, 1974, p. 2). Nesse sentido, metade dos currículos omite essa informação, seriam mulheres solteiras? Algumas deveriam ser, como Rosy de Macedo Pinheiro Lima, uma das fundadoras do CPFC; entretanto, o caso de Lindamir Pereira, por vezes nomeada como Casagrande Freshe, pode indicar situação diversa (Curriculum, 1973).

Além disso, dentre os 14 currículos dispostos na *Revista*, 9 eram de associadas do CPFC, sendo que as não associadas que tiveram seus currículos publicados foram: Dalila de Castro Lacerda, Jandyra Sounis de Oliveira, Lindamir Pereira, Maria Nicolas e Maria Falce de Macedo.

Dentre os currículos dessas 14 mulheres, havia uma diretriz comum, a evidência das ações sociais e atividades profissionais. Em todos os textos, sem exceção, foram informadas as entidades das quais essas mulheres participavam, tais como, o CPFC e a União Cívica Feminina, além de Associações e Centros literários que frequentaram ou cursos que realizavam. Além disso, eram destacadas as atividades de repercussão social, como as da dentista Carmem Blum, que organizava eventos “para as criaturas que necessitassem” (Dra. Carmen, 1971, p. 19) e as da professora Munira Thomé que realizava eventos artísticos (declamação de poesias) em prol de “instituições beneficentes ou para abrigar crianças desamparadas” (Munira, 1970, p. 12).

Além dos currículos evidenciarem tais ações, quando uma mulher era também escritora ou jornalista (além da atuação principal destacada no currículo) o periódico listava para as leitoras, de forma cronológica, todas as obras publicadas, fossem

livros, textos avulsos ou jornalísticos. No currículo de Selene Sperandio, por exemplo, foi evidenciado que ela era “colaboradora do jornal *Gazeta do Povo* e era responsável por uma coluna domingueira”, além de ter um livro publicado (Selene, 1975, p. 3). No caso de Pompília Lopes dos Santos, eram várias as obras e textos publicados desde 1944, conforme mostra a Figura 10.

Figura 10- Obras de Pompília Lopes dos Santos – 1944-1967

(De 1944 a 1967).
 CANÇÃO DA TERRA — Poemas.
 ESTÓRIAS DE CRIANÇAS — Nar-
 rativa de fatos que se passaram com
 crianças.
 NÃO JUSTIFICO A GUERRA --
 Conferência.
 ESCRITORES CONTEMPORÂNEOS
 — Crítica.
 VALORES UNIVERSAIS — Crítica.
 PINTORES PARANAENSES — Crí-
 tica de Arte.
 CONFERÊNCIAS — Coletânea.
 BIOGRAFIAS — Coletânea.
 CURITIBA EM RITMO DE PRO-
 PRESSO — ROMANCE.
 1965 — IRACEMA — Oração — No
 centenário da publicação do roman-
 ce de José de Alencar.
 1968 — Virá a luz: MARIA ISA —
 Biografia.
 A VIDA E A OBRA DE MACHADO
 DE ASSIS — Estudo — 1944.

Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, 1970, p. 6

Ao salientarem alguns aspectos da vida dessas mulheres, organizados cronologicamente, esses currículos reeditavam e atualizavam na década de 1970 uma prática realizada há décadas. Desde o final do século XIX a imprensa brasileira já publicava textos biográficos, ressaltando os feitos da pessoa ali saudada, exaltando suas contribuições para o país (Luca; Martins, 2021).

Conforme Tania Regina de Luca (2012), as revistas femininas do século XX acompanharam essa prática, disponibilizando às leitoras textos sobre a vida de uma pessoa. Em alguns casos a pessoa em destaque era uma celebridade do cinema e, mais tarde, das novelas transmitidas pelo rádio e, depois, pela televisão. A ênfase para a atuação profissional da mulher neste tipo de texto, começou a fazer parte das

revistas femininas a partir de meados dos anos de 1930, com as edições da *Revista Nova*, cujo primeiro exemplar circulou em 1935 (Luca, 2012).

Ao compararmos a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* com outras revistas dos anos 1970, como *Claudia* e *Capricho*, não serão encontrados textos sobre atrizes famosas ou considerações, mais ou menos verossímeis, sobre uma personalidade que casou com um empresário da sociedade da época (Pinsky, 2014). Na *Revista*, os currículos destacavam a formação escolar e atuação profissional de mulheres de Curitiba, suas ações socioculturais ou filantrópicas, pontuando características particulares de suas vidas.

Na década de 1970, durante a ditadura civil militar, a prática de descrever a vida de mulheres entendidas pelo governo como heroínas da Pátria, esteve presente em livros didáticos, revistas, jornais. Segundo Tatyana de Amaral Maia (2010), houve uma releitura de políticas culturais feitas pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), e uma das designações era da exaltação de grandes vultos da História do Brasil com a valorização da arte e da cultura regional, com o “intuito de reforçar o sentimento de pertencimento e as referências que precisam ser compartilhadas para garantir a identificação com as diretrizes definidas pelos Estados” (Maia, 2010, p. 115).

Com evidentes ligações com o ideário governamental, na *Revista do Centro Paranaense Feminino do Cultura* foram exaltados vultos femininos da história nacional, como o caso de um texto sobre a Princesa Isabel, descrita com palavras superlativas, como a redentora das pessoas escravizadas “que os teus libertos, como assim te louvo, te elegem Santa, como bem mereces” (Pereira, 1971, p. 47). Mas também homens eram temas de artigos, em geral escritores e poetas, como Manoel Bandeira (Cornelsen, 1970).

A forma como tais pessoas foram descritas, ou seus textos apresentados às leitoras da *Revista*, evidenciam uma conexão entre a intenção de formação da mulher do CPFC (e assim, indiretamente, pessoas com as quais convivia) e a proposta de exaltação da história regional e nacional que se difundia na educação escolar (Maia, 2010; Silva, 2008)

Entre os 14 currículos da *Revista*, 9 eram de mulheres que atuaram no ensino fundamental e médio, sendo que uma delas era professora e diretora de um colégio. Destacar este número significativo de professoras evidencia quanto a opção pelo magistério continuava valorizada como a primeira opção profissional, inclusive para aquelas que iam além da Escola Normal.

No final dos anos de 1960, orientações em relação ao aperfeiçoamento de professores tinham sido determinados pelo Parecer Federal nº. 252/69, que delineou as diretrizes da formação de professores como especialistas em educação (Silva, 2008). Nesse período, conforme salienta Guacira Lopes Louro (2004, p. 472-473) o discurso didático-pedagógico “traduzia-se numa regulação muito direta dos agentes educativos”, formados por “saberes de caráter técnico, científico e específico” e imbuídos da tese do profissionalismo do ensino⁵⁹.

De forma concomitante, a persistência da percepção que o trabalho escolar, em especial o realizado em sala de aula, durante meio período, continuava a ser o ideal para a mulher casada (Vicentini; Lugli, 2009), e tornava a mulher-mãe-professora moderna um ideal inspirador. Não foi um mero acaso a *Revista* publicar 9 currículos de professoras.

3.1.1 - Professoras exemplares

Em 1976, último ano de edição consecutiva da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, foi publicado no periódico a estrofe “Professor, Agricultor”, de Maria Nicolas (1976, p. 16):

O Mestre, o lavrador, não colhe o que semeia.
As flores que cultiva, vão perfumar outros lares.
Os frutos da sua seara são saboreados por outros.

Síntese de uma percepção social que ainda identificava o magistério como uma ação de abnegação e dedicação vocacional, as palavras de Nicolas ecoavam o passado, mas sinalizavam o futuro, afinal a comparação com o agricultor equiparava o ato de dar aulas com o de um trabalho profissional.

Em período que houve uma “ênfase no caráter profissional da atividade docente” (Louro, 2004, p. 472) e a informalidade nas relações intraescolares começaram a ficar em segundo plano, a representação da professora na década de 1970 ganhou novas roupagens e elas são elencadas como profissionais do ensino. Nesse sentido, em 9 dos currículos de mulheres publicados na *Revista*, mesmo que

⁵⁹ Sobre o impacto na rede escolar paranaense, veja, por exemplo, o texto de Valério (2012).

essas realizassem outras funções sociais (escritoras, poetisas, colunistas de jornais), a questão de congruência entre elas foi a profissão docente.

Tabela 5- Currículos de professoras - informações pessoais, destaque de atividade nos anos de 1960-70

Nome	Local de nascimento e ano	Formação acadêmica	Destaque no currículo
Pompília Lopes dos Santos	Curitiba-1900	Diploma de professora normalista em 1918	Promoveu o curso História do Paraná, sediado pelo CPFC em 1964
Munira Thomé	Curitiba-1936	Diploma do Curso Olavo Bilac - aspectos de fonia e dicção	Professora primária (faleceu em 1968)
Maria de Lourdes Lamas Pegoraro	Curitiba	Professora formada pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná	Fundadora e diretora do Jardim de Infância Paiquerê em 1968, propriedade da Associação Cristã Feminina de Curitiba
Florentina Vitel	Curitiba-1893	Diploma de professora normalista em 1909. Graduada em Direito em 1941.	Publicou inúmeros discursos e conferências cívicas em revistas e jornais do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.
Glaura de Azevedo Azambuja Vilanova	Dados não informados	Professora normalista, nomeada em 1934	Participou do 1º Congresso de Ensino Normal realizado em Guanabara em 1967
Lindamir Pereira	Ponta Grossa	Licenciada em Educação Física, Geografia e História	Atividades artísticas para professores de jardim de infância e curso primário
Maria Nicolas	Curitiba- 1899	Professora normalista em 1916 e licenciada em Pedagogia em 1950	No início da década de 1970, recebeu homenagem do Programa "Mulher 70", canal 6, de Curitiba
Selene Amaral Di Lenna Sperandio	Rio Negro -1915	Diplomou-se como professora primária	Coluna domingueira chamada de "Noticiário Cultural" no jornal <i>Gazeta do Povo</i>
Lúcia Pereira	Curitiba-1902	Fez cursos de datilografia, estenografia e idiomas	Foi professora de cursos do CPFC até 1971.

Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, 1970-1976. Tabela organizada pela autora da dissertação.

Conforme a Tabela 5, podemos observar que a maioria das professoras haviam nascido na cidade de Curitiba e, considerando os anos de nascimentos informados, elas nasceram entre final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. A exceção foi Munira Thomé, nascida em 1936 e que, caso estivesse viva, contaria 34 anos quando seu currículo foi publicado, em 1970 (Munira, 1970). Com 78 anos em 1971, ano da edição do currículo, Florentina Vitel era a mais velha desse grupo de professoras (Florentina, 1971).

Mulheres que, na grande maioria, tinham atravessado a primeira metade do século XX, vivenciando como adolescentes ou jovens senhoras as mudanças impulsionadas a partir do final da Grande Guerra e os eventos radicais dos anos 1960. Essas professoras tiveram o seu cotidiano permeado por uma gradação de mudanças em relação à vida urbana, ao papel da mulher na sociedade curitibana e sua inserção na vida pública. Na década de 1970, a realidade da mulher curitibana, em geral, era muito diferente daquela do início do século XX (Trindade, 1996; Sousa, 2016).

A formação no Curso Normal, foi a base para a atuação profissional de 7 dessas professoras, que atuaram em escolas públicas de Curitiba e área metropolitana e no interior do Estado. As duas não normalistas foram: Lúcia Pereira, que lecionava inglês, francês e italiano no CPFC e foi nomeada em 1947 como “secretária do Curso Ginásial Diurno, do Colégio Progresso” em Curitiba (Curriculum- Destaque, 1976, p. 5) e Munira Thomé, que realizou o Curso Olavo Bilac⁶⁰, composto de disciplinas como “empostação da voz, força de expressão, dicção, mímica e oratória”, depois Thomé teria ganho uma bolsa de estudos do Ministério da Educação e Cultura na mesma área; sua formação a teria capacitado para aulas em instituições de nível médio e superior (Munira, 1970, p. 12). Sua morte precoce em 1968 interrompeu uma carreira promissora e a função como mãe já que ela teria deixado uma filha de um ano e meio de idade (Munira, 1970).

Para o Centro Paranaense Feminino de Cultura, a importância do bem falar e do argumentar corretamente, era algo indispensável. Para a centrista Diva Ferreira Gomes (1974, p. 32), que foi membro da diretoria da *Revista* de 1970 a 1976, a chamada “era da comunicação” exigia do ser humano um diálogo fluído sobre diversos assuntos da atualidade, já que “o telefone, o rádio e a televisão, fazem mais do que

⁶⁰ Não foram localizadas informações exatas sobre esse curso. Há décadas existiam escolas no Brasil, de nível médio, com o nome Olavo Bilac, inclusive fornecendo formação para professoras.

imaginar se possa” era imprescindível, que jovens e senhoras conseguissem preservar a boa comunicação.

Nesse contexto, o CPFC organizou o Curso de Dicção Munira Thomé, sob a responsabilidade de Diva Ferreira Gomes e, paralelamente, foram publicados na *Revista* textos-exercícios de fonética. Em 1972, por exemplo, cada uma das estrofes da poesia “Vale Verdejante”, exercitava a dicção de uma letra, que foi destacada:

Dicção R
 A romãzeira rica, ri da rosa.
 Rubra e ridente, na rural rechã.
 E um raio em risca, ou raia rigorosa,
 Rápido rompe o ramo da romã.

Dicção V
 Vamos ver, devagar, verificando.
 Na vereda: um vinhedo em variante.
 Veremos várias vinhas verdejando
 Em vero viço, às vistas do viajante.
 (D.F.G., 1972, p. 24)

Para as centristas, várias delas esposas ou filhas de políticos, militares e homens do setor empresarial (Sousa, 2018, p. 401), que cada vez mais circulavam social e profissionalmente, usar a língua portuguesa de forma correta, com palavras bem pronunciadas, era também uma forma de distinção, de evidenciar uma boa formação. Algo que para muitas delas tinha começado na Escola Normal e se evidenciava no exercício do magistério.

Retomando as considerações sobre os currículos de professoras editados na *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, as 7 que tinham estudado na Escola Normal foram: Maria de Lourdes Lamas Pegoraro, que foi professora da disciplina de metodologia do Curso Normal no Instituto de Educação do Paraná (IEP) e, no final dos anos 1960 fundou um Jardim de Infância em Curitiba (Curriculum Vitae da Centrista, 1970, p. 34); Pompília Lopes dos Santos, que também tinha atuado como professora do Instituto de Educação do Paraná, tanto na sede de Curitiba como em Paranaguá (Curriculum Vitae, 1970, p. 4), e Glaura de Azevedo Vilanova, professora primária estadual que, em 1958, assumiu o cargo de diretora no Colégio Estadual Professor Lysimaco da Costa (Curriculum Vitae de Glaura, 1971, p. 51); Selene Amaral Di Lenna Sperandio foi professora em Escolas de Trabalhadores Rurais na região do Bacacheri e de São José dos Pinhais (Selene, 1975, p. 2), e Florentina Vitel

que aos 16 anos obteve o título de normalista e foi professora em várias localidades do interior do Estado (Florentina, 1971, p. 31).

O currículo de Florentina Vitel apresentou a professora, que também era advogada, como “ardorosa feminista” e oradora de grêmios femininos que “sempre pugnou pela emancipação política e social da mulher”; filiada a entidades teosóficas, publicou textos em revista e jornais do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul (Florentina, 1971, p. 31).

Com exceção de Lindamir Pereira e Maria Nicolas, todas essas mulheres que atuaram como professoras (sendo ou não normalistas) eram sócias remidas do CPFC (Livro ...1978). Algumas com participação na diretoria do CPFC nos anos 1970, como Glaura de Azevedo Azambuja Vilanova e Selene Amaral Di Lenna Sperandio⁶¹.

Lindamir Pereira (chamada também pela *Revista* como Lindamir Casagrande Freshe) não era uma associada do CPFC, e teve seu currículo publicado em 1973. O currículo, com pouquíssimas informações relativas à vida pessoal da professora, informou que ela, além do Curso Normal, era graduada em Educação Física e em História e Geografia e apresenta uma relação dos cursos de especialização, sendo eles sobre recreação, folclore e atividades rítmicas (Curriculum, 1973).

Talvez a publicação desse currículo, de poucos parágrafos, fosse uma tentativa de enfatizar, para jovens e senhoras paranaenses, a importância e as possibilidades de formação especializada para as mulheres que se dedicavam ao magistério, algo cada vez mais valorizado no contexto do modelo escolar que então se implementava (Louro, 2004; Sousa, 2018).

Além do currículo de Lindamir Pereira, a *Revista* também publicou o currículo de outra professora que também não era associada do CPFC, com ênfase em suas muitas publicações. Descrita na *Revista* como professora normalista, Maria Nicolas era bacharel em Pedagogia (1949), licenciada em Pedagogia (1950), Bibliotecária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e também escrevia textos para o jornal *Diário da Tarde* (Maria Nicolas, 1974, p. 3).

Um pequeno trecho escrito no currículo de Maria Nicolas chama atenção, pois foi um dos únicos currículos a trazer uma nota explicativa sobre o motivo da *Revista* homenagear uma pessoa. Na descrição, foi explicado que Maria Nicolas foi

⁶¹ Confira a Tabela 1, Capítulo I desta dissertação.

homenageada pelo quadro associativo do CPFC, pois ela simbolizava a imagem da professora paranaense (Maria Nicolas, 1974). Ex-aluna de Julia Wanderley (louvada pela frequência pioneira presencial da Escola Normal no Paraná), Maria Nicolas tinha sido a professora substituta de Wanderley no Grupo Escolar Tiradentes, estabelecimento onde ela também tinha atuado como diretora (Araujo, 2013)⁶².

A edição do currículo de Maria Nicolas em 1974, ano do centenário de nascimento de Julia Wanderley, parecia uma tentativa de modernizar/atualizar o mito, em um período pródigo nas lembranças da professora e diretora escolar falecida em 1918 (Penteado; Renk, 2023). Nessa perspectiva, depois de breve consideração sobre a vida particular de Nicolas, informando que era viúva, foi realizada a descrição de sua vida profissional, na capital e interior do Paraná, ocuparam 7 linhas, com indicações de eventos dos quais participou. Foram os nomes de quase todas as obras que escreveu e as homenagens que, ao longo dos anos, recebeu de órgãos públicos de Curitiba, que ocuparam o espaço de 2 páginas utilizadas na *Revista* para publicação do currículo (Maria Nicolas, 1974). Maria Nicolas era membro do Centro de Letras do Paraná desde 1938 (Schuindt; Vaz, 2024) e, em 1970, foi homenageada pelo Programa “Mulher 70” em um canal de televisão de Curitiba (Maria Nicolas, 1974, p. 3).

A imagem-símbolo da professora paranaense no início dos anos 1970, além de ecoar Julia Wanderley em suas ações (afinal tinha sido sua aluna), era aquele que evidenciava a importância da boa formação, atualização constante, o que se traduziria em profissionais que bem preparados, iriam além.

Mas, como a boa atuação profissional, notadamente de quem ensina, deveria também ser alicerçada na família, a base da sociedade, e os currículos divulgavam casos exemplares. Um desses currículos foi o de Selene Amaral Di Lenna Sperandio, sócia remida do CPFC, que destacou a infância da centrista, informando que Selene ficou órfã de pai aos 3 anos de idade, que fez seus “primeiros estudos na Escola Isolada da Colônia Argelina, cuja professora era sua mãe”. O exemplo materno⁶³

⁶² Outros currículos também mencionaram Julia Wanderley. Nos textos sobre Pompília Lopes dos Santos, de 1970, e de Lúcia Pereira, de 1976, consta que fizeram o curso Primário no Grupo Escolar Tiradentes quando Julia Wanderley era diretora da instituição. Lembrada como “eminente educadora” (Curriculum Vitae, 1970, p. 4), a professora teria realizado uma “competente direção” da escola no início do século XX (Curriculum- Destaque, 1976, p. 5).

⁶³ Sua mãe, Julia Amaral Di Lenna, foi professora em um momento em que existia um otimismo pedagógico que pretendia “introduzir na escola pública a fé nas potencialidades humanas” (Trindade, 1996, p. 22).

apareceu como determinante para os rumos de sua vida louvável, durante a qual também foi escritora e assinou a coluna Noticiário Cultural, na *Gazeta do Povo* (anos de 1960). O currículo foi encerrado, com as informações “é casada com o antigo comerciante Ary Sperandio e possui cinco filhos” (Selene, 1975, p. 2).

Complementando a tese da importância da família, um dos primeiros currículos publicados, o de Pompília Lopes dos Santos em 1970 (sócia remida do CPFC), informa que ela casou em 1919 com o professor Dario Nogueira dos Santos e, em 1924, ao ter seu terceiro filho, afastou-se algum tempo da sala de aula para cuidar das crianças (*Curriculum Vitae*, 1970). Pompília voltou a atuar no magistério em 1927 e aposentou-se décadas depois.

Exemplo da possibilidade de se equacionar criação de filhos e atuação profissional, Pompília também foi autora de romances e biografias de personalidades da educação, da literatura e de artistas plásticos com ênfase em pintura. A professora manteve correspondência com membros da Sociedade de Homens de Letras do Brasil, foi sócia da Associação Montessori no Brasil e da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul. Segundo o currículo publicado, “foi a primeira representante do Centro Paranaense Feminino de Cultura nas assembleias da UNESCO”⁶⁴ (*Curriculum Vitae*, 1970, p. 6). Em 1964, Pompília Lopes dos Santos promoveu o curso de História do Paraná para professores e para alunas do magistério, ministrado no CPFC.

Em 1976, um ano depois da publicação do currículo de Sperandio, com a informação que tinha ficado órfã de pai, a *Revista* publicou o texto “Coluna do lar”, escrito por Suzette Dubard. O artigo exaltava o pai como o ponto central de sustentação de um lar e como o exemplo paterno era importante na criação dos filhos, pois caberia a ele a “responsabilidade dos valores morais da família” (Dubard, 1976). Longe de ser um contraponto à exaltação materna realizada no currículo de Sperandio, o texto parecia mais uma ênfase na tese da importância da família, no interior da qual seriam divididas obrigações entre o pai e a mãe. Algumas vezes isto era impossível, como aconteceu no caso da família de Sperandio. E o exemplo de Selene Sperandio, cuja mãe deve ter assumido deveres dobrados, também sinalizava

⁶⁴ Não foi localizada informação que indicasse a data dessa participação ou a sua natureza (membro de uma delegação, público assistente de uma sessão, etc.). A expressão “primeira representante” pode não se referir necessariamente a uma delegada oficial do CPFC, mas apenas indicar que, pela primeira vez, uma mulher que era membro do CPF assistiu uma reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

a falta que fazia o pai. Em um gesto especial de agradecimento, em 1971 Selene Sperandio dedicou à mãe o livro *Um feixe de emoções*⁶⁵.

A *Revista* assim reforçava, a partir de diferentes exemplos de mulheres-professoras e, também de textos avulsos, a tese da importância do casal para a boa criação da prole – em tempos de discussões sobre o divórcio tais textos eram fundamentais para a campanha pela manutenção da indissolubilidade do casamento civil.

Carla Pinsky (2012) ressaltou que, dependendo da classe social da família, até o final do século XX o trabalho da mulher ainda era visto como algo complementar ao do homem, entretanto, a publicação dos currículos de mulheres como Pompília Lopes dos Santos e Selene Amaral Di Lenna Sperandio ofereceria às leitoras da *Revista* uma perspectiva um pouco diferente, a que jovens e senhoras poderiam ter atuações profissionais que ultrapassavam a simples função de complementar a renda familiar, evidenciando papéis mais complexos e abrangentes na década de 1970.

Portanto, é perceptível que características como a maternidade, a abnegação da profissão em prol do cuidado com os filhos, a deferência à menção do nome do marido e a indicação de filhos, permaneceu como algo importante em alguns currículos da *Revista*, principalmente naqueles que as mulheres em foco eram associadas do CPFC. Entretanto, elementos como a inserção no mercado de trabalho, com destaque para a trajetória como professoras também foi tema basilar nesses currículos, em geral em combinação com atividades que extrapolavam a atuação em sala de aula – de informações sobre atos filantrópicos a divulgação de obras publicadas.

Reforçando o exemplo de uma conduta ímpar para todas as leitoras da *Revista*, os currículos de professoras e das sócias remidas em particular, pontuavam aspectos essenciais do comportamento da mulher enquanto mãe, esposa e filha, alinhados às suas atuações profissionais; em cada currículo com sua particularidade, destacando as formas positivas de ser que as centristas poderiam ter e manter vigentes na década de 1970.

⁶⁵ Selene Sperandio escreveu a seguinte dedicatória: “a memória de minha mãe, a quem, enquanto convivemos, fiquei presa ao seu carinho, à sua bondade e à sua inteligência, esta homenagem póstuma” (Sperandio, 1971, p. 5).

Conforme Elisabeth Badinter (2011), a mulher da década de 1970 estava em constante conflito interno em relação a como se reconhecer como sujeito de sua própria vida. Independentemente de ser uma mulher norte-americana ou brasileira, esse conflito recaía sobre a mulher quando ela tinha que decidir questões sobre o chamado “relógio biológico” (o tempo fértil da mulher) e conquistas profissionais; alinhar a manutenção do casamento, com a educação dos filhos e suas outras aspirações. Estando nessa situação de dilema, esses currículos postos às centristas poderiam ser norteadores e seus exemplos (que incluiu uma “libertária”) extrapolavam a mera reprodução de comportamentos ou de escolha profissional.

3.1.2 – Pioneiras, filantropas e uma mecenas

Na série de 14 currículos postos na *Revista*, para as leitoras que folheavam o periódico na década de 1970, alguns ressaltaram percursos de mulheres que, mesmo não atuando em escolas, também educavam as pessoas à sua volta. Certamente, seus percursos foram multifacetados e o periódico evidenciou algumas condutas e formações. Enquanto a maioria dos currículos destacou a atuação de mulheres no campo educacional, outros salientaram a ação da mulher em áreas tidas como masculinas (advocacia e medicina) e na filantropia.

Dentre os currículos, 9 destacavam o ser professora, nos outros 5 currículos foi possível observar um percurso um pouco diferenciado: os da diretora de escola “para deficientes” Dalila de Castro Lacerda, da musicista Jandyra Sounis de Oliveira, da advogada Rosy de Macedo Pinheiro Lima, da médica Maria Falce de Macedo e o de Carmen Blum, formada em odontologia.

Mesmo que algumas dessas mulheres também estivessem atuando no campo educacional, essa atuação foi informada nos currículos a partir do destaque de outras ações. Nesse sentido é mencionado que Dalila de Castro Lacerda foi diretora, em 1961, da Escola Mercedes Stresser em Curitiba, instituição que atendia um público especial (Curriculum-Vitae, 1970), e também que Maria Falce de Macedo tinha atuado, desde 1929, como docente na Faculdade de Medicina que era parte da Universidade do Paraná⁶⁶ (Macedo, 1974).

⁶⁶ Reunificada na década de 1940, a Universidade do Paraná foi federalizada em dezembro de 1950; veja: Campos (2013).

Dentre essas 5 mulheres, Rosy de Macedo Pinheiro Lima e Carmen Blum eram associadas remidas do CPFC. Quanto a Jandyra Sounis de Oliveira, logo nas primeiras linhas do currículo era destacado que foi cofundadora do Centro Paranaense Feminino de Cultura, mas não existe informe sobre o tempo que permaneceu na instituição. No currículo não consta a data de seu nascimento ou a idade que tinha em 1933 (Jandyra, 1971, p. 2).

No currículo de Rosy de Macedo Pinheiro Lima, também uma das fundadoras da CPFC, o texto informa que em 1933 ela tinha 19 anos (Rosy, 1973). E, ao informar a idade de Rosy, a ênfase no currículo foi que neste mesmo ano ela obteve o diploma de bacharel em Direito pela Universidade do Paraná (Rosy, 1973, p. 4). Em 1937, com 23 anos de idade, ela apresentou a tese “*A mãe e o direito civil* perante a Congregação da Faculdade de Direito do Brasil, no Rio de Janeiro” para obter o título de doutora em Direito (Rosy, 1973, p. 5)⁶⁷.

De acordo com o currículo, essa tese propunha inovações em Direito da Família. Mesmo o periódico não destacando mais informações sobre este estudo que lhe deu o título de doutora (Rosy, 1973), existem indícios que Rosy de Macedo Pinheiro Lima já estava realizando palestras (no próprio CPFC) e atuando em espaços nos quais poucas mulheres acessavam na década de 1930, por exemplo escrevendo artigos para o jornal curitibano *O Dia*, entre 1932 e 1933. Já em 1938, ela trabalhava como “advogada militante do Foro de Curitiba, defendendo também causas do Supremo Tribunal Federal” (Rosy, 1973, p. 5).

Além disso, a *Revista* também destacou o pioneirismo de Rosy de Macedo Pinheiro Lima ao ser “a primeira e única mulher a ocupar o cargo de deputado estadual no Paraná” em 1945, assumindo também o cargo de secretária do partido da União Democrática Nacional (UDN), foi “presidente do seu departamento de ação social” (Rosy, 1973, p. 5)⁶⁸.

Segundo Larissa Seixas (2011), o percurso trilhado por Rosy de Macedo Pinheiro Lima exemplificava como em meados do século XX existiam mulheres que

⁶⁷ A obtenção do grau de doutor nos cursos superiores do Brasil sofreu alterações ao longo das décadas, desde as teses inaugurais ou doutorais, que existiam desde o século XIX até meados dos novecentos, até a reorganização universitária brasileira nos anos 1960-70 e o sistema de pós-graduação. Ver, entre outros, Cunha (2007).

⁶⁸ Sobre esse período político e as disputas que colaboraram para o golpe de 1964, com ativa participação da UDN, veja, entre outros: Benevides (1981); Skidmore (1976).

extrapolavam um discurso social que a mulher feminina era aquela que estava restrita ao espaço privado.

Filha de pais oriundos de “famílias tradicionais curitibanas e antoninenses”, Rosy de Macedo Pinheiro Lima, foi a única, dentre as mulheres que tiveram seus currículos publicados na *Revista*, que não nasceu no Brasil. Nasceu na França, frequentou escolas em Paris e depois na Áustria; a família voltou para Curitiba quando a menina tinha 12 anos de idade; em 1926, com 16 anos ingressou na faculdade (Rosy, 1973). As influências recebidas durante os primeiros anos de vida escolar e a provável manutenção de contatos com pessoas, mulheres inclusive, que tinham uma vivência internacional, com certeza concorreram para impulsionar sua formação, ainda pouco comum entre as paranaenses, de se posicionar em relação aos estudos e a participação político-social.

Entre outras ações, Rosy de Macedo Pinheiro Lima, além de ser uma das organizadoras da União Cívica Feminina no Paraná no início de 1964⁶⁹, atuou ao longo das décadas de 1960 e início da década de 1970 em mutirões e projetos, que visavam salvaguardar a integridade de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, tais como na campanha “para salvar do despejo as famílias residentes na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, ameaçadas de despejo pelo BNH [Banco Nacional da Habitação] em 1970; (...) o movimento conseguiu salvar do despejo 260 famílias, com 1.000 crianças” (Rosy, 1973, p. 6).

A partir da atividade coletiva para salvar essas famílias de ficarem desabrigadas, Rosy empreendeu uma campanha, em colaboração com o Fundo de Assistência ao Menor Aprendiz (FAMA), para empregar jovens de 14 a 18 anos de idade, chegando ao patamar de 100 menores empregados em 1972 (Rosy, 1973, p.6)⁷⁰.

⁶⁹ Sobre a organização no Paraná da União Cívica Feminina, veja: Sousa (2016), Tortelli (2022). Foi possível identificar como também participantes da UCF-PR, Dalila de Castro Lacerda (que atuou no episódio que envolveu o BNH), Pompília Lopes dos Santos, Selene Amaral Di Lenna Sperandio e Glaura de Azevedo Azambuja Vilanova.

⁷⁰ Em 1980 a entidade com o nome Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz (FAMA), foi declarada de utilidade pública municipal (Curitiba, 1980). A longa trajetória da educação para o trabalho/profissional e regulação do emprego de menores, aprendizes, no Brasil teve seus primórdios no Brasil Império. Sobre o Paraná do século XX, veja, entre vários estudos sobre esse tema, veja Bertucci; Silva (2014); Queluz (2000).

Advogada, que no final dos anos 1930 era uma das poucas doutoras em Direito no país⁷¹, militante política com intensa participação em entidades sociais, Rosy de Macedo Pinheiro Lima foi uma pioneira. Mas ela não foi a única que rompeu com as fronteiras do público e do privado no início do século XX que teve seu percurso posto na *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. No periódico, outra mulher destacada foi Maria Falce de Macedo.

Com 22 anos de idade em 1919, Maria Falce foi a primeira mulher a se tornar médica no Paraná e, em 1929, a primeira mulher a ser professora catedrática na Faculdade de Medicina onde tinha se diplomado (Homenagem Especial, 1970) e casou com o colega de turma José Pereira de Macedo.

O percurso dessas duas jovens mulheres ainda no início do século XX foi demarcado por iniciativas bem sucedidas em funções vistas pela sociedade como masculinas, como advogada e médica, e o relato de suas vidas indicava e legitimava a inserção da mulher curitibana em áreas onde ainda era rara a presença feminina no Brasil.

Estrategicamente destacados nas primeiras linhas dos currículos, os feitos realizados por essas mulheres evidenciavam para as jovens senhoras, e suas filhas dos anos 1970, que não apenas era possível, mas louvável para uma mulher romper padrões, desde que isso resultasse em um renovado compromisso com a família e os primordiais valores sociais. Com os textos que publicava, em especial os currículos, a *Revista* procurava colaborar para a difusão dessa representação da mulher moderna.

Como está no currículo de Maria Falce de Macedo editado na *Revista*, ela foi “uma jovem, ainda menina-moça que enfrentou, afrontou os preconceitos da época [...], que aos 16 anos de idade quebrou o tabu!” (Macedo, 1974, p. 33). Mesmo considerando que em 1913 já existiam mulheres cursando Medicina no Brasil, Maria Falce de Macedo a primeira a diplomar-se em faculdade paranaense e continuou atuando na área médica depois do casamento, com peculiar dedicação ao magistério (atuação que também compartilhou com o marido) (Costa; Lima, 2007)

Saudada pelo autor do texto, o médico e escritor Heitor Borges de Macedo, que deveria ter relação próxima com o casal (eram de Macedo), a doutora foi lembrada como “pioneira no desbravamento dos caminhos, em nossa terra [...] na sua

⁷¹ De acordo com Pinsky (2012), a primeira mulher a ser advogada no Brasil foi a fluminense Mirtes de Campos que se formou em 1899.

humildade não tomou conhecimento do valor de sua atuação em favor da emancipação intelectual feminina ante os preconceitos da época” (Macedo, 1974, p. 33).

A destacada atuação de Maria Falce de Macedo como docente de Química Orgânica e Biológica na Faculdade de Medicina paranaense foi um dos motivos pelos quais ela recebeu, em 1969, o prêmio Honra ao Mérito Excepcional, concedido pela Associação Brasileira de Mulheres Médicas (ABMM)⁷² à mulher que fosse “pioneira em atividades na sua cidade ou no País” (Homenagem especial, 1970, p. 35).

Segundo Ana Maria Colling (2011), as primeiras médicas brasileiras romperam com estereótipos sociais. Por optarem a realizar um curso visto como masculino, essas mulheres enfrentaram a sociedade, a medida em que ainda vigorava a ideia de que a mulher deveria realizar funções mais relacionadas a uma missão feminina, como o cuidar e o ensinar, sendo professora ou então enfermeira.

Ainda conforme Colling (2011, p. 182), essas mulheres brasileiras que foram médicas no final do século XIX e início do XX foram “pioneiras em profissões masculinas que davam prestígio e dinheiro, abriram caminho para outras mulheres que ousaram querer mais do que as quatro paredes do lar”.

Interessante notar como, no caso do currículo de Maria Falce de Macedo, escrito por um homem na segunda metade do século XX, o louvor à médica que concorreu para a “emancipação intelectual feminina” foi conjugado com as considerações do seu casamento. Heitor Borges de Macedo escreveu, logo no início do currículo sobre a dificuldade de “exaltar a personalidade da Professora Doutora Maria Falce de Macedo dissociada do Prof. Dr. José Pereira de Macedo[...] tal a unidade dessas duas vidas em uma só vida” (Macedo, 1974, p. 33).

Uma maneira poética de exaltar um tipo ideal de vida moderna que conjugaria amor-casamento-atuação profissional. Uma exaltação realizada por um homem, algo que poderia contribuir de forma peculiar para reflexões das mulheres sobre as maneiras de conduzir a vida nos anos de 1970, pois eram palavras que poderiam estar em consonância com o pensar de outros homens do período sobre a atuação social da mulher.

⁷² Maria Falce de Macedo foi a fundadora da Seção Paranaense da ABMM (Homenagem Especial, 1970).

Conforme Carla Pinsky (2012), o casamento durante a década de 1970 ainda era um desejo de muitas pessoas que queriam construir uma família. O matrimônio era a base de uma formação sólida familiar. No currículo de Maria Falce de Macedo, esse ato social e religioso foi assim resumido: “união dessas duas almas irmãs, Deus permitiu que fosse por 45 anos de vida terrena” (Macedo, 1974, p. 33).

Destacando duas pioneiras, Maria Falce de Macedo e Rosy de Macedo Pinheiro Lima, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* evidenciava a possibilidade de ampliação de espaços de atuação da mulher, mas, muitas vezes em entrelinhas, deixa evidente a importância do que era entendido como os efetivos valores sociais e familiares que precisavam ser mantidos, inclusive por meio de atitudes de mulheres que não fossem casadas (como era o caso de Rosy).

Nesse mesmo sentido, evidenciar mulheres cuja principal atuação deu-se na filantropia, foi um movimento estratégico e, nos currículos de Dalila de Castro Lacerda e Carmen Blum, tais ações foram destaque.

Carmen Blum era formada em Odontologia, mas que “não necessitando exercer a profissão, tem dedicado sua vida aos menos favorecidos pela sorte” (Dra. Carmen, 1971, p. 19) e no currículo de Dalila de Castro Lacerda não foi informada sua formação acadêmica (Curriculum-Vitae, 1970).

Blum fundou, em 1947, a Associação Beneficente Abrigo ao Berço de Curitiba, sendo que a instituição prestava “atendimento pré-natal, hospitalização e enxoval à criança ao nascer” (Dra. Carmen, 1971, p. 19). Além disso, em 1955 ela inaugurou a primeira “Pupileira criada no sul do Brasil” (Dra. Carmen, 1971, p. 19), sendo que tal espaço servia de abrigo e tratamento médico ampliado para crianças (os pupilos) desamparadas. Durante a presidência de Blum na pupileira, ela atendeu mais de 900 crianças abandonadas (Dra. Carmen, 1971). No currículo de Carmen Blum não foi informado quanto tempo ela ficou como presidente da pupileira em Curitiba, nesse sentido foi impossível avaliar o efetivo impacto representado pelo total apresentado, lembrando que em 1970 a Capital paranaense contava com 609.026 habitantes (IPARDES, 1970).

De acordo com Keli Fernanda Rucco Turina (2010, p. 68), entre o final do século XIX e início do século XX, “o amparo e a proteção da infância pobre e abandonada, seja em espaços escolares ou apenas de assistência, significou intervir a favor da sociedade como um todo, como medida de prevenção”.

A pupileira parecia um desdobramento dessas atividades caritativas e filantrópicas que há décadas eram realizadas em Curitiba e consideravam a infância uma fase da vida que exigia cuidados intensivos, apenas assim a criança se transformaria em um adulto sadio e trabalhador.

Conforme Maria Luiza Marcílio (2006, p. 225), até meados de 1960, o “Estado não foi um interventor, quer na assistência, quer na proteção da infância desvalida. Restringia-se às funções de estudo, vigilância e de controle”. Sem órgãos públicos especializados em relação aos cuidados de crianças desamparadas, essas crianças marginalizadas ficavam à mercê de iniciativas filantrópicas, entendidas como aquelas realizadas por iniciativas de particulares (inclusive de igrejas, clubes e outros) que contavam também com ajuda (em geral doações em dinheiro) de governos locais, estaduais e/ou federal. Esse foi o caso da pupileira criada por Carmen Blum para crianças que aguardavam por um lar.

Após quase dez anos da iniciativa, em 1964 Carmen Blum também criou um grupo de voluntárias para confeccionar roupas e agasalhos a serem doadas para famílias menos abastadas. Por sua iniciativa filantrópica, ainda no final da década de 1960, Carmen Blum foi convidada pela presidente do CPF, Leonor Castellano, a cooperar com o Posto de Puericultura Darcy Vargas.

Blum organizou um grupo de voluntárias, cujo lema era “Onde quer que haja um problema social deverá existir uma voluntária colaborando para a sua solução” (Dra. Carmen, 1971, p. 20). Essas mulheres atuavam todas as quintas-feiras na instituição confeccionando e ajudando as famílias que recorriam ao Posto de Puericultura.

Além de Carmen Blum, Dalila de Castro Lacerda também atuava, desde 1953, com um grupo de senhoras voluntárias que, segundo o currículo editado na *Revista*, “vem procurando solucionar os mais variados problemas relacionados à filantropia e assistência social” (Curriculum- Vitae, 1970, p. 28).

Alguns elementos, pela forma como foram apresentados nos currículos de Carmen Blum e Dalila de Castro Lacerda, sinalizam pontos de congruência em relação a filantropia. Em ambos existe a informação de que elas vinham procurando soluções para problemas sociais, um tipo de consideração que ensinava às centristas leitoras sobre a importância da participação de jovens, senhoras e mães, todas elas cidadãs, no esforço de melhor formar o país.

Ainda sobre o currículo de Dalila de Castro Lacerda na *Revista*, foi informado de que ela foi a “1° presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes, ajudando muito na ampliação dos postos de puericultura” (Curriculum-Vitae, 1970, p. 29) e também “presidente da Associação ao Psicopata do Paraná”⁷³ (Curriculum-Vitae, 1970, p. 28), sendo que que essa associação era mantenedora da “Escola Mercedes Stresser, para crianças excepcionais” (Curriculum-Vitae, 1970, p. 28). A Escola Mercedes Stresser foi fundada em 1961, e tinha como finalidade “atender os internos do Hospital Nossa Senhora da Luz, assistindo pessoas com deficiência mental e com transtornos mentais, por não haver, na época, distinção entre ambas” (Silva; Orso; Silva, 2015, p. 253). Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n° 4.024/1961, o Estado formalizou como deveriam ser os atendimentos aos deficientes nas escolas e também as prerrogativas de instituições filantrópicas que atendessem indivíduos em tal condição e recebiam ajuda governamental; algo, por vezes, insuficiente⁷⁴.

Conforme Eliane Tortelli (2022), Dalila de Castro Lacerda era uma personalidade conhecida por suas ações de liderança, já que além de ser presidente da Associação ao Psicopata no Paraná e ser diretora de uma escola, ela também foi uma das fundadoras da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba (LSCC)⁷⁵. Atuando em diversos espaços, como escolas, hospitais e associação, em contato com crianças, jovens e adultos, Dalila de Castro Lacerda acabava sendo uma mulher que educava outras mulheres por seu exemplo de atuação que, segundo a *Revista*, acontecia “dentro das normas cristãs” (Curriculum-Vitae, 1970, p. 28).

Como escreveu Ana Paula Vosne Martins (2015), a filantropia nunca esteve ligada a um gênero, contudo a partir de meados do século XIX houve uma gradativa participação de mulheres das classes médias e de uma aristocracia em ações filantrópicas no Ocidente. Buscando por soluções, as mulheres ingressaram na filantropia no século XIX e XX para terem uma “utilidade social” (Martins, 2015, p. 23).

⁷³ Sobre o termo “psicopata”, ver nota 56.

⁷⁴ Conforme determinação federal, o Estado deveria fornecer apoio técnico e financeiro às instituições filantrópicas que prestavam atendimento a indivíduos deficientes (Silva; Orso; Silva, 2015, p. 253), contudo tal determinação não impedia que a demanda por verba motivasse ações de particulares. Assim, em julho de 1970, o jornal curitibano *Diário do Paraná* informava que tinha sido realizado um leilão de obras de arte, principalmente de quadros de pintores paranaenses, com a renda revertida à Escola Mercedes Stresser, pois tal instituição estava correndo o risco de fechar por falta de verba (Mais Um, 1970).

⁷⁵ Para saber mais sobre LSCC, consultar Tortelli (2022) e Sousa (2016).

Mas, entre as representações de mulher ideal que foram difundidas pelos currículos, além de pioneiras e filantropas, pontuou Jandyra Sounis de Oliveira chamada de “mecenas” na *Revista* (Jandyra, 1971, p.2). O currículo de Jandyra ressaltou sua atividade de patrocinadora das artes e que ela havia realizado “magistério de Música (piano)” e outros cursos de música contemporânea, mas nunca ministrou aulas (Jandyra, 1971, p.2). Ela não era curitibana e deve ter atuado pouco tempo no CPFC, pois o currículo, editado no início da década de 1970, afirmou: “ausente por três décadas, retorna para ficar” (Jandyra, 1971, p.2).

Morando na cidade de São Paulo, Jandyra fundou, em 1956, a Academia Paulista de Música e era conhecida como “incentivadora constante de valores jovens, oferecendo bolsas e organizando concertos e excursões artísticas” (Jandyra, 1971, p. 2). Organizou e presidiu congressos da Juventude Musical Brasileira, estimulou a realização de concursos e enviou delegações de novos talentos artísticos à Europa. Em meados de 1950 ganhou condecoração do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo por seus serviços a arte e a cultura e por ser incentivadora e apoiadora de artistas no Brasil (Jandyra, 1971).

Ao evidenciar as ações da mecenas, a *Revista* apresentava às leitoras mais uma faceta feminina, aquela de apoiadora da cultura e da formação artística, um exemplo que, em escalas diversas, poderia ser inspirador de condutas.

Observando os percursos de Dalila de Castro Lacerda, Carmen Blum, Rosy de Macedo Pinheiro Lima, Maria Falce de Macedo e Jandyra Sounis de Oliveira, estes se entrecruzavam em vários campos e por diferentes períodos. Reconhecidas por suas ações de liderança, de pioneirismo, de atuação com jovens e adultos, tanto na educação escolar, como na educação informal e cultural, essas 5 mulheres tiveram seus currículos postos na *Revista* como representações exemplares para as centristas, perfis ideais sobre condutas inspiradoras. Em comparação com os 9 currículos das professoras, o elo entre as pioneiras, filantropas e a mecenas não foi a carreira profissional, mas sim as iniciativas que tiveram em relação aos mais necessitados, inclusive jovens e talentosos artistas, e suas posturas de enfrentar barreiras, ampliar espaços de atuação feminina na sociedade moderna.

Todas as 14 mulheres que tiveram seus currículos publicados na *Revista* durante os anos 1970 ocuparam um lugar no espaço público, algumas tiveram que conquistar tal espaço, para outras este lugar pode ter sido facilitado, contudo, de uma ou outra forma, a leitura sobre seus percursos de vida (editados pelas centristas

autoras-redatoras) poderia concorrer para a formação de condutas. Nesse sentido, cada currículo apresentado às centristas leitoras, evidenciou elementos que poderiam estimular a inserção da mulher no meio público, uma ação sempre pela vida e valores da família.

3.2 – PERCURSOS ALÉM DOS CURRÍCULOS, A SINGULARIDADE DA *REVISTA* DE 1974

Em 1974, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* publicou três textos em formato parecido com o dos currículos, mas que tinham como característica comum a grande distância temporal entre as retratadas e as mulheres e jovens dos anos 1970. Para muitos paranaenses, notadamente curitibanos, este foi o ano do centenário da professora Julia Wanderley, uma “mulher-mito” (Araujo, 2013), e evidenciaram artigos de jornais, atividades escolares, textos de intelectuais e declarações de políticos sobre a professora. A *Revista do Centro Paranaense de Cultura* não ficou alheia a esse movimento, mas, também editou textos sobre outras duas mulheres de tempos passados.

Com formato diverso dos currículos⁷⁶, esses artigos da *Revista* discorreram sobre personalidades femininas consagradas na história educacional e regional do Paraná e, de maneira laudatória, trouxeram os acontecimentos e apresentaram comentários sobre a vida de Julia Wanderley, Iria Cândida Correia e Rita Anna de Cássia França. Nascidas no século XIX, apenas a primeira adentrou o século XX e viveu até 1918.

Mas, o número de 1974 do periódico começou publicando o currículo de outra professora, Maria Nicolas, substituta de Wanderley. Entretanto, no texto sobre Nicolas a frase final foi sobre a “Emérita Professora Julia Wanderley” (Nicolas 1974, p. 3). A posição estratégica do currículo de Maria Nicolas, nas páginas iniciais da *Revista*, terminava encaminhando a leitora para a professora do passado.

⁷⁶ Os currículos salientavam mais o percurso acadêmico, as formações profissionais das mulheres e os principais locais onde elas atuaram. Os três textos em foco, não trouxeram de maneira cronológica as formações e atuações das personalidades destacadas; foram evidenciados elementos pontuais sobre a época em que cada mulher nasceu, e como elas romperam com convenções sociais por meio de suas ações.

Não por acaso o artigo sobre Julia Wanderley foi publicado imediatamente depois do currículo de Maria Nicolas. Escrito por Maria de Lourdes Miró de Ferrante, o texto, com três páginas, era uma síntese do relato sobre a professora, elaborado para o concurso realizado pela Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, “por ocasião do centenário de nascimento da ilustre mestra”. O texto da jovem de 18 anos⁷⁷, realizado a partir de pesquisa de “inúmeros documentos e fotografias” foi o primeiro colocado (Ferrante, 1974, p. 4).

Terminado o texto de Ferrante, após quatro páginas a *Revista* publicou um artigo, de duas páginas, de David Carneiro⁷⁸ sobre a pintora Iria Cândida Correia, “uma mulher admirável” que teria sido a “primeira mulher a viver de pintura no Brasil, sustentando sua família” (Carneiro, 1974, p. 10 e 11).

Repetindo o que tinha acontecido antes, depois de outras quatro páginas do final do artigo de Carneiro, foi editado um texto, também de duas páginas, sobre a professora Rita Anna de Cássia França, descrita por Alir Ratacheski⁷⁹ como “precursora de todas as conquistas da mulher paranaense” (Ratacheski, 1974, p. 15).

É interessante perceber como a *Revista* trouxe esses artigos agrupados na parte inicial do periódico. As publicações foram diagramadas como parte das primeiras 15 páginas da *Revista*, sendo que o número de 1974 teve 48 páginas no total. Considerando a forma como, em geral, eram distribuídos os currículos nos exemplares do periódico, o mais plausível era que os artigos fossem inseridos em diferentes partes do volume (conforme Tabela 4).

Entretanto, os textos sobre Julia Wanderley, Iria Cândida Correia e Rita Anna de Cássia França eram peculiares. Além de escritos por uma jovem premiada, um reconhecido professor e um advogado, tais textos evidenciavam percursos de mulheres cujas vidas transcorreram, no total ou em grande parte, no século XIX e que

⁷⁷ Em 1971, artigo sobre um concurso literário, publicado no *Diário do Paraná*, informou que Maria de Lourdes Miró de Ferrante, então com 15 anos, havia ganho a competição escrevendo sobre o pão (O Pão, 1971, p. 2).

⁷⁸ Segundo Machado (2012, p. 8), David Carneiro “ervateiro e positivista” com reconhecida trajetória intelectual no Estado, além de que ele era divulgador “do passado regional, fortalecendo mitos, fazendo conjecturas” (Machado, 2012, p. 135). Não podemos esquecer que Carneiro foi o coordenador do Curso de História do Paraná, organizado por associadas do CPF, dez anos antes de ter seu texto publicado na *Revista* sobre Iria Cândida Correia.

⁷⁹ Conforme o jornal *Diário da Tarde* de 1980, Alir Ratacheski era escritor e advogado, representante na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da Seção Paraná (Candidatos, 1980).

se assemelhavam muito entre si, apresentando aspectos que as diferenciavam da maioria de suas contemporâneas.

No texto escrito por Ratacheski (1974, p. 15) ele afirmou “se à Julia Wanderley cabe a glória de ter sido o arauto das normalistas; Rita de Cássia foi das professoras primárias”. Ou seja, de acordo com Ratacheski (1974), o percurso dessas duas mulheres teria possibilitado uma projeção social e tido reconhecimento em relação a outras mulheres.

Conforme Ratacheski (1974, p. 14), em 1834, ano que Rita Anna de Cássia França prestou exames vagos⁸⁰ para ser professora, a “mulher era eterna escrava do homem, um ser inferior necessitando de proteção”, sendo que no máximo a mulher saia para ir à missa no domingo. Em um tom superlativo Ratacheski afirmou que Rita França “plantou no Paraná, então província paulista, o marco da emancipação feminina” (Ratacheski, 1974, p. 14).

Segundo Silvete de Araujo (2013, p. 101), a atitude de Rita Anna de Cássia França em solicitar avaliação para dar aulas de primeiras letras para meninas, “foi um grande acontecimento na sociedade curitibana” e a candidata foi “aprovada plenamente”, diante de uma grande plateia. Ao tentar recriar o impacto social desse acontecimento, Ratacheski (1974, p. 14) fez uma caricatura (permeada de preconceito) da qual excluiu os homens, afirmando: “as matronas da época murmuravam maldosamente: “este mundo está perdido; onde já se viu uma mulher ser professora””.

Com certeza, a atitude de Rita Anna de Cássia França mobilizou homens e mulheres, contra e a favor, na vila de Curitiba em 1834 e sua aprovação diz muito sobre um processo de paulatina mudança da sociedade. A iniciativa de Julia Wanderley que, em 1891, solicitou autorização para frequência presencial a Escola Normal, até então uma exclusividade masculina, também foi um gesto ousado e exitoso graças à aquiescência de autoridade escolar (concedeu autorização depois de outras três mulheres, também, solicitarem a permissão) (Araujo, 2013).

Ressaltando o ato de Julia Wanderley de maneira um tanto distorcida, Maria de Lourdes Ferrante (1974, p. 5 e 8), afirmou que ela “abriu as portas a todas aquelas

⁸⁰ A avaliação chamada “exames vagos” era realizada por uma pessoa que, estudando em casa, pretendia receber o diploma de um curso ou adentrar em uma função que exigisse uma formação. Existia também a possibilidade da realização do “exame simples”, ou seja, de uma disciplina ou matéria de um curso.

que se dedicavam ao Magistério; [foi] mestra exemplar, pioneira na carreira de professora normalista⁸¹". Conforme as centristas autoras-redatoras, o texto publicado sobre Wanderley na *Revista* era uma síntese do trabalho original de Ferrante e, nas linhas disponibilizadas às leitoras do periódico (informadas sobre a síntese), a opção estratégica dos membros do CPFC foi evidenciar o percurso da normalista, sua dedicação ao magistério e a maternidade, ou seja, a possibilidade da vida profissional e familiar para uma mulher.

Segundo Ferrante (1974, p. 5), Julia Wanderley “sonhou, amou na vida” e por esse amor à sua vocação, ela dedicou “uma existência inteira a procurar o bem dos outros” (Ferrante, 1974, p. 5). Além desse amor à profissão, o destaque no texto editado é o amor de Julia Wanderley pelo filho, que na realidade era seu sobrinho, mas foi adotado pela professora e seu esposo; para o menino ela teria oferecido o “carinho de uma verdadeira mãe” (Ferrante, 1974, p. 5).

O texto sobre Iria Cândida Correia, tal qual o escrito sobre Julia Wanderley, apresentou características sobre a composição da vida familiar. No texto escrito por David Carneiro (1974, p. 11) Iria Cândida Correia, nascida em 1839, “confirmou seu valor como artista e como mulher de valentia e méritos excepcionalmente grandes” ao sustentar sua família em um momento em que seu pai adoeceu. Conforme Carneiro (1974), a jovem teria recebido total apoio familiar porque o sustento da casa advinha da venda de seus quadros. Pintando retratos, imagens de santos e flores, seus quadros conquistaram admiradores e 16 deles compuseram a Exposição Provincial do Paraná em 1886 (Carneiro, 1974).

Considerando o que escreveu Etelvina Trindade (1996), nos primeiros anos do século XX, tempo marcado pelo ideário republicano positivista, que pretendia reestruturar a nação em moldes modernos, a mulher deveria ser o “anjo na família, força na sociedade e esteio da pátria” (Trindade, 1996, p.113). No texto sobre Julia Wanderley, escrito por Maria de Lourdes Ferrante (1974) o que emerge é essa combinação entre família e vocação/força social, ou seja, o ideal de cidadã.

Quanto a Iria Cândida Correia, ela foi uma mulher do século XIX (morreu em 1887), durante o qual a arte da pintura não era estranha aos predicados de uma jovem, que também deveria saber tocar piano e pontuar seu cotidiano com leituras realizadas

⁸¹ Mulheres já tinham se formando professoras normalista no Paraná, entretanto, prestando exames vagos (Araujo, 2013).

em voz baixa (Corbin, 1991; D’Incao, 2001). É preciso destacar que Iria só começou a vender seus quadros, cujos temas eram considerados louváveis (santos, paisagens, retratos, entre outros), depois que seu pai adoeceu e com autorização paterna. Figura central da família, foi o pai que determinou as ações da jovem que tinha 9 irmãos que precisam ser sustentados (Carneiro, 1974).

Quanto a Rita Anna de Cássia França, se nada foi apresentado sobre sua vida familiar, a chancela masculina deve ter sido decisiva para que os dirigentes da vila e da igreja, que em geral eram também autoridades escolares no período, aprovassem sua efetiva entrada no magistério.

É inegável que as três souberam lidar com as regras sociais e foram além. Ademais, considerando que Julia Wanderley há anos era invocada como o grande símbolo de professora paranaense (Araujo, 2013), algo perceptível de artigos jornalísticos a textos de intelectuais curitibanos (Penteado; Renk, 2023), é possível entender como na *Revista* o centenário da professora foi, como escreveu Cris Shore (1996) “um recurso mobilizador”, concorrendo para o trânsito das pessoas entre o passado e o presente⁸².

A maneira como o texto sobre Julia Wanderley foi introduzido no volume, por uma ex-aluna, sua admiradora e sucessora e, também, como foi secundado e complementado por outros dois, sobre mulheres exemplares que a precederam, concorriam para reforçar a importância de se lembrar mulheres do passado que, além da louvada professora centenária, eram exemplos de atuação social feminina.

Conforme Regina Abreu (1994, p. 227), “é sempre no mundo dos vivos que rituais de evocação dos mortos fazem sentido”. Nesse sentido, em um período ditatorial a publicação de artigos sobre Julia Wanderley, Iria Cândida Correia e Rita Anna de Cássia França reafirmava, reeducava, sobre a importância da mudança, mas também da manutenção de valores basilares da sociedade, como a família.

Enquanto Julia Wanderley e Rita França foram retomadas pela *Revista* por suas ações que abriram caminho a outras mulheres na vida pública, através da inserção no magistério escolar (reafirmando o ensinar como tarefa feminina); Iria

⁸² Essa percepção vai ao encontro das observações de Mircea Eliade (1998), sobre o mito ser parte fragmentada de uma realidade, construído de feitos selecionados por aqueles que o reatualizam, até o momento em que possam manipulá-lo à vontade.

Cândida Correia é lembrada por sua atividade em prol da família, por ser um sustentáculo financeiro a seus pais e irmãos em um momento de dificuldade.

Conforme Carlos Fico (1997), durante a ditadura civil-militar dos anos 1960-70, símbolos nacionais foram resgatados pelos militares como forma de unificar a população brasileira. Lembradas por seus percursos de vida, essas três mulheres do passado poderiam, no contexto das publicações realizadas na *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, ser representações femininas modelares para suas leitoras dos anos de 1970, mulher de classe média e alta, que poderia ser cidadã engajada, profissional competente e continuar sendo esposa e mãe dedicada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 1970 a 1976, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura* divulgou em suas páginas representações de mulheres que concorreram para a educação informal de suas centristas-leitoras que pertenciam, em grande parte, às classes média e alta de Curitiba. Circulando ideias sobre o ser e o agir feminino vigentes à época, a *Revista* reafirmou normas de gênero tradicionais, mas validou mudanças graduais, desenhando assim um perfil de cidadã a ser seguido por suas leitoras.

A diretoria da *Revista*, formada praticamente pelas mesmas associadas durante os anos 1970, entrelaçou em suas páginas assuntos relacionados ao universo feminino que focalizavam da mulher jovem à idosa e difundiam um ideal de mulher que valorizava a educação para atuação social (norteadas por princípios morais e religiosos), o casamento e os cuidados com os filhos, além de legitimar a atividade profissional feminina (de professora a médica, de advogada a musicista), desde que esta não prejudicasse a vida familiar.

Nesse sentido, em um período marcado por mudanças comportamentais no mundo, que reverberavam no Brasil durante o período da ditadura civil-militar, esse perfil ideal ganhou nuances que oscilaram entre a manutenção da mulher no espaço doméstico e a aquiescência de formas de ampliação da atuação feminina na sociedade, algo em grande medida exemplificado pelas próprias centristas autoras-redatoras.

Nos artigos da *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, os temas políticos foram quase ausentes, enquanto eram comuns os textos que traziam considerações sobre a esposa e mãe. Nessas publicações da *Revista*, das representações de mulheres apresentadas, que concorriam para educar as leitoras sobre suas condutas, emergia a cidadã atuante, com responsabilidades familiares e, em geral, engajada em atividades sociais relativas ao cuidado das crianças (o futuro do país), algo também alardeado pelo regime político vigente.

Perceber essa circulação de representações para a formação da mulher centrista, foi vislumbrar um processo multifacetado no qual pontuaram teses que pareciam inconciliáveis (defesa do casamento indissolúvel, militância feminista e outras), com destaque para os escritos críticos de Maria Sem Graça, que publicou dois textos na *Revista*.

A tentativa de enquadrar as diretoras do periódico e as autoras-centristas em um modelo único de mulher em circulação seria, portanto, um equívoco. As representações de condutas femininas apresentadas pela *Revista* conjugavam posições diferentes sob um denominador comum, o da valorização familiar e da ação social (com destaque para a filantropia). Assim, as representações de mulheres que circulavam no periódico aplainavam eventuais discrepâncias tanto entre as próprias centristas-autoras, quanto das biografias de mulheres abordadas nos currículos ou dos escritos elaborados por homens, que foram publicados eventualmente na *Revista*. Nesse sentido a leitura pontual de jornais curitibanos dos anos de 1970, nos quais algumas das centristas-autoras também escreviam, concorreu para evidenciar a escrita mais amena destas mulheres no período do CPFC, quando temas semelhantes eram abordados.

Desta maneira, entre 1970 e 1976, a *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, editada por e para mulheres, mais do que informar sobre o que era realizado no CPFC, educou suas leitoras através de parágrafos, frases e versos que editou; dos relatos que resumiram as vidas exemplares de mulheres aos ensinamentos, por meio do jogo de palavras e humor ácido, de Maria Sem Graça. Ao ensinar às jovens e senhoras da década de 1970 a observar os limites e possibilidades de uma época e a ousar sem desrespeitar, a *Revista* acabou estruturando um perfil de cidadã ideal para suas associadas que viviam no período de ditadura civil-militar.

FONTES

Coleção - BIBCPFC

Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura, Curitiba, 1967-1976.

Artigos e outros textos citados da coleção

A Direção. Nossa revista reverencia. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n. 5, p. 7-8, 1970.

ABENÇOADA É... *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXX], n.7, p. 15, 1972.

APRESENTAÇÃO. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXVI], n.3, p.1, 1969.

APRESENTANDO. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XI], n.1, p.1, 1967.

BIOGRAFIA DE CLAUDEMIRA Marinho. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXX], n.7, p. 49, 1972.

BIOGRAFIA de Guilherme Wolf Schaia. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXX], n.7, p. 15-18, 1972.

CARNASCIALI, Juril. Mensagem de Mãe. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXV], p. 12, 1976.

CARNEIRO, David Antônio da Silva. A valorosa mulher que pode viver do seu trabalho em pleno século XIX Iria Cândida Correia. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXII], n. 9, p. 10-11, 1974.

CORNELSEN, Maria Consuelo. Homenagem a Manuel Bandeira. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n. 5, p. 27, 1970.

CRAVO, Clotilde Quadro. A mulher e a profissão liberal. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXIV], p. 4-5, 1975.

CRAVO, Clotilde Quadro. Saudando Rosellys Vellozo Roderjan. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XVII], n. 2, p. 38-39, 1968.

CURRICULIM VITAE DE GLAURA Vilanova. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXIX], n. 6, p. 51-52, 1971.

CURRICULUM VITAE DA CENTRISTA Maria de Lourdes Lamas Pegoraro. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n. 5, p. 34, 1970.

CURRICULUM VITAE de Pompília Lopes dos Santos. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n. 5, p. 4-7, 1970.

CURRICULUM Vitae. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXI], n. 8, p. 39, 1973.

CURRICULUM-DESTAQUE. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXV], p. 4-5, 1976.

CURRICULUM-VITAE da Sra. Dalila de Castro Lacerda. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n. 5, p. 28-29, 1970.

D.F.G. [Diva Ferreira Gomes]. Vale Verdejante- A partir do livro de Frei Elias Medeiros Ferro- *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXX], n.7, p. 24-25, 1972.

DRA. CARMEN Blum. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXIX], n. 6, p. 19-21, 1971.

DUBARD, Suzette. Coluna do lar. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXV], p. 22-23, 1976.

DUBARD, Suzette. O olhar da Virgem. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXIX], n.6, p.13-14, 1971.

FERRANTE, Céres de. Carta a uma debutante. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXIX], n. 6, p. 66, 1971.

FERRANTE, Maria de Lourdes Miró de. É preciso muito amar e muito sonhar... para dedicar uma existência inteira a procurar o bem dos outros. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXII], n. 9, p. 4-6, 1974.

FERREIRA, Odila Zorzi. Mensagem de incentivo à cultura. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXII], n. 9, p. 45, 1974.

FLORENTIVA Vitel. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXIX], n. 6, p. 31, 1971.

GOMES, Diva Ferreira. MÃE. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n. 5, p. 10, 1970.

GOMES, Diva Ferreira. Relações humanas. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXII], n. 9, p. 32, 1974.

HOMENAGEANDO a pianista Inês Colle Munhoz. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XI], n. 1, p. 6-7, 1967.

HOMENAGEM ESPECIAL Dra. Maria Falce de Macedo. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n. 5, p. 35-36, 1970.

JANDYRA Sounis de Oliveira. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXIX], n. 6, p. 2-3, 1971.

LOBATO, Oswaldo Portugal. Aquela velhinha. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXII], n. 9, p. 32, 1974.

MACEDO, Heitor Borges de. Doutora Maria Falce. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXII], n. 9, p. 33-34, 1974.

MARCHESINI, Lorys Jorge. Saudação a Leonor Castellano, pela prof^a Lorys Machesini. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXIX], n. 6, p. 52-53, 1971.

MARIA NICOLAS "Curriculum Vitae". *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXII], n. 9, p. 2-3, 1974.

MARIA SEM GRAÇA. O homem e a fauna. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXI], n. 8, p. 32, 1973.

MARIA SEM GRAÇA. Um pouco de humor. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXIX], n.6, p. 50, 1971.

MEU FILHO [Florentina Vite]. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXIX], n. 6, p. 31-33, 1971.

MME. FELICIDADE. Vestidos Brancos. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n. 5, p. 25, 1970.

MUNIRA Thomé. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n. 5, p. 12-13, 1970.

NETO, Gama. O injusto ostracismo da velhice. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXX], n.7, p. 31, 1972.

NETO, Lucio. Mamãe. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXIX], n.6, p.44, 1971.

NICOLAS, Maria. Professor, Agricultor. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXV], p. 16, 1976.

O CENTRO Paranaense... *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XVII], n.2, p.1, 1968.

PEREIRA, Thomas. Isabel, a redentora. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXIX], n. 6, p. 47, 1971.

RATACHESKI, Alir. Rita Anna de Cássia, a professora esquecida. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXII], n. 9, p. 14-15, 1974.

RAZÃO da biografia de Irena Weiser Minoli. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n.5, p. 33-33, 1970.

RETROSPECTIVA Freyesleben. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXX], n.7, p. 15-18, 1972.

ROSY de Macedo Pinheiro Lima. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXI], n. 8, p. 4-6, 1973.

SELENE Amaral Di Lenna Sperandio. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXIV], p.2 -3, 1975.

SILVA, Lucy Requião de Mello e. Casar ... Reviver. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXXII], n. 9, p. 38-39, 1974.

STOCKLER, Heitor. Vânia Maria, é noiva. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXX], n.7, p. 26, 1972.

TACLA, Lizette Villar de Lucena. Palestra realizada em 25 de junho de 1971, no Centro Paranaense Feminino de Cultura. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. Curitiba, [XXIX], n.6, p. 21-25, 1971.

VIARO segundo Viaro. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXIX], n. 6, p. 72-74, 1971.

WESTPHALEN, Nair Cravo. A pedido. *Revista do Centro Paranaense Feminino de Cultura*, Curitiba, [XXVIII], n.5, p. 38-39, 1970.

Atas, Livros sobre Associadas – CPFC

ATA de 1961 a 1968. In: *Livro de Atas*. Centro Paranaense Feminino de Cultura, Curitiba, 12 de maio de 1961 a 15 de dezembro de 1968. Curitiba, 1968.

ATA de 1970 a 1976. In: *Livro de Atas*. Centro Paranaense Feminino de Cultura, Curitiba, 7 de julho de 1970 a 26 de novembro de 1981. Curitiba, 1981.

Livro das associadas e das mensalistas de 1965 a 1968. Centro Paranaense Feminino de Cultura, Curitiba, 1968.

Livro das associadas remidas de 1969 a 1978. Centro Paranaense Feminino de Cultura, Curitiba, 1978.

Livro de presença de 1969 a 1976. Centro Paranaense Feminino de Cultura, Curitiba, 1976.

Correspondência – CPFC

KOLODY, Helena. *Correspondência*. Destinatário: Leonor Castellano. Curitiba, 28 fev. 1967. Carta manuscrita.

VAN ERVEN, Herbert Munhoz. *Correspondência*. Destinatário: Leonor Castellano. Curitiba, 10 mar. 1967. Carta manuscrita

Estatutos, Livros de Prestações de Contas, Relatório de Atividades – CPFC

Balanço Geral Centro Paranaense Feminino de Cultura, encerrado em 31 de dezembro de 1970. Curitiba, 1970.

Estatutos do Centro Paranaense Feminino de Cultura de 1959. Curitiba, 1959. 13p.

Estatutos do Centro Paranaense Feminino de Cultura de 1964. Curitiba, 1964. 19p.

Estatutos do Centro Paranaense Feminino de Cultura de 1970. Curitiba, 1970. 16p.

Livro Caixa. Centro Paranaense Feminino de Cultura, de janeiro de 1974 a novembro de 1976. Curitiba, 1974-1976 (manuscrito).

Livro de Registro de distribuição de alimentos. Centro Paranaense Feminino de Cultura, de janeiro de 1971 a setembro de 1972. Curitiba, 1971-1972 (manuscrito).

Relatório das atividades desenvolvidas no 1º semestre de 1968. Apresentado pela presidente Leonor Castellano. Curitiba, 30 de junho de 1968.

Livros comemorativos - BIBCPFC

BUCK, Vera. *Centristas do jubileu (1933-2008)*. Curitiba: Gráfica Capital, 2008.

SPERANDIO, Selene Amaral Di Lenna. *Feixe de emoções*. Curitiba: [s.n.], 1971.

Jornais diários curitibanos – BN-Digital;

A CREAÇÃO do Centro Paranaense de Cultura Feminina e as suas finalidades. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 10 dez. 1933, p. 3.

APOSENTADAS fazem prova na Receita. *Diário do Paraná*. Curitiba, 20 jul. 1971, p. 1.

CAMPANHA nacional é tese do Paraná. *Diário do Paraná*. Curitiba, 2 abr. 1975, p. 1.

CANDIDATOS a promotor público iniciam disputa pelas 44 vagas. *Diário da Tarde*. Curitiba, 27 fev. 1980, p. 7.

CENTRO DE Cultura ainda tem inscrição. *Diário da Tarde*. Curitiba, 13 mar. 1971, p. 5.

CENTRO FEMININO comemora amanhã 30° aniversário. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 4 dez. 1963, p. 5.

CENTRO PARANAENSE Feminino de Cultura. *Diário do Paraná*. Curitiba, 24 mar. 1964, p. 6.

COMEMORAÇÃO de centenário. *Diário da Tarde*. Curitiba, 29 set. 1977, p. 2.

CURSO sôbre História do Paraná iniciar no dia 17 de agosto. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 5 ago. 1964, p. 10.

EM POUCAS linhas. *Diário do Paraná*. Curitiba, 21 dez. 1975, p. 6.

EMPOSSADOS 5 membros do Conselho do Magistério. *Diário do Paraná*. Curitiba, 11 de mar. 1970, p. 4.

FERRANTE, Céres de. A tia. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 13 out. 1974, p. 38.

FERRANTE, Céres de. Ano Internacional da Mulher. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 jun. 1975, p.28.

FRANCIOSI, Eddy Antônio. Sociedade. *Diário do Paraná*. Curitiba, 26 jan. 1967, p. 3.

INQUÉRITO. *Diário do Paraná*. Curitiba, 5 nov. 1976, p. 6.

LISTA DE falecimentos. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 8 abr. 2007, [s.p.]. <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/lista-de-falecimentos-13o50urvg2ym7dy831lfsnayy/>

MAIS UM. *Diário do Paraná*. Curitiba, 2 jul. 1970, p. 3.

MESTRES do Paraná vão representar o Brasil em Sidney. *Diário do Paraná*. Curitiba, 26 jul. 1970, p. 6.

MÍNIMO no Paraná será de NCr\$ 174, 00. *Diário do Paraná*. Curitiba, 26 abr. 1970, p. 5.

MME. FELICIDADE. Adolescência. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 14 de jun. 1970, p. 47.

MME. FELICIDADE. Não conheceu renúncias e nem alegrias. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 18 de jun. 1971, p. 76.

O PÃO segundo Luciana. *Diário do Paraná*. Curitiba, 14 nov. 1971, p. 2.

OFERTA "quente" de fogões para este inverno. *Diário da Tarde*. Curitiba, 2 de jul.1973, p. 1.

PILATO, Marina. Céres de Ferrante: uma poetisa independente e objetiva. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 5 de ago. 2017, [s.p.]

<https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/ceres-de-ferrante-uma-poetisa-independente-e-objetiva-acuu8fir5fzer8nrbk43mud9w/>

PROIBIDA pesca na represa Capivari-Cachoeira até 72. *Diário do Paraná*. Curitiba, 10 de mar. 1971, p. 7.

SILVA, Juril de Placido e. Evas Modernas. *Gazeta do Povo*, 20 nov. 1937, p. 2.

SPERANDIO, Selene Amaral Di Lenna. A difícil arte de educar. *Gazeta do Povo*, 9 mar.1975, p. 30.

SUREK, Miecislau. Em destaque. *Diário do Paraná*. Curitiba, 31 out. 1974, p. 3.

TERMINA EXPOSIÇÃO que marca os 100 anos do Instituto. *Diário da Tarde*. Curitiba, 18 dez. 1976, p. 2.

Legislação – On-line

CURITIBA. Lei n.º 6145, de 21 de maio de 1980. *Declara de utilidade pública a Fundação de Assistência do Menor Aprendiz*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1980/615/6145/lei-ordinaria-n-6145-1980>. Acesso em: 29 jan. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.

ALBUQUERQUE, Maria Betânia; BUECKE, Jane Elisa. Educação não escolar: balanço da produção presente nos Congressos Brasileiros de História da Educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 19p. 2.-22, 2019.

ALMEIDA, Amanda de L. de. *Agulha, novelo, tecido e muito mais: lições de economia doméstica na Revista Feminina (São Paulo, 1915-1918)*. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

ALMEIDA, Jane Soares de. Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 79, n. 191, jan. 1998. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1222>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ARAUJO, Silvete A. Crippa; BERTUCCI, Liane Maria. A formação da “mãe de família” para o trabalho: ações de iniciação profissional feminina no Lar Infantil Icéa (Federação Espírita do Paraná), Curitiba nos anos 1950. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v.23, n.1, p. 87-104, jan.-mar. 2019.

ARAUJO, Silvete Aparecida Crippa de. *Professora Julia Wanderley: uma mulher-mito (1874-1918)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2013.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto, 2012. p. 65-83

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BELLO, Melissa Colbert. *Professoras e Professores em greve? Memórias do Congresso do Magistério Público do Paraná (1968)*. 283 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERQUÓ, Eliza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) *História da vida privada no Brasil*, v. 4. 2ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.411-438.

BERTUCCI, Liane Maria. Para a saúde da criança. A educação do trabalhador nas teses médicas e nos jornais operários (São Paulo, início do século XX). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 27–42, 2016.

BERTUCCI, Liane Maria. SILVA, Silvana H. Prestes da. A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937). *Revista Brasileira de História da Educação*. [online], n. 2, p. 103-133, 2014.

BIOGRAFIA de Ivo Pitanguy. *Academia Brasileira de Letras (ABL)*. 2017. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ivo-pitanguy/biografia>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman. Introdução: humor e história. In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (Org.) *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRITTO, Teresa Teixeira de; SOUZA, Beatrice Alves de Castro. *Mulheres criando para curar: Centro Paranaense Feminino de Cultura e o Posto de Puericultura Darcy Vargas*. Curitiba: Gramafone Produtora Cultural, 2011.

BUENO, Padilha Alexandra. Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a emancipação da mulher: a pedagogia feminista em disputa (1910-1940). 257 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2018.

BUENO, Wilma Lara. O Centro Paranaense Feminino de Cultura e o trabalho social das mulheres na cidade de Curitiba (1933-1940). *Revista REUNINA*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 140 - 152, 2020. Disponível em: <https://revista.unina.edu.br/index.php/re/article/view/14>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BUITONI, Dulcilia Schoeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BULOTAS, Michelle Caroline. *O ensino de língua portuguesa e a lei 5.692/71: mudanças e permanências na coleção didática "Estudo dirigido de português" (1971-1974)*. 212f. Mestrado (Dissertação em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

CALABRE, Lia. *A Era do Rádio – memória e história*. In: Simpósio Nacional de História, 22., 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*. João Pessoa: ANPUH, 2003.

CAMPOS, Névio de. Flávio Suplicy de Lacerda: genealogia de um integrante da elite paranaense. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 21, n. 47, p. 113-132, set. 2013.

CEDOC-LAFET. *Dados bibliográficos – Diva Gomes Ferreira*. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <https://pbc.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escritoras/d/diva-ferreira-gomes>. Acesso em: 22 jun 2024.

CERRI, Luís Fernando. Ensino e aprendizagem de representações nacionalistas do tempo: o caso da ditadura militar brasileira. In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. (Org.), *Educação na ditadura civil-militar*. Curitiba: Editora UFPR, 2012, p.213-229.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 2 jan 2025.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. Tradução Luzmara Curcino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Paulo: EdUFSCAR, 2012.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. O ensino profissional feminino em Curitiba: a Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955). 281 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, p.271-302, 2004.

COLLING, Ana Maria. As primeiras médicas brasileiras-Mulheres à frente de seu tempo. *Fronteiras*, v. 13, n. 24, p. 169-183, 2011.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Ed.) *História da vida privada*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.419-501.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar*. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 296.

COSTA, Iseu Affonso da; LIMA, Eduardo Corrêa (Org.). O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná. 2ªed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformada*. 2ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary del (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 5.ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.223-240.

Dicionário Histórico-biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria Editora do Chain, 1991

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados* [online], São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 5.ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 1998.

FARIAS, Hevelin de Souza. *Movidas por paixões, educadas para o lar: o perfil de mulher na revista carioca Futuro das Moças, 1917-1918*. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

FERREIRA, António; GONDRA, José. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX). In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (Org.). *Para compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.127-146.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação brasileira (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GONÇALVES, Nadia G.; GONÇALVES, Sandro A. Desenvolvimentismo e Educação no Paraná (décadas de 1960 e 1970). *Diálogos*, Maringá, v.12, n. 2 e 3, p. 143-171, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38154>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GOVERNANTES de Ponta Grossa. Fulton Vitel Borges de Macedo. *Arquivo da Cidade*. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal, [s.d]. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/arquivo-da-cidade/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) *História da vida privada no Brasil*, v.4. 2ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.439-487.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Paraná. VIII recenseamento regional - 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t19_pr.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. População recenseada por município - Curitiba, 1970. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Censos-Demograficos>. Acesso em: 4 abr. 2024.

KARAM, Tereza. Linha do Tempo Cadeira nº 25. *Blog da Academia Feminina de Letras do Paraná*, Curitiba, 22 de jul. de 2024. Disponível em: <https://www.academiafemininadeletraspr.com.br/post/linha-do-tempo-cadeira-n-25>. Acesso em: 30 set. 2024.

LAGRAVE, Rose-Marie. *Uma emancipação sob tutela*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. v.5 – O século XX. Porto: Afrontamento, 1991, p. 505-550.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: IPARDES, CONCITEC, 1989.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. Introdução. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude, *História dos jovens*, v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.7-17.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 443-481.

LUCA, Tania Regina de. *Mulher em Revista*. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto, 2012. p. 447-468.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2021.

MACHADO, Daiane Vaiz. O Percurso Intelectual de uma Personalidade Curitibana: David Carneiro. 170 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

MAIA, Tatyana de Amaral. *“Cardeais da cultura nacional”*: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975). 193 f. Tese (Doutorado em História Política), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) *História da vida privada no Brasil*, v. 3. 3ªreimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 367-421.

MANTAGUTE, Elisângela Iargas Luzviak. *Educar a Infância*: estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba (1977-1986).

136 f. Mestrado (Dissertação em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. *Gênero*, Niterói, v.15, nº. 2, p. 13-28, jan./jun. 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_genero/article/view/31210. Acesso em: 03 fev. 2025.

MEIRELES, Emile. *Modos de formar, ações para divulgar: educando mulheres para a manutenção da saúde. Curitiba, 1917-1931*. 121f. Mestrado (Dissertação em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

MILANI, Vanessa Pironato. A contracultura e seus conflitos: a vanguarda e o pop no rock dos anos 1960. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 61–80, 2023.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: Pinsky, Jaime; Pinsky, Carla Bassanezi. (Org.) *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 495-516.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

PENTEADO, Daniela Dalagrana; RENK, Valquíria Elita. Julia Augusta Wanderley: a lembrança da docente por Osvaldo Pilotto durante a ditadura civil-militar brasileira (1974). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 23, p. 1-19, 2023.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 9-28. 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PERROT, Michelle. O Corpo - As idades da vida de uma mulher. In: PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 41-49.

PETITAT, André. *Produção da Escola/Produção da Sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução da escola no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas 1994.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.) *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p.513-543.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

QUELUZ, Gilson Leandro. *Concepções de ensino técnico na República Velha 1909-1930*. Curitiba: CEFET-PR, 2000.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Editora Unesp, 1995, p. 81-91.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.

RIDENTI, Marcelo. *Breve recapitulação de 1968 no Brasil*. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 30-60.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

RODRIGUES, Jaqueline dos Santos. *Postos de Puericultura – Fundação O Dia: Educação das mães, saúde dos filhos (Curitiba, 1940-1942)*. 165 f. Mestrado (Dissertação em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

SCHUINDT, Silvana Mendes; VAZ, Adriana. Maria Nicolas (1906-1938): mulher negra, uma “forasteira de dentro” no ensino público primário do Paraná. *PerCursos*, Florianópolis, v. 25, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) *História da vida privada no Brasil*, v.4. 2ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.173-244.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SEIXAS, Larissa Selhorst. *“O feminismo no bom sentido”*: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba 1933-1958). 141 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SHORE, Cris. Mito. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 469-470.

SIGOLO, Renata Palandri. *A saúde em frascos*. Concepções de saúde, doença e cura, Curitiba, 1930-1945. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

SILVA, Vera Lucia Ruiz Rodrigues da; ORSO, Paulino José; SILVA, Dorisvaldo Rodrigues da. A política de educação especial do estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 15, n. 64, p. 251-265, 2015.

SILVA; Alicia Mariane Lucio Landes da. *Tempo de indicar caminhos: o serviço de orientação educacional no Colégio Estadual do Paraná (1968-1975)*. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985

SINEAU, Mariette. Direito e democracia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. v.5 – O século XX. Porto: Afrontamento, 1991, p. 551-582

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: 1976.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 400-430.

SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2023.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à Ditadura Militar em Curitiba (1964-1985). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 389-412, 2018.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. *República das mulheres de virtude: um estudo sobre as bases sociais de apoio ao governo dos militares (1964-1985)*. 2016. 221 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. Centro Paranaense Feminino de Cultura. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins* Fundação, Curitiba, v.35, n 145, p. 9-167, abr. 2013

SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. v.5 – O século XX. Porto: Afrontamento, 1991a, p. 31-94

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. v.5 – O século XX. Porto: Afrontamento, 1991b, p. 9-29

TORRES, Mateus Gamba. Lutar para manter, lutar para romper: mulheres e a ditadura militar brasileira. *Em Debate*, v. 04, p. 93-105, 2010.

TORTELLI, Eliane. *Liga das Senhoras Católicas de Curitiba (LSCC): protagonismo político na educação e na cultura de Curitiba (1953-1993)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira república*. Curitiba, Fundação Cultural, 1996.

TURINA, Keli Fernanda Rucco. *Escola maternal: História, assistência e escolarização da infância em Curitiba (1928-1944)*. 144f. Mestrado (Dissertação em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

UNITED NATIONS (ONU). *Report of the world conference of the international women's year*. Mexico City, 19 June-2 July 1975. New York, 1976. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

URRY, John. Classe média. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Dir.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p.97-99

VALÉRIO, Telma Faltz. Ideologia política na ditadura civil-militar e o Ensino Secundário / Segundo Grau a partir da lei 5.692/71. In: In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. (Org.), *Educação na ditadura civil-militar*. Curitiba: Editora UFPR, 2012, p.51-65.

VENANCIO, Sonia Isoyama; MONTEIRO, Carlos Augusto. A tendência da prática da amamentação no Brasil nas décadas de 70 e 80. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 1, p. 40-49, 1998.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ZOMER, Lorena. *História de uma boa feminista: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967*. 164 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95618>. Acesso em: 15 jul. 2023.

APÊNDICE

REVISTA DO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA, 1967-1976

ANO CIVIL	ANO DE PUBLICAÇÃO	Nº DO EXEMPLAR PÁGINA INICIAL	CAPA “VOLUME EDITADO” (não sequencial)	Nº DE PÁGINAS
1967	1	1	XI	54
1968	2	2	XVII	44
1969	3	3	XXVI	32
1969	3	4*	XXVII	53
1970	4	5	XXVIII	43
1971	5	6	XXIX	76
1972	6	7	XXX	64
1973	7	8	XXXI	62
1974	8	9	XXXII	48
1975	[9?]**	[10?]**	XXXIV	23
1976	[10?]**	[11?]**	XXXV	28

Fonte: *Revista do Centro Paranaense Feminino do Cultura*, 1976-1976 – BIB-CPFC
Gráfico organizado pela autora da dissertação.

* Número especial, para homenagear Leonor Castellano no ano de sua morte.

** Ano de publicação e número não impressos, deduzidos a partir da observação dos anos civis da publicação e dos números anteriores da *Revista*.